



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

Dissertação de Mestrado

**DA ERA DIGITAL E O APOGEU DA HETEROTOPIA JURÍDICA: A
EMERGÊNCIA DO POLÍTICO NO CIBERESPAÇO**

Autora: Ariana Nunes Paraíso

Orientador: Professor Doutor Armando Marques Guedes

Lisboa, março de 2019

MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

Dissertação de Mestrado

**DA ERA DIGITAL E O APOGEU DA HETEROTOPIA JURÍDICA: A
EMERGÊNCIA DO POLÍTICO NO CIBERESPAÇO**

Autora: Ariana Nunes Paraíso

Orientador: Professor Doutor Armando Marques Guedes

Lisboa, março de 2019

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE ANTIPLÁGIO

Declaro, por minha honra, que a dissertação que ora apresento é original, fruto da investigação por mim realizada, sendo todas as citações e ideias de outros autores devidamente identificadas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 20 de março de 2019,

Ariana Nunes Paraíso

Honeste Vivere,
Neminem Laedere,
Suum Cuique Tribuere,

Eneu Domício Ulpiano

À Mia,
In Memoriam.
Ad Perpetuam

AGRADECIMENTOS

Apesar de encetada por mim, a verdade é que esta dissertação não é apenas minha. Nessa senda, cumpre, pois, dar o devido reconhecimento a pessoas, que muito contribuíram para ela e para mim.

Numa primeira instância, tenho que reconhecer o voto de confiança que me foi dado pelo meu orientador e mentor ao longo de toda esta fase, o Prof. Dr. Armando Marques Guedes, agradecendo-lhe por toda a compreensão e disponibilidade que revelou, pela amizade, por todo o préstimo e apoio incansável neste desafio, que tão prontamente aceitou. Sem a sua ajuda e atenção, esta dissertação não se concretizaria.

Em paralelo, tenho também que reconhecer a Universidade Nova de Lisboa, a sua Faculdade de Direito, que nos últimos anos se tornou quase uma segunda casa e, em particular, todo o corpo docente do Curso de Mestrado em Direito e Segurança.

Ao Doutor Lino Santos, pela disponibilidade, apoio e sugestões, sobremaneira fulcrais, na elaboração desta dissertação.

A todos os funcionários da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa; em particular um merecido reconhecimento a toda a equipa (sempre incansável) dos Serviços Académicos, ao sr. Luís Lopes, à dra. Fernanda Xavier, à dra. Laura Neto, ao sr. Vítor Fernandes, à dona Paula Fernandes, ao sr. Vítor Gomes, à dona Fátima, à dona Maria de Jesus, à dona Edite e à dona Lurdes, por todo o carinho e simpatia.

Aos professores que se cruzaram comigo, que me instruíram para a vida, me moldaram e inspiraram, e a quem tanto devo: ao Armando Ferreira, à Ana Cruz, ao Marco Fernandes, à Tânia Costa, à Fátima Menino, ao Paulo Martins, à Elizabeth Morão, à Elsa Francês e à Cândida Afonso.

À Telma Grazina e à Ana Sofia Nobre, pela oportunidade, por toda a confiança e amizade.

Aos meus avós, Eunice, Gito, José e Augusta, por todo o amor incondicional, ao longo de uma vida inteira.

Aos meus padrinhos, Fernanda e José, e aos meus tios, em particular àquela que é, sem sombra de dúvida, a minha segunda mãe: à minha tia Paula, e a tudo o que ela representa.

Aos meus primos, em especial ao Zé Maria, à Ana, à Inês e ao Jorge, pelos exemplos que me dão, por tudo o que fizeram e fazem por mim.

Aos meus amigos, a todos eles. Àqueles que me acompanharam ao longo de todo este Mestrado e que encararam comigo esta etapa: à Alexandra, ao Daniel, à Teresa e à Rita. Outrossim, e em especial, àqueles que são, verdadeiramente, uma extensão da minha família e da minha própria pessoa, que acreditaram em mim, mesmo quando eu não o fazia; que viveram comigo todos os níveis desta dissertação, que me perdoaram falhas, que tornam a minha vida melhor e que são exemplos puros de empatia e amor incondicional: à Beatriz, à Benedita e, sobretudo, aos meus irmãos de coração, aos meus siameses, à Rita, à Margarida e ao Daniel. Sou muito grata por tê-los!

Ao meu irmão, Simão, por tudo o que fizemos juntos, por ser um misto de paz e de luta, pela inspiração que me transmite, e por tudo o que me ensina.

Por último, mas nunca menos importante, aos meus pais, Manuel e Ana, porque tudo o que sou hoje, lhes devo a eles; porque sem eles nada, nem tão-pouco esta dissertação, seria possível. Ao meu pai, por me mostrar, todos os dias, o que é perseverança e garra, por não me deixar desistir, quando esse parece ser o caminho fácil; por me fazer dar o melhor de mim, em tudo aquilo que faço, e por me fazer saber que nunca é tarde. À minha mãe, por todo o exemplo de humanidade que me transmitiu ao longo da vida, pela sua alma incomensurável e pela força desmedida que a caracteriza; por ser a pessoa que mais me inspira, a mim e a tantas outras pessoas que a rodeiam. Espero, um dia, ser metade do que eles são.

Para todos, são poucas as palavras que façam jus ao quão grata vos estou.

MENÇÕES ESPECIAIS

A dissertação que ora se apresenta segue as normas, referentes ao modelo de citação NP-405, sendo redigida ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

No mais, e sem embargo da manutenção da autenticidade dos autores referenciados, optámos por traduzir expressões e citações dos mesmos.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A dissertação que ora se apresenta, comporta um total de 214 375 caracteres (leia-se, corpo e notas de rodapé), cumprindo, enfim, o estipulado em sede do nº4 do art. 7º do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos, conducente ao Grau de Mestre em Direito e Segurança (cfr. o Regulamento 402/2016, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 80, a 26 de abril de 2016)

RESUMO

O ciberespaço, exemplo por excelência da velocidade voraz evolutiva por que se pauta o século XXI é, por sua própria instância, alvo de uma panóplia de teorizações, tão ampla como as diversas naturezas que lhe são atribuídas. De facto, e se a um ponto foi considerado como o epíteto da liberdade humana numa visão indelevelmente utópica e anárquica, noutra via foi tão-somente assumido como uma mera rede, de que o mundo físico dispõe, pautando-se, pois, de um grau de dependência, ante o espaço físico. Descartando tal ideologia, o ciberespaço é, enfim, um espaço, pese embora não definido e limitado pelos trâmites cartesianos ou euclidianos; é uma extensão de um espaço físico que nos é tão familiar, mas não só: é uma heterotopia, um espaço outro que enceta em si mesmo particularidades não conhecidas no espaço que habitamos, mas que, não obstante, têm repercussões ao nível da sociedade e da própria humanidade, carecendo, pois, de um corpo jurídico regulador (assente em consensos entre as comunidades virtuais e os Estados), que tutele as relações entre as comunidades que, paulatinamente, se virtualizam e marcam o apogeu de uma nova era: a pós-humanidade.

Palavras-Chave: Ciberespaço, Utopia/Heterotopia, Estado, Indivíduo, Sociedade, Rede, Virtualização, Regulação

ABSTRACT

As a prime example of the XXI century's rapid evolutionary speed, cyberspace is by itself the subject of a broad array of theoretic studies, as wide as the plethora of characters present in it. In fact, if once cyberspace was perceived as an epithet for Man's freedom, in an indelible utopian and anarchic vision, on the other hand, it was also pictured as just a network, connected to the physical space and dependent on it. Ruling this understanding out, cyberspace may be indeed seen as a space, although one not defined nor narrowed by Cartesian or Euclidean terms. It is rather an extension of the much more tangible physical space. More: it is a heterotopia, an "other space", which gives lines to unknown features to the space we live in. This has repercussions throughout society and an impact on Mankind. It lacks regulatory legal instruments (based on consensuses between virtual communities and States) in order to generate and maintain good connections between gradually virtualized communities which highlight the rise of a new era: post-humanity.

Keywords: cyberspace, Utopia/Heterotopia, Individual, Society, Network, Virtualization, Regulation

ÍNDICE

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E ANTIPLÁGIO.....	iii
AGRADECIMENTOS.....	vi
MENÇÕES ESPECIAIS.....	viii
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE 1 O PRÉ-JURÍDICO: METÁFORAS E ESPACIALIDADE.....	3
§ O ANSEIO EMANCIPADOR E A VISÃO ANÁRQUICA: CIBERESPAÇO ENQUANTO UTOPIA.....	4
§ O REALISMO E A LEITURA DO VIRTUAL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: O CIBERESPAÇO COMO REDE.....	13
PARTE 2 O APOGEU DA HETEROTOPIA JURÍDICA: CIBERESPAÇO COMO ESPAÇO DIFERENCIADO, A SOCIEDADE E O INDIVÍDUO.....	18
§ O CIBERESPAÇO E O APOGEU DE UM NOVO MOMENTO: HETEROTOPIA JURÍDICA.....	19
§ O INDIVÍDUO NO QUADRO DA HETEROTOPIA JURÍDICA: A PÓS-HUMANIDADE.....	31
§ HETEROTOPIA JURÍDICA E SOCIEDADE EM REDE.....	41
PARTE 3 O JURÍDICO: HETEROTOPIAS JURÍDICAS E REGULAÇÃO.....	60
§ O PRETENSO EFEITO DEMOCRATIZADOR DO CIBERESPAÇO.....	61
§ HETEROTOPIA, AUTARCIA E AUTORREGULAÇÃO:.....	66
CIBERESPAÇO COMO <i>TERRA NULLIUS</i>	66
§ A REGULAÇÃO ESTATAL:.....	74
CONTINUIDADE OU TRANSFORMAÇÃO?.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

INTRODUÇÃO

O momento histórico que contemporaneamente vivemos coaduna-se, por excelência, no câmbio de um mundo que, em átimo prévio, se afigurava como rígido, composto por fronteiras e barreiras, mas que agora se apresenta como mais flexível, aberto e espontâneo¹. Na época que ora habitamos, as nossas ações comportam, amiúde, um caráter interconectado e interligado, fruto da transmutação tecnológica que, paulatinamente, se faz sentir. Estamos, portanto, na época da aposição e sincronia, em que o quebrar de fronteiras se revela, sobremaneira, atual e o “desenraizamento”² é uma constante.

Perante este estado de coisas, o ciberespaço, e na sua senda, o mundo em rede que experienciamos e a globalização da informação e conhecimento³, difundem os efeitos das nossas ações, muito além do que, anteriormente, era a regra transfronteiriça, num círculo de interconexão e interdependência, em que tudo está perto e longe. Nessa medida, e enquanto paradigma congruente da celeridade voraz evolutiva por que se pauta o século XXI, o ciberespaço é, por excelência e por sua própria instância, alvo de uma panóplia de teorizações, tão ampla como as diversas naturezas que lhe são atribuídas.

Se a um ponto foi considerado como o epíteto da liberdade humana numa visão indelevelmente utópica e anárquica, noutra via foi tão-somente assumido como uma mera rede, de que o mundo físico dispõe, pautando-se, pois, de um grau de dependência, ante o espaço físico.

No que a nós respeita, e descartando tal ideologia, o ciberespaço é, enfim, um espaço, pese embora não definido e limitado pelos trâmites cartesianos ou euclidianos; é uma extensão de um espaço físico que nos é tão familiar, mas não só: é uma heterotopia jurídica, um espaço outro que enceta em si mesmo particularidades não conhecidas no espaço que habitamos.

¹ FOUCAULT, Michel – “Des Espaces Autres (Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias)” (Jay Miskowiec, trad.). [em linha]. *Architecture, Mouvement, Continuité*. ISSN 0336-1675. Nº 5 (1984): p. 1

² MARQUES GUEDES, Armando - «As “redes sociais” digitais, a participação “política” e a segurança». *Pessoas e Território*, 2. Governo Civil de Lisboa (julho de 2009): p. 45

³ SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas». *JANUS.NET e-journal of International Relations* [em linha]. e-ISSN 1647-7251. Vol. 6, nº1 (maio/outubro de 2015): p. 94

Por tal natureza, o ciberespaço acarreta repercussões ao nível do indivíduo (que, então, se reedifica), da sociedade, dos Estados e da própria humanidade. Assumindo tal posição, defendemos, pois, o apogeu de um ambiente paralelo de inovação e criatividade no espaço real, onde a liberdade se verifica maior, as barreiras menores e, correlativamente, os riscos superiores, carecendo, pois, de um corpo jurídico regulador (assente em consensos entre as comunidades virtuais e os Estados), que tutele as relações entre as comunidades que, paulatinamente, se virtualizam e marcam o apogeu de uma nova era: a pós-humanidade.

Mais do que um puro enquadramento jurídico do ciberespaço ou uma análise das suas dimensões securitárias, pretendemos, com esta dissertação, esboçar uma “filosofia” de teorização política daquele.

Ante o exposto, a dissertação que ora apresentamos, desenvolver-se-á em três partes distintas:

A PRIMEIRA PARTE, referir-se-á à fase pré-jurídica, onde apresentaremos duas teses que nos apresentam o ciberespaço como utopia e como simples rede, respetivamente.

Passamos, depois, à SEGUNDA PARTE, cujo foco será, então, a posição que tomamos do ciberespaço enquanto heterotopia jurídica – ou espaço contrastante, e as consequências de tal denominação para o indivíduo e para a sociedade.

Assumindo já o ciberespaço como heterotopia jurídica, a TERCEIRA PARTE da dissertação que ora apresentamos, respeitará à regulação daquele; concretamente, focar-nos-emos em expor o pretense efeito democratizador do ciberespaço, comparando, bem assim, os sistemas de autorregulação do mesmo e regulação estatal.

In fine, apresentaremos as nossas conclusões, e a necessidade de emergência de um sistema jurídico regulador, com base em consensos entre as comunidades virtuais (autorregulação) e os Estados (regulação estatal) – *Lex Virtus*.

PARTE 1 | O PRÉ-JURÍDICO: METÁFORAS E ESPACIALIDADE

§ O ANSEIO EMANCIPADOR E A VISÃO ANÁRQUICA: CIBERESPAÇO ENQUANTO UTOPIA

A reflexão sobre o ciberespaço surge, numa primeira fase, na literatura sobre soberania e jurisdição e assenta na ideia da separação entre ciberespaço e espaço real também em termos normativos⁴.

Atualmente, com o incremento significativo das plataformas digitais, existe o sentimento de que, ao ciberespaço, seria possível, enquanto pretenso espaço, sem grande esforço, superar o espaço físico⁵.

A provar esta tendência, encontramos textos de cibernautas apologistas da “independência” do ciberespaço onde se descreve e reforça, por um lado, o bem-estar obtido naquela área e por outro, a importância de procurar, incessantemente, afastar tudo o que comprometa essa experiência positiva online⁶.

Os primeiros utilizadores da internet estabeleceram-se como uma “comunidade semissoberana”⁷ e bem podem continuar a ver-se como tal, na medida em que acreditam que o ciberespaço, e a democracia que encerra, conferirão maior poder de decisão àqueles a quem tal compete, permitindo, também, prever o surgimento de um clima propício à propagação das ideias do ideário anarquista clássico⁸ adivinhando, para breve, um tempo em que as novas tecnologias serão portadoras de uma alteração profunda do paradigma vigente⁹.

No centro do espectro das mudanças a gerar, teria lugar de destaque uma sociedade absolutamente inviável no mundo real, onde existiria “liberdade sem anarquia, controlo sem governo, consenso sem poder”¹⁰, ou, citando o manifesto

⁴ COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space». *Georgetown Law Faculty Publications and Other Works*. 807 [em linha]. Colum. L. Rev. (2007): p.216.

⁵ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*. Cambridge (MA): MIT Press, 2003. ISBN 0-262-13434-9. E-Book Kindle: localização 1428-1429

⁶ NAKAMURA, Lisa – *Cybertypes: Race, Ethnicity, and Identity on the Internet*. 1ª Ed. Nova Iorque (NY): Routledge, 2002. ISBN 0-415-93837-6: p. xi

⁷ STEIN, Allan R. – «The Unexceptional Problem of Jurisdiction in Cyberspace» [em linha]. *The International Lawyer*. ISSN 0020-7810. Vol. 32, nº4 (1998): p 1174

⁸ DYSON *et al.* (1994) *cit.* WINNER, Langdon – «Technology Today: Utopia or Dystopia?». *Social Research* [em linha]. ISSN 0037783X. Vol. 64, nº3 (1997): p. 1004

⁹ WINNER, Langdon – «Technology Today: Utopia or Dystopia»: pp. 1003 e 1004

¹⁰ E onde a função primacial da tecnologia seria, pois, um *modus* da ação humana e o meio para atingir a libertação humana. Nesse sentido, e defendendo a “determinação instrumental” da tecnologia, cfr. BOOS, Tobias – «Geographies of Cyberspace: Internet, Community, Space, and Place» [em linha]. In *Inhabiting*

que desenhou este programa: “Nós rejeitamos: reis, presidentes e votantes. Acreditamos em: consenso aproximado e código de execução”¹¹.

A defesa de uma sociedade com estes contornos deixa adivinhar, desde logo, que se pretende minimizar a presença do Estado, ou melhor, aboli-la, em termos de regulação do ciberespaço, entendendo-se que, a esfera online seria intocável pelos diferentes governos, na medida inversa da esfera do mundo real¹².

Neste contexto, entende-se o ciberespaço como intrinsecamente livre, sem que a autoridade estatal pudesse exercer qualquer tipo de controlo. Embora se admita poder haver pressão ou mesmo leis orientadoras, o certo é que a sua influência ou aplicação seriam nulas. Aliás, a primeira questão situava-se a montante desta, uma vez que haveria, desde logo, o vazio de governo, dado que a governação era feita por todos e por ninguém, ou dito de outra forma, a sociedade autogovernava-se e construía-se na invisibilidade: saber quem era quem ou o que fazia, não era tarefa acessível, o que a arquitetura (inicial) da internet facilitava, uma vez que não privilegiava a regulação simples do comportamento¹³.

Gradualmente, os defensores das teorias utópicas do ciberespaço têm vindo a diminuir, mas alguns dos aspetos mais relevantes da sua teoria foram incorporados noutras, designadas como heterotopianas¹⁴. No entanto, não é de descurar a sua influência, sendo, contudo, curiosamente, aspetos menos significativos os que têm merecido mais atenção, nomeadamente o de promover o ciberespaço como espaço separado¹⁵.

Nos anos ‘90 do século passado houve da parte de um grupo de pessoas, que ia de intelectuais a analistas, uma projeção do ciberespaço como mais um aspeto da tendência de globalização que se ia avolumando, colocando em causa a

Cyberspace and Emerging Cyberplaces: The Case of Siena, Italy. 1ª Ed. [s.l.]: Palgrave Macmillan, 2017. ISBN 978-3-319-58454-6: p.14.

¹¹ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*. Nova Iorque (NY): Basic Books, 2006. ISBN 978-0-465-03914-2: p. 2. Também neste sentido, cfr. BARLOW, John Perry – *A declaration of the Independence of Cyberspace* (1996).

¹² SANTOS, José Lino Alves dos - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 100, e LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. ix

¹³ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: pp. 3 e 38

¹⁴ Tese que defenderemos *infra*.

¹⁵ COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 216

autoridade dos governos; tal sucedia, mercê da grande projeção do ciberespaço que acabava por questionar o domínio territorial, por via de uma comunicação que assentava na rapidez e no imediato, e até mesmo a forma de lidar com os direitos humanos ou a pretensa eliminação do conceito de estrangeiro por força de uma linguagem que a internet tornava comum¹⁶.

Nesta quadratura, um dos protagonistas foi GEORGE GILDER que anteviu a chegada da “fibrosfera”¹⁷, cuja principal característica seria a irrelevância da distância, a par com a enorme conquista que era a liberdade que permitia às pessoas poderem ser o que lhes aprouvesse sem que o seu “paradeiro” fosse conhecido¹⁸. O ciberespaço era, assim, uma espécie de espaço cujas virtualidades conduziram a vida para outro plano em termos pessoais, de trabalho ou, sobretudo, de comunicação, agora “desmaterializada”¹⁹.

Um dos testemunhos mais relevantes do utopismo do ciberespaço e que coincide com os primórdios da internet é de JOHN PERRY BARLOW que usou uma expressão curiosa para antecipar o que seria o ciberespaço: “uma civilização da mente”²⁰! BARLOW alertou ainda os governos para o facto de os preceitos jurídicos existentes não se aplicarem a esta nova realidade. A par com DIBBELL²¹ e SHIRKY²², exemplos íntimos da corrente ciberutopista, explorou este novo território, que quiseram dar a conhecer. Porém, o que revelam, terá mais a ver com o que são, do que o resultado concreto das suas experiências, e mais em conjecturas do que na realidade concreta. Tal, não retira, não obstante, interesse ou importância ao debate encetado, uma vez que aponta para a perspectiva de fronteiras distintas das existentes, no limite das quais se encontraria uma sociedade aberta, composta

¹⁶ GOLDSMITH, Jack e WU, Tim – *Who Controls the Net? Illusions of Borderless World* [em linha]. Nova Iorque (NY): Oxford University Press, 2006. ISBN 978-0-19-515266-1: p. 7

¹⁷ *Apud*, GOLDSMITH, Jack e WU, Tim – *Who Controls the Net? Illusions of Borderless World*: p. 53

¹⁸ Neste sentido, cfr. TURKLE (1996) *cit.* GOLDSMITH, Jack e WU, Tim – *Who Controls the Net? Illusions of Borderless World*: pp. 53 e 54.

¹⁹ TURNER, Fred – «How Digital Technology Found Utopian Ideology: Lessons from the First Hackers’ Conference» [em linha]. In SILVER, David e MASSANARI, Adrienne (eds.) – *Critical Cyberculture Studies*. 1ª Edição. Nova Iorque (NY): New York University Press, 2006. ISBN 978-0814740248: [n.p]

²⁰ Cfr. BARLOW, John Perry – *A declaration of the Independence of Cyberspace*. Tradução nossa.

²¹ Cfr. DIBBEL, Julian - «A Rape in Cyberspace». *The Village Voice* [em linha]. ISSN 0042-6180 (dezembro de 1993)

²² Cfr. SHIRKY, Clay – *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*. [s.l.]: Penguin Books, 2008. ISBN 978-0-713-9989-1

por pessoas a almejar paz, de acordo com regras por si definidas, isentas de constrangimentos legais, ou outros, impostos por um governo²³.

Esta visão utópica (onde “o otimismo era nota dominante”²⁴), precursora, no entender dos seus defensores, de uma “nova civilização”²⁵, assente em princípios humanistas e justos, diversa na essência daquela a que presidem os governos, tinha na sua base a formulação de um “Contrato social”, à maneira de LOCKE ou ROSSEAU, no movimento Iluminista, que, da responsabilidade da comunidade online, legitimaria o seu governo, distinto, como se afirmou anteriormente, do convencional²⁶.

Na linha do que vem sendo dito, em 1990, MITCH KAPOR e JOHN PERRY BARLOW afirmaram que o ciberespaço seria uma zona limítrofe, habitada por apologistas de computadores, de comunicação definida por protocolos inconciliáveis, de barreiras de direitos intelectuais, culturais e legais; espaço ambíguo, falho de “metáforas úteis”²⁷. Ante tal, a sua posição foi a de alertarem para a circunstância de as noções vigentes para propriedade, identidade, ou outros, relacionados com a dimensão física não se poderem aplicar a este novo mundo, precisamente devido a esta ligação.

No seio dos juristas, a teoria que colheu maior consenso foi a defendida por DAVID JOHNSON e DAVID POST²⁸, porquanto focaram a sua atenção, primeiramente, sobre a questão da autoridade que define regras e arbitra contendas, numa base quotidiana, secundarizando, desse modo, o tema da soberania. O ciberespaço seria, se não um “reino” separado, pelo menos uma jurisdição

²³ GOLDSMITH, Jack e WU, Tim – *Who Controls the Net? Illusions of Borderless World*: p. 13

²⁴ FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Da Utopia da Sociedade em Rede à Realidade da Sociedade em Risco». *Análise Social* [em linha]. e-ISSN 2182-2999. Vol. 48, nº 207 (2013): p. 283

²⁵ Também neste sentido, HENRI DESBOIS descreve o ciberespaço como um Novo Mundo, enquanto “extensão e transcrição do mundo que conhecemos”. Tradução nossa. Cfr. DESBOIS, Henri – «Le Cyberspace: retour sur un imaginaire géographique». *Carnets de Géographes* [em linha]. ISSN 2107-7266. Nº2 (2011): [n.p.]

²⁶ FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Utopia, Liberdade e Soberania no Ciberespaço». *Revista Nação e Defesa* [em linha]. ISSN 0870-757X. Nº 133, 5ª Série (2012): p. 13

²⁷ MITCHELL, William J. – *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*. 1ª Ed. Cambridge (MA): MIT Press, 1996. ISBN 978-0-262-63176-1: p. 110

²⁸ Cfr. JOHNSON, David R. e POST, David G. – «Law and Borders: the Rise of Law in Cyberspace». *Stanford Law Review* [em linha]. ISSN 0038-9765. Vol. 48 (1996).

separada, na qual as leis do espaço real não necessariamente se aplicam, indo-se, portanto, no caminho inverso; isto é, seria um espaço regulado por leis próprias, reconhecidas e aceites pelo universo de quantos, por mote próprio, decidiram integrá-lo, na linha do apresentado pelo pensamento utópico²⁹.

Reconhecia-se, assim, o advento de uma época que, à margem do Estado tradicional, faria despontar uma nova civilização cujo centro seria um Homem novo, onde aquele, o Estado tradicional, não conseguiria fazer aplicar as suas leis³⁰. DIBELL e BARLOW, já antes referidos, promoviam a ideia de que o ciberespaço pode opor-se às leis dos Estados num enquadramento civilizacional *post* território. Atualmente, esta perspetiva, apesar de ultrapassada, continua a ser relevante para os estudiosos das questões relacionadas com a internet, mas também para a compreensão das implicações de um (agora) hipoteticamente autónomo ciberespaço³¹.

BARLOW, JOHNSON e POST faziam valer as suas ideias de utopismo numa pretensa comunidade distante de fronteiras físicas e do poder dos governos do espaço real. O pensamento utópico que os caracterizava funda-se numa teoria de estruturação da comunidade e no lugar que lhe está intrinsecamente associado³². Pese embora esta construção procure afastar-se da afirmação tradicional de demarcação do espaço, é certo que não lhe é muito dissonante, sendo que, cientes desta pecha, foi sempre intento dos utópicos procurarem encontrar um lugar baseado na cisão dos lugares existentes³³.

No entanto, esta visão utópica do ciberespaço não foi imune a críticas, sendo, de entre as mais relevantes, a de ser uma perspetiva ingénua e essencialista – o que se pode dizer de ambas é que não são completamente infundadas. De facto,

²⁹ COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 216

³⁰ Neste sentido, cfr. FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Utopia, Liberdade e Soberania no Ciberespaço»: p. 16 e SANTOS, José Lino Alves dos - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p.100.

³¹ GOLDSMITH, Jack e WU, Tim – *Who Controls the Net? Illusions of Borderless World*: p. 13

³² Também nesta linha, cfr. TURNER, Fred – «How Digital Technology Found Utopian Ideology: Lessons from the First Hackers' Conference»: [n.p.]

³³ Cfr. COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: pp. 216 e 217, MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 42-44, e HUNTER, Dan – «Cyberspace as Place and the Tragedy of the Digital Anticommons»: pp. 8 e 9

esta visão não foi consentânea com a nova realidade das comunidades online que, com a sua diversidade se foram avolumando em finais dos anos 90. É MICHAEL FROMKIN³⁴ quem afirma que a construção de comunidades online, que se estruturam com base em valores que envolvam “determinação e deliberação”, implica trabalho a que nem todas as comunidades do ciberespaço estão disponíveis para responder. Não obstante, aquele pode ser entendido como evidência da presença de um governo (autónomo) no ciberespaço defendido no enquadramento da doutrina utópica e ser também exceção à regra, na linha do que explanaram LAWRENCE LESSIG e JOEL REINDENBERG³⁵, isto é, que a “ingovernabilidade do ciberespaço”³⁶ não tinha que ser constante nem tão-pouco tecnologicamente suportada.

Na ótica de JULIE E. COHEN, nenhuma análise do utopismo do ciberespaço explica com precisão as razões que estiveram no centro do seu fracasso³⁷. Se esse movimento era caracterizado pela sua ingenuidade, também é certo que defendia que o ciberespaço é burilado a partir da autodeterminação que deve estar presente em permanência. Talvez assim se perceba que vise uma lei revolucionária, construída do zero, que persiga o bem.

Essa forma de ver as coisas sofreu alteração há pouco tempo. O ideário utópico foi alvo de codificação, e mereceu lugar de destaque no debate político mundial, graças ao facto de, neste processo, se ter constituído como algo próximo do que se considera pensamento político. Esta mudança corporiza-se naquilo que alguns apelidam de “ciberlibertarismo”³⁸, onde se verificam afinidades entre recursos eletrónicos e ideias sobre valores como liberdade e democracia ou a vida em sociedade e economia.

³⁴ *Apud* COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: pp. 216 e 217

³⁵ *Apud ibidem*

³⁶ *Ibidem*

³⁷ *Ibidem*

³⁸ Entre outros, WINNER, Langdon – «Technology Today: Utopia or Dystopia?»: p. 1001; TURNER, Fred – «How Digital Technology Found Utopian Ideology: Lessons from the First Hackers' Conference»: [n.p]; LEMLEY, Mark A. – «Place and Cyberspace». *California Law Review* [em linha]. Vol. 91, nº2, Artigo 5 (2003): p. 521; HUNTER, Dan – «Cyberspace as Place and the Tragedy of the Digital Anticommons». *California Law Review* [em linha]. ISSN 0008-1221. Vol. 91, nº2, Artigo 4 (2003): pp. 8 e 9

Na sequência deste percurso, regista-se uma sobrevalorização (às vezes quase irracional) das potencialidades da tecnologia e das suas capacidades para mudar o mundo, apontando mesmo na direção de outra eventual revolução digital que alguns mentores/líderes da internet contestam³⁹.

Com base na descrição das mudanças operadas, ou a operar, os atuais “utopistas tecnológicos”⁴⁰ apostam em melhorias sociais significativas, não se colocando, porém, algumas interrogações pertinentes como quem poderá ou não beneficiar desta nova ordem, como será distribuído o poder, como será resolvida a questão da injustiça social, se não toda, que franja da população será visada pela democratização ciberespacial tão propalada ou, finalmente, quem deterá o poder para se pronunciar sobre todas estas questões.

As respostas para estas questões não mereceram grande reflexão a quantos, ciberlibertários, ou outros, sobre elas se debruçaram, porventura por terem presente que as simples ou as eventuais respostas poderiam, em si só, criar constrangimentos à passagem ao ponto seguinte do percurso encetado implicado no progresso “biotécnico”⁴¹, cuja principal característica seria a de assistir a uma amálgama humana e técnica.

Como consequência lógica do que foi dito, afigura-se-nos mais pertinente imputar o fracasso da visão do ciberespaço enquanto utopia, não tanto à sua pretensão de separação, mas antes à pretensão de uma separação experimental. Para os seus teorizadores, o ciberespaço era “a fronteira final”, “espaço vazio”⁴², portanto absolutamente apto para receber todos os elementos (normativos) onde radicariam os preceitos legais orientadores da comunidade. No entanto, verificar-se-ia que tais assunções enfermavam de erro, uma vez que, o ciberespaço, a um tempo, está incluso e é pertença do mundo real, não tanto por decisão dos governos que assim o determinaram ou por tais governos sobreporem o seu poder

³⁹ MOROZOV, Evgeny – *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. 1ª Ed. Nova Iorque (NY): Public Affairs, 2011. ISBN 978-1-58648-874-1: pp. 313 e 314

⁴⁰ *Ibidem*

⁴¹ WINNER, Langdon – «Technology Today: Utopia or Dystopia?»: p. 1006

⁴² COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: pp. 217 e 218

fisicamente perante os utilizadores do espaço real, mas sobretudo por os utilizadores do ciberespaço serem parte integrante do espaço real.

Como chegou a ser reivindicado, a verdade é que o ciberespaço não pode ser o espaço da mente, pelo simples facto de as mentes se não poderem dissociar de corpos que, por sua vez, habitam o mundo real; de acordo com essa inevitabilidade, cai por terra a alegação da pré-existência do ciberespaço face aos seus utilizadores. Ao invés disso, os utilizadores de que falamos encaram o ciberespaço como um projeto que desenvolverão e os acompanhará pela vida, como ferramenta crescentemente importante no despontar, concretizar e concluir dos seus objetivos banais e reais. Como falar então de ciberespaço como utopia? Não é possível, porque o conceito encerra em si o contrário do que falamos: pessoas reais que habitam espaços reais onde desenham e concretizam objetivos reais⁴³. Esta dimensão, rejeitada pelos utopistas do ciberespaço, foi como que o ingrediente que viabilizou, por tanto tempo, a defesa da peculiaridade do ciberespaço que, em derradeira análise, se revelou redutora na proporção do aumento e da crescente heterogeneidade da comunidade ciberespacial, cuja “experiência do ciberespaço”⁴⁴ foi gradualmente sendo intermediada, à semelhança do espaço real, por grupos comerciais.

Desse tempo, ficou como marca distintiva, a menção recorrente à “anarquia da Internet”⁴⁵ e à consequente e necessária ausência de controlo dos governos, bem como ao imperativo de cumprimento das normas autoimpostas pelos cibercidadãos para a sua comunidade. No entanto, foi-se revelando que, da parte dos utilizadores havia algum sentimento de repúdio da perspectiva do ciberespaço que era apresentada pelos utopistas e na qual não se reviam. Na verdade, faltava-lhes uma organização fidedigna para processar as suas “transações online”, algo ignorado pelos utopistas do ciberespaço cuja prática tendia a desvalorizar a presença dos governos e dos seus normativos – e consequente exercício de poder – na internet⁴⁶.

⁴³ *Ibidem*

⁴⁴ *Ibidem*

⁴⁵ STEIN, Allan R. – «The Unexceptional Problem of Jurisdiction in Cyberspace»: p. 1174

⁴⁶ BOYLE, James – «Foucault in Cyberspace: Surveillance, Sovereignty, and Hardwired Censors». *University of Cincinnati Law Review* [em linha]. ISSN 0009-881. Vol. 66 (1997): p. 178

Não obstante estes constrangimentos, a visão de um ciberespaço experimentalmente separado resistiu ao tempo, provando a prevalência do pensamento utópico até entre aqueles que intentam demonstrar a sua falência⁴⁷. Talvez a imagem do, passe-se a expressão “um Homem, uma opinião”, tenha contribuído para a sua manutenção e para a crença, transversal aos anos ‘90, da democracia no ciberespaço. Contudo, o tempo, sempre o tempo, mostraria que aquele não se democratiza e que os sinais recebidos por parte da utopia resultam da sua utopia e significam, tão apenas, que também aqui se verifica evolução que advém da maturidade⁴⁸.

Todos estes fatores conjugados acabaram por provocar o efeito expetável: a redução dos níveis de confiança no ciberespaço por parte dos utopistas, que realizaram (finalmente?) que não seria possível o que advogavam – uma internet sem regulação. Sem a desvincular da sua condição de espaço social onde algo se desencadearia, o que não era previsível era que esse algo seria, precisa e ironicamente, o controlo social⁴⁹.

Hoje não se pode afirmar, com certeza plena, que o ciberespaço atingiu a sua maioridade; talvez seja precoce dizer-se mesmo que atingiu a idade madura: porém, certo é que já passou a idade da inocência. Tudo conflui para uma nova mundividência: a recorrência de ligações, a “utopia mínima”⁵⁰ e o desenvolvimento do mundo da Internet, são disso prova clara e tal não significa necessariamente um cenário (mais) favorável, antes pelo contrário, tudo o que nos é permitido saber aponta no sentido de uma dimensão caracterizada por alguma opacidade que, de claro, só permite adivinhar riscos para a sociedade⁵¹.

⁴⁷ COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 218

⁴⁸ BENKLER, Yochai – *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom* [em linha]. New Haven (CT): Yale University Press, 2006. ISBN 978-0-300-11056-2: p. 215

⁴⁹ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: pp. ix e xiii e MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 42-44

⁵⁰ FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Da Utopia da Sociedade em Rede à Realidade da Sociedade em Risco»: p. 284

⁵¹ LÉVY, Pierre – *Cibercultura* (Carlos Irineu da Costa, trad.) [em linha]. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora 34, 1999. ISBN 85-7326-126-9: p. 118

§ O REALISMO E A LEITURA DO VIRTUAL COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: O CIBERESPAÇO COMO REDE

Apenas uma rede! É esta a afirmação que, segundo os críticos da metáfora do “ciberespaço”, é a resposta e, ao mesmo tempo, o âmago da questão sobre a teorização do ciberespaço – e a sua construção. Não, afirmam, o ciberespaço não é “um espaço”, é tão-somente uma “rede” e deve ser analisado com esta premissa em mente⁵².

A esta visão acresce uma outra que defende a utilidade das metáforas espaciais no ultrapassar de questões de foro particular, ocasião em que caberá aos tribunais, e na presença de objetivos precisos, lançar mão daquele recurso⁵³. Efetivamente, embora se possa abordar, com alguma recorrência, a questão da Internet em termos espaciais⁵⁴, podendo, inclusivamente, os seus utilizadores, pontualmente, “vê-la” como um lugar físico, a verdade é que, para os propulsores do ciberespaço como mera rede, uma observação mais aturada, concluirá que tal associação não é muito consistente⁵⁵.

Esta sobreposição, que leva a entender o ciberespaço como espaço, mereceu duras críticas particularmente a dois estudiosos desta matéria, ANDREW SHAPIRO e TIMOTHY WU, tendo o primeiro apontado a metáfora do ciberespaço como lugar autónomo, enfatizando que o que acontece no ciberespaço também acontece no mundo real⁵⁶, tratando-se, apenas de uma rede que podemos controlar, o que sustenta os fundamentos das “autonomias do ciberespaço”. Aquele autor defende mesmo que a afirmação de que o ciberespaço é um lugar autónomo é errónea porquanto ele não está “noutro lugar”⁵⁷. E a posição de WU vai no mesmo sentido; também para ele não é possível aceitar que o ciberespaço é um lugar autónomo, salientando que, com o passar do tempo, a metáfora do lugar foi

⁵² COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 226

⁵³ *Ibidem*

⁵⁴ HUNTER, Dan – «Cyberspace as Place and the Tragedy of the Digital Anticommons»: pp. 453 e 454

⁵⁵ LEMLEY, Mark A. – «Place and Cyberspace»: p. 523

⁵⁶ Neste sentido, ver também SHAPIRO, Andrew L. – *The Control Revolution: How the Internet is Putting Individuals in Charge and Changing the World We Know*. 1ª Edição. Nova Iorque (NY): PublicAffairs, 1999. ISBN 1-891620-86-X

⁵⁷ HUNTER, Dan – «Cyberspace as Place and the Tragedy of the Digital Anticommons»: pp. 13 a 15

perdendo consistência mercê da constatação de que o ciberespaço não era um qualquer mundo aparte onde os seus utilizadores viviam⁵⁸.

Desde os seus primórdios que ao ciberespaço presidiram os interesses da sua comunidade de utilizadores, nomeadamente as relações que estabeleciam entre si, sendo, portanto, de pôr de lado a ideia de alguma vez ter sido um lugar ou um seu qualquer equivalente. De facto, foi concebida para ser uma rede capaz de satisfazer as atividades que os seus utilizadores aí pudessem exercer, o que invalida a hipótese de uma ligação entre a metáfora de que temos falado e a tecnologia que esteve/está na base do ciberespaço. Nessa condição de rede, não permite aos seus utilizadores que possam dizer onde se encontram ou que trajeto fizeram para chegar: falamos, então, de percursos que são feitos através das vias de *bits* que povoam esta rede, percursos esses suportados tecnologicamente⁵⁹.

De onde vem, então, a ideia do ciberespaço como espaço independente? Pode resultar do facto de navegarmos através de lugares físicos que podem estar em qualquer ponto do globo e que nos dão a ideia de viajar, mas pelo ciberespaço, associando-o assim a um lugar. Será assim, eventualmente. Mas esta ideia contém, em si mesma, a sua própria subversão: há um fosso enorme entre o ciberespaço e o mundo real – e o ciberespaço, defendem, é uma rede! – porquanto só assim se entende a ligação imediata entre lugares e pessoas tão distantes, a tal distância que se resolve com um clique e que nunca seria possível no mundo real. Com base neste vetor, não é demais reforçar o que temos vindo a dizer, que o ciberespaço mais não é que uma rede, um código que funciona com base em tal rede, através da qual os utilizadores comunicam entre si, entre os seus computadores. Não se *está* no ciberespaço, *comunica-se* no ciberespaço⁶⁰.

À aceitação do ciberespaço como um lugar, parece presidir uma matriz espontânea que se funda no desejo da reformulação do que é novo em algo conhecido. Porém, tal matriz, longe de ser científica, bem pode comprometer a

⁵⁸ *Idem*, p. 15

⁵⁹ *Ibidem*. Também neste sentido, MITCHELL, William J. – *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*: pp. 8 e 9

⁶⁰ LEMLEY, Mark A. – «Place and Cyberspace»: pp. 523 e 525

visão que se tem da Internet, seguramente diferente daquilo a que os nossos sentidos nos possam induzir.

Perante o que foi dito, para os defensores e propulsores da tese da mera rede (que veem no ciberespaço apenas um canal de transmissão)⁶¹, afigura-se estranho que se insista tanto nesta ideia de que, de algum modo, ciberespaço e espaço são conceitos que se “sobrepõem”. Porventura o melhor processo para desconstruir estas ideias será perceber que o que se entende por espaço tem a ver com o que o conhecimento e a experiência humanos ditam pelo que, confrontar este conceito com o expresso na metáfora do ciberespaço, leva a que se perceba que, para os teorizadores da tese da mera rede, este não possa ser entendido como espaço.

Para entender a espacialidade do ciberespaço é preciso desvincular o conceito de espacialidade vivenciada da de modelos abstratos e conceituais de “espaço”. A metáfora do “ciberespaço” comporta uma espacialidade experimentada, mediada pelo conhecimento humano.

Neste contexto, entende-se por ciberespaço “o conjunto dos sistemas informáticos *hardware* e *software*, redes de comunicação equipamentos e meios de comunicação e informação neles processada e armazenada”⁶². Em direção paralela, são usadas expressões como “espaço virtual, mundo virtual, reino eletrónico, esfera da informação, etc.”⁶³. Deste modo, e na linha do que vem sendo afirmado não parece concebível que se defina ciberespaço como um conjunto de equipamentos e o que a metáfora procura estruturar é a destrição que deve ser feita entre os dois sentidos que dubiamente se atribuem a ambas as expressões, “espaço” e “metáfora”⁶⁴.

Cumprido, pois, esclarecer esses aspetos. Formalmente, espaço é visto como um vazio que pode ser ocupado; ocupado por pessoas e/ou por objetos o que, por

⁶¹ SANTOS, Lino e MARQUES GUEDES, Armando - «Breves Reflexões sobre Poder e Ciberespaço. Brief Thoughts on Power and Cyberspace». *Revista de Direito e Segurança*. ISSN 2182-8687. Ano III, nº6 (julho/dezembro de 2015): p. 206

⁶² SANTOS, José Lino Alves dos – *Contributos para uma melhor governação da cibersegurança em Portugal*. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa: [s.n.], 2011. Dissertação de Mestrado: p. 2

⁶³ *Ibidem*

⁶⁴ COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 227

consequente, lhe confere a capacidade de ser definido consoante critérios formais ou experimentais⁶⁵. No cômputo dos padrões experimentais, verifica-se que ser absoluto e vazio não é apanágio do espaço. Efetivamente não é possível captar, em termos experimentais, “o espaço cartesiano abstrato”⁶⁶. Experimentalmente, a resposta passa pela localização e pela orientação. O conhecimento humano percebe o que o rodeia em três dimensões, o que implica que a orientação das coisas seja dada em função do próprio, sendo que o contrário não é válido. Assim, o eixo da compreensão humana [do espaço] é o próprio “eu” que delimita e circunda o que lhe está adjacente, o que confere ao espaço relatividade e mutabilidade.

O argumento da rede, como a longa tradição do racionalismo jurídico dentro do qual está situado, baseia-se fortemente nessa compreensão da metáfora como fundamentalmente supérflua para a razão⁶⁷. Não obstante, nos últimos anos a experimentação espacial no e do ciberespaço tem sido, cada vez mais, uma realidade, o que deixa adivinhar que, também ele próprio, possa ser reconhecido como um espaço bidimensional que transporta características do espaço tridimensional que habitamos⁶⁸, pese embora não nos trâmites cartesianos ou euclidianos.

Isto prende-se com a forma como as experiências do ciberespaço são descritas pelos próprios utilizadores; tal como seria perceptível para a teoria da cognição incorporada, o ciberespaço é, nesta assunção, a vivência de elementos como distâncias ou balizas de referência. No ciberespaço, as distâncias, malgrado tenham como “unidades de medida” cliques, e não aquelas que se usam num mapa ou numa qualquer viagem, não deixam, contudo, de ser distância. Essa ideia, note-se, é olhada com relutância por uma faixa de utilizadores que têm em mente a

⁶⁵ Também neste sentido, cfr. LEFEBVRE, Henri – *The Production of Space* (Donald Nicholson-Smith, trad.) [em linha]. Oxford: Blackwell, 1991. ISBN 0-631-14048-4.

⁶⁶ COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 227

⁶⁷ *Idem*, p. 229

⁶⁸ Cfr. MAZZOLA, Renan Belmonte – *Análise do Discurso do Ciberespaço: Heterotopias Contemporâneas* [em linha]. São Paulo: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado: p. 56, e BĂDULESCU, Dana – *Heterotopia, Liminality, Cyberspace as Marks of Contemporary Spatiality* [em linha]: n.p.

conceção cartesiana da distância, (isto é, como uma experiência, afastando-a do tempo).

A mesma linha de leitura se deve aplicar quando nos referimos às naturais justaposições que são geradas pela tecnologia do ciberespaço e pelas criadas pela do espaço real: embora se trate, em ambos os casos, de justaposições, são, contudo distintas entre si. Em ulterior análise, as primeiras acabam por se apor, em termos geográficos, à experiência ciberespacial do utilizador, o que impulsionou o uso de uma série de metáforas espaciais (não porque “ciberespaço” é “um espaço” no sentido cartesiano, antes devido ao facto de as metáforas descreverem uma experiência) para transmitir, o mais preciso possível, a experiência do ciberespaço⁶⁹.

Assim sendo, percebe-se que não seja bem aceite a perspectiva dos que entendem que o ciberespaço mais não é que uma rede de computadores e, concomitantemente, uma (mera) infraestrutura. De facto, a questão é muito maior e radica no facto de o ciberespaço, a montante da possibilidade de se afirmar como infraestrutura, explorar, ele próprio, as infraestruturas existentes, no sentido de promover o uso dos recursos disponíveis a partir de parâmetros criativos que se fundam em pressupostos humanos (sociais) e técnicos⁷⁰.

Por tal, e no que a nós respeita, consideramos, pois, que tal como a visão utópica dos primeiros visionários do ciberespaço, a tese da mera rede acaba por não se coadunar com o que é, hodiernamente, o ciberespaço e a sua experiência. É, sim, um espaço outro, uma heterotopia jurídica.

⁶⁹ Navegar na internet, *web site*, baixar ou carregar são alguns desses exemplos. Cfr. COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: pp. 229 e 230

⁷⁰ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 193

**PARTE 2 | O APOGEU DA HETEROTOPIA JURÍDICA: CIBERESPAÇO
COMO ESPAÇO DIFERENCIADO, A SOCIEDADE E O INDIVÍDUO**

§ O CIBERESPAÇO E O APOGEU DE UM NOVO MOMENTO: HETEROTOPIA JURÍDICA

A vida do Homem decorre num espaço que o leva a definir-se, a estruturar-se e que é, em si próprio imbuído de diversidade, característica do que não é linear. Neste hiato, que se povoa de relações, não há, assim, lugares que se priorizem em relação a outros, mercê da unicidade que os autentica⁷¹.

Se falamos do “espaço” que ocupamos na nossa existência real, também é possível transpor o conceito para o domínio do ciberespaço e várias correntes de pensamento atual o fizeram, sendo que, algumas delas, são designadas como heterotópicas⁷². Esta designação aponta, naturalmente para a sua coexistência com outras como sejam a isotopia e a utopia.

Assim, a ideia de um terceiro espaço situado algures numa espécie de interseção entre o que foi considerado como “utopia” e “isotopia”, surgiu, como se disse, na sequência da linha de reflexão que muitos analistas jurídicos teceram a propósito da natureza do ciberespaço⁷³. Esta ideação, que extravasa a dimensão limitada defendida por aqueles comentadores, era, por conseguinte, tida como algo pouco consistente, porque vista à luz dos conceitos mais “convencionais”, ou pelo menos mais aceites, os de “utopia” e “isotopia”. No caso dos teorizadores de heterotopia, a sua visão preconiza o caráter distinto do ciberespaço (por oposição à visão igualitária dos isotopistas), sublinhando a sua permeabilidade tecnológica bem assim como o uso que lhe pode ser dado por parte dos grupos do mundo real (que contraria as perspetivas utópicas)⁷⁴. Todavia, apesar das ideias distintas que defendem, não é demais referir o papel importante que estas teorias assumem como instrumentos de estudo do ciberespaço na sua dupla confluência, a social e a espacial.

⁷¹ FOUCAULT, Michel – “Des Espaces Autres (Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias)”: p. 3

⁷² Neste sentido, MAZZOLA, Renan Belmonte – *Análise do Discurso do Ciberespaço: Heterotopias Contemporâneas* e FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações». *Brazilian Journal of Technology, Communication, and Cognitive Science* [em linha] ISSN 2357-7126. Vol. 5, nº1 (2017)

⁷³ COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 222

⁷⁴ *Ibidem*

A nova realidade da espacialidade transportada pelo ciberespaço modifica o uso que fazemos do espaço físico (antigo) e, em contraponto, associado ao domínio que temos desse espaço surge a pretensão de o refletirmos no ciberespaço⁷⁵.

As doutrinas contemporâneas do ciberespaço tiveram como influências “embrionárias” de relevo as obras de LESSIG e REIDENBERG⁷⁶ que contestaram a dimensão utópica dos defensores da exceção do ciberespaço, que LESSIG apontou como principal entrave a uma ponderação capaz sobre as limitações tecnológicas da liberdade no ciberespaço e, concomitantemente, a preponderância (não tida em conta devidamente) do código na qualidade de organismo de regulação⁷⁷. Por seu lado, REIDENBERG frisou a valia do código enquanto disponível como veículo facilitador da regulação do Estado. Numa fase posterior, pós-código, deixou de ser coerente associar ao ciberespaço uma vertente política constante; o que talvez não tinha sido devidamente ponderado neste processo foi a perspectiva espacial e excecionalista que LESSIG apontou como sendo a do ciberespaço, lugar onde se privilegiava a edificação da diferença e a fundamentação “social heterotópica”⁷⁸.

Neste particular, assumimos a nomenclatura adotada por FOUCAULT⁷⁹ de heterotopia que, mais do que mera terminologia, é a apropriação de uma perspectiva própria que entende o espaço como indispensável na vivência comunitária, o mesmo se aplicando ao que respeita ao exercício do poder; o conceito prende-se, assim, com espaços únicos que na sua individualidade têm papéis diferentes de outros, aos quais se podem mesmo opor⁸⁰.

⁷⁵ GOBY, Valerie – «Physical Space and Cyberspace: How Do They Interrelate? A Study of Offline and Online Social Interaction Choice in Singapore». *CyberPsychology & Behavior* [em linha]. Vol. 6, nº6 (2003): p. 639

⁷⁶ *Apud* COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 222

⁷⁷ Ver *infra* PARTE 3

⁷⁸ Neste sentido, COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 222

⁷⁹ Cfr. FOUCAULT, Michel – “Des Espaces Autres (Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias)”

⁸⁰ COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 222, BOYLE, James – «Foucault in Cyberspace: Surveillance, Sovereignty, and Hardwired Censors»: pp. 185 e 186, e HARVEY, David – «The Experience of Space and Time». In *The Condition of Postmodernity: An Inquiry into the Origins of Cultural Change* [em linha]. 3ª Reimpressão. Cambridge (MA) [etc.]: Blackwell, 1992. ISBN 0-631-16294-5: p. 304

Na sua circunstância de ser heterotopia, o ciberespaço coaduna-se com subalternização a lugares e coisas – e, por extensão, ao poder dos que controlam tais lugares e coisas, o que compromete o que se aceita como sendo a noção de “ser físico”; isto fica a dever-se a uma conceção de poder distinta⁸¹ que, paralelamente, se constitui como um modo diverso de confrontar o poder⁸². Uma aceção assim fundamentada implica que se veja a práxis espacial como reflexo de toda a movimentação da práxis social. Malgrado a separação que se verifica entre ambas, isso não invalida que se mantenha o controlo geral, porquanto falamos de uma sociedade que, na sua globalidade, se vê sob o domínio da práxis política, ou dito duma forma mais pragmática, sob o domínio do poder do Estado. Nesta aceção, uma componente importante que é integrada é uma heterotopia tecnológica que se apresenta, a um tempo, como uma sorte de “faz de conta” do futuro caracterizado pela tecnologia ou, de modo mais concreto, como um sistema de produção do mundo real atual⁸³.

Não será excessivo dizer-se da época atual que é o tempo do espaço – afinal, já vai algo longe o período em que se afirmava a existência de um lugar e de um tempo para tudo, dado que convivemos com a dispersão no tempo e do lugar⁸⁴. E a palavra “dispersão” bem pode ser substituída aqui por “simultaneidade”, na medida em que se (entre)cruzam elementos como perto e longe, do que está disperso, de conflitos atuais, até de países. É mesmo crível afirmar que o que sabemos do mundo é de facto muito pouco face à velocidade da rede que vai (inter)ligando – agora usa dizer-se “conectando” – pontos no ciberespaço.

Quando atrás se usou a palavra “simultaneidade”, fez-se no mesmo sentido com que FOUCAULT recupera o conceito que HENRY ADAMS aponta como “multiplicidade” que, na ótica deste autor, presidia ao século XX e de que emergia a premissa de tempo e de espaço como tautócronos⁸⁵. Esta nova abordagem do

⁸¹ Quanto ao poder no ciberespaço, cfr. NYE, Joseph S. – *Cyber Power*. Technical Report. Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School, 2010 e CEDERBERG, Aapo – «Future Challenges in Cyberspace». *GCSP Policy Paper* [em linha]. Artigo 2015/4 (2015): p. 2

⁸² MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 937-938

⁸³ Neste sentido, LEFEBVRE, Henri – *The Production of Space*: pp. 8, 9 e 12

⁸⁴ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 159-161

⁸⁵ BĂDULESCU, Dana – *Heterotopia, Liminality, Cyberspace as Marks of Contemporary Spatiality*: n.p.

conceito é tanto mais importante porquanto dela radica toda a fundamentação teórica de heterotopia que FOUCAULT advoga e que toda a envolvente do incremento tecnológico e científico a que o século XX assistiu, viria indubitavelmente corroborar⁸⁶.

Deste modo, a referência a heterotopia pressupõe aludir a espaços que se distinguem por ser, a um tempo, físico e mental, mas que não encontram necessariamente um “aqui” para “ser...”, albergando, contudo, a possibilidade paradoxal de fazer coincidir sítios na rede intrinsecamente divergentes⁸⁷. Estes espaços, de acordo com a leitura de FOUCAULT⁸⁸, servem o desígnio de se constituírem como uma espécie de quimera que se contrapõe à confluência dos espaços que compartimentam a vida real ou, ainda que não separado deste aspeto, o de se disponibilizarem para construir uma alternativa a este espaço real, mas onde impere a perfeição e a organização, nos antípodas da realidade espacial que conhecemos. Tais espaços, exibem, por um lado, uma parcela deixada a cargo da imaginação, que contudo, acaba por funcionar, em certa medida, como reflexo do mundo real⁸⁹, dividido; por outro, acabam por funcionar como criadores de espaços exemplares onde vigora a perfeição e a organização, o que se revela totalmente paralelo e inversamente proporcional àquele outro mundo que é o nosso e que, embora real, se pauta pela assimetria e pela confusão⁹⁰.

O ciberespaço estrutura-se de modo diverso de qualquer outro espaço ou lugar, dada a sua condição de não ser físico, que existe porque projetado, corporizando-se num ecrã. Este, reforma o conceito de “totalidade”, interpelando-a e colocando-a no centro de discussão, o que pode conduzir à sua desconcentração ou mesmo fragmentação⁹¹. O que pode resultar como de maior monta, nesta circunstância, é a afirmação de que estamos perante a evidência do movimento

⁸⁶ *Ibidem*

⁸⁷ *Ibidem*

Também neste sentido, cfr. FOUCAULT, Michel – “Des Espaces Autres (Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias)”: p. 6

⁸⁸ *Ibidem*

⁸⁹ Também neste sentido, BRADLEY, Caroline e FROOMKIN, A. Michael – «Virtual Worlds, Real Rules». *New York Law School Law Review* [em linha]. ISSN 0028-7881. Vol. 49 (2004). *University of Miami Legal Studies Research* [em linha] Artigo 2008-22: p. 133

⁹⁰ FOUCAULT, Michel – “Des Espaces Autres (Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias)”: p. 8

⁹¹ LEFEBVRE, Henri – *The Production of Space*: p. 399

ininterrupto do que entendemos como “real” e em interrogação ulterior sobre o ponto fulcral (“o do centro e do 'descentramento'”⁹²) e que permite relevar outras como “a repetição, a diferença, o tempo e a justaposição”⁹³. E, neste domínio, surge a heterotopia com a sua capacidade de promover a coexistência num local real, de várias “ocorrências” que se pautam pela inconciliabilidade intrínseca⁹⁴.

Este estado de coisas autoriza a que se aluda a um novo paradigma, assente no corte com o passado, marcado por um tom excessivo, incontido, em que as arquiteturas do espaço físico e do ciberespaço se interligam, ou seja, em que há lugar para confluência do corpo físico, fisicamente situado e daquilo que se considera como a sua dimensão eletrónica, quebrando as barreiras demarcadas pelo espaço arquitetónico convencional, tornando obsoleta a cosmovisão que lhe estava subjacente⁹⁵.

Se é prerrogativa do ser humano a génese do espaço como social, já o ciberespaço é da responsabilidade social, que o constrói a partir do diálogo subjetivo e arbitrário estabelecido entre o espaço físico e o digital⁹⁶. Sendo algo que se situa entre “uma coisa e coisa-sem-pretensão-a-ser”⁹⁷, uma vez que não se explica como intangível, sequer como uma agregação de coisas ou uma amálgama preenchida de lugares, a hipótese de fixação da sua eventual nomenclatura leva-nos à conclusão de que não lhe podemos associar nem o mental nem o concreto. Sobra, então, a possibilidade de estabelecer uma espécie de “pacto” em que se aceita que o alicerce estruturante do ciberespaço é o espaço físico (se quisermos natural), sobre a qual se erguem redes entrecruzadas que, malgrado o seu “invólucro” físico, lhe sobrevivem, para além da sua corporização e que ameaçam a

⁹² MAZZOLA, Renan Belmonte – *Análise do Discurso do Ciberespaço: Heterotopias Contemporâneas*: p. 56

⁹³ *Ibidem*

⁹⁴ *Ibidem*

⁹⁵ BOSTROM, Nick – «Technological Revolution: Ethics and Policy in the Dark» [em linha]. In CAMERON, Nigel M. de S. e MITCHELL, M. Ellen (eds.) – *Nanoscale: Issues and Perspectives for the Nano Century*. 1ª Ed. [s.l.]: John Wiley & Sons, Inc., 2007. ISBN 780470165874: pp. 9 e 10, e MITCHELL, William J. – *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*: p. 44

⁹⁶ Também nesse sentido, e argumentando que a arquitetura do ciberespaço influi o espaço físico, cfr. EPSTEIN, Richard A. – «Cybertrespass». *University of Chicago Law Review* [em linha]. ISSN 1939-859X. Vol. 70, nº 1, Artigo 6 (2003): p. 82

⁹⁷ ANTMAN, Benjamin – *Cybernetic Social Space: A Theoretical Comparison of Mediated Spaces in Digital Culture*. Blekinge Institute of Technology – School of Computing: [s.n.], 2014. Monografia de bacharelato: p. 25

sua inteireza, quer pela transformação a que o podem sujeitar, quer, em derradeira instância, pela (ameaça de) destruição que o pode abalar⁹⁸.

Para WINNICOTT⁹⁹, a expressão “espaços potenciais” aponta para um campo entre o mundo externo e o interno, ou, o mesmo é dizer, o que se baliza como subjetivo ou o que se reveste de objetividade. O atrito, que naturalmente é causado pela confrontação entre ambos, embora não seja abolido, está, contudo, limitado neste espaço¹⁰⁰.

Um vetor peculiar da heterotopia a que FOUCAULT alude é o facto de ter no seu âmago a possibilidade de gerar um espaço ilusório que tem, paradoxalmente, a faculdade de expor a ilusão, porventura ainda maior, que grassa no mundo real e onde a vida acontece ou, em contraponto, criar um outro espaço real onde impere, em sentido oposto ao que acontece no mundo real onde circulamos, a ordem e a perfeição¹⁰¹.

Na mesma direção orienta-se, então, a ideia de que heterotopia engloba quer a construção de sentidos que delineiam a realidade, quer a volubilidade que advém da união de tempo e espaço. A vivência na rede, traduz-se, assim, num efeito que é, ao mesmo tempo, causa, porquanto ali tudo é, simultaneamente, operação e resultado. No seio da heterotopia, há a possibilidade de uma nova e atual leitura da interação e comunicação processadas entre sujeitos que, no entanto, só se concretiza no ciberespaço, dada a sua condição de “etéreo”, possibilidade vedada em termos geográficos. Malgrado esta “condição”, é irrefutável, porque facilmente observável, que o ciberespaço se tornou uma parcela essencial da vida quotidiana que se rege pela coexistência de universos paralelos, mas agora indissociáveis, o real e o virtual: e, desta coexistência ressalta como evidente que, se o ciberespaço tem a capacidade de maximizar, pode ser também fonte de desorientação. Esta

⁹⁸ LEFEBVRE, Henri – *The Production of Space*: pp. 402 e 403

⁹⁹ *Apud* WHITTY, Monica T. e CARR, Adrian N. – «Cyberspace as Potential Space: Considering the Web as a Playground to Cyber-Flirt». *Human Relations* [em linha]. ISSN 00187267. Vol. 56, nº7 (2003): pp. 10 e 11

¹⁰⁰ *Ibidem*

¹⁰¹ Neste sentido, FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações»: p. 6

dupla aceção prende-se, antes de mais com a forma como se pode entender a heterotopia, um “vazio” criado entre o real e o imaginário^{102/103}.

Quanto a esta dualidade, é NEGROPONTE¹⁰⁴ quem firma que a vida se situa, agora, entre uma antinomia visceral: se, por um lado nos “enraizamos” nos átomos do nosso mundo real, por outro, vivemos a expectativa de nos familiarizarmos com a dimensão virtual do universo de *bits* que se movimenta de modo mais fluído que os átomos.

Embora seja um lugar-comum, não deixa de ser verdade que à passagem do tempo, equivale uma mudança paralela. Verdade! Também não é menos verdade que a vida do “mundo real” que muitos de nós conheceram num tempo não muito distante, sofreu mudanças significativas, sobretudo devido à alteração de paradigma, mercê da existência e da influência, de um outro espaço que não o “nosso”, o ciberespaço. As alterações que se verificam têm a ver, antes de mais, com a mistura entre o espaço real e o ciberespaço que originam uma leitura diferente do espaço entre ambos e que, na linha do que vem a ser dito, se pode apelidar de “heterotopia jurídica de exibição”¹⁰⁵, em virtude do que tem a montante, isto é, às análises distintas que privilegia.

Efetivamente, como JOHNDAN JOHNSSON¹⁰⁶ preconiza, há notoriamente uma alteração na nossa relação com o espaço que se concretizou, mercê da influência da tecnologia digital, que se foi apropriando do real, e que operacionalizou um fenómeno novo que consiste na mudança do espaço que passámos a “habitar”. De facto, uma parte crescente da humanidade “circula” com

¹⁰² WHITTY, Monica T. e CARR, Adrian N. – «Cyberspace as Potential Space: Considering the Web as a Playground to Cyber-Flirt»: p. 16, e FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações»: pp. 6 e 9

¹⁰³ Veementemente contra esta linha de pensamento, encontra-se CIVIN que defende que, dada a propensão “dos sistemas cibernéticos” para serem agressivos, a marca que imprimem é a da ansiedade que criam, o que justifica que sejam vistos por alguns como distantes daquele “vazio” a que nos referimos. Cfr. CIVIN (2000) *apud* WHITTY, Monica T. e CARR, Adrian N. – «Cyberspace as Potential Space: Considering the Web as a Playground to Cyber-Flirt»: p. 17

¹⁰⁴ NEGROPONTE (1995) *apud* ANTMAN, Benjamin – *Cybernetic Social Space: A Theoretical Comparison of Mediated Spaces in Digital Culture*: p. 12

¹⁰⁵ Neste prisma, e partindo dos valores basilares propugnados por FOUCAULT, RENAN MAZZOLA apresenta-nos uma nomenclatura diferente, intitulando o ciberespaço como heterotopia de exposição. Cfr. MAZZOLA, Renan Belmonte – *Análise do Discurso do Ciberespaço: Heterotopias Contemporâneas*: p. 65

¹⁰⁶ JOHNSON (1998) *apud* ANTMAN, Benjamin – *Cybernetic Social Space: A Theoretical Comparison of Mediated Spaces in Digital Culture*: pp. 6 e 7.

um à-vontade crescente no espaço virtual onde tudo se desenrola num *continuum*, numa situação semelhante a um estado ilusório, onde tudo se vive numa superficialidade indisfarçável. Tudo o que nos chega se repete *ad infinitum* por via da globalidade das redes que nos manipulam e gerem¹⁰⁷.

O ciberespaço não surgiu de geração espontânea, foi criação humana, de feição social e caracteriza-se pelo pendor maleável, “aterritorial” e virtual do seu universo, fazendo depender essa edificação do lugar que intentamos conseguir¹⁰⁸. A referência a ciberespaço, no contexto atual, presume a noção de universalidade, mas sem implicação de uma totalidade, ou seja, a experiência deste espaço implica o seu alargamento, logo universalidade, mas esse alargamento, em sentido oposto, rejeita a possibilidade da totalidade, porque a oferta e obtenção de informação a isso conduz¹⁰⁹.

É vertiginosa a rapidez do tráfego de acesso à internet, impressionante o crescente aumento de pessoas que a ela recorrem e o aumento exponencial de informação disponível. Perante isto, da cosmografia do ciberespaço pode dizer-se vazia que, nesta aceção, se entende como não respondendo a conteúdos específicos, e sem orientação definida. Isto, porém, não o inocula de fazer sentir as suas influências em diversas áreas de interesse da sociedade; pelo contrário, o progressivo acervo de informações produzidas, implica que outras se lhe acresçam, contribuindo para a sua continuada reconstrução. Neste quadro, não é, em absoluto, de descurar, a dimensão humana que está subjacente a todo este processo, que assim envolve todo o ser humano¹¹⁰.

Curiosamente, cada ligação nova, cada informação recolhida ou produzida importa maior diversidade a este universo, esbatendo os seus contornos e acentuando a ideia de humanidade como um todo que se congrega em torno de

¹⁰⁷ Também neste sentido, cfr. MAZZOLA, Renan Belmonte – *Análise do Discurso do Ciberespaço: Heterotopias Contemporâneas*: p. 56, e BĂDULESCU, Dana – *Heterotopia, Liminality, Cyberspace as Marks of Contemporary Spatiality*: n.p.

¹⁰⁸ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 50, FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações»: p. 9 e LESSIG, Lawrence – «Reading the Constitution in Cyberspace». *Harvard Law School – Emory L. J.* [em linha]. ISSN 0094-4076. Vol. 45, nº 3 (1996): p.21

¹⁰⁹ Neste sentido, e apresentando o ciberespaço como universalidade sem totalidade, cfr. LÉVY, Pierre – *Cibercultura*

¹¹⁰ *Idem*, pp. 111 e 119

idiossincrasias que, paradoxalmente, a definem. Assim, cada nova ligação importa mais heterogeneidade e, em sentido divergente, renovado manancial de informação, paralelo a novos pontos de fuga, o que leva a que a ideia (desvanecida) de universalidade de sentido se esbata, gradual e rapidamente, inviabilizando qualquer modo de recuperação. Este estado de coisas se, por um lado permite o acesso ao coletivo e ao comum, garantindo chegar ao que é condição do “humano”, funciona em sentido oposto no que se reporta ao crescendo quer da proliferação do singular, quer da desordem¹¹¹.

Efetivamente, a heterotopia diz mais sobre o que cada um tem de particular do que sobre o que os espaços utópicos registam de imutabilidade, uma vez que se firma no ponto de união entre tópicos tão díspares como sejam, por exemplo, a lógica e o desejo. No âmbito da doutrina pós-Código dos excecionistas, o que mais relevante é suscitado, prende-se com as perguntas que são colocadas à vivência do ciberespaço, mais do que às respostas que eventualmente se obtêm; e essas perguntas situam-se no quadro da (nova) ordem social que se enceta com o ciberespaço ou de como deveremos (re)posicionar o nosso espaço real de modo a conformá-lo, a nosso favor, com aquela nova realidade¹¹².

Para FOUCAULT, trata-se de um “lugar sem lugar”¹¹³, algo que, sendo “visível” não é, contudo, compatível com uma “materialização”, acontecendo mediante as tecnologias em que se funda e as conexões que opera, como uma rede, habilitada a impor-se de forma heterotópica. Falar em tecnologia moderna pressupõe a aceitação tácita de que está em progresso uma transformação que se alicerça em vetores tecnológicos e humanos que a enformam e a justificam. A expressão que KATHERINE HAYLES utilizou, “tecnogénese contemporânea”¹¹⁴ reporta-se à conformidade que se pressupõe existir entre os sistemas e os seus locais de origem, aceitando a existência de uma mudança em curso.

¹¹¹ *Idem*, p. 120

¹¹² Neste sentido, cfr. COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space»: p. 222

¹¹³ FOUCAULT (2006) *apud* FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações»: p. 5

¹¹⁴ *Apud* ANTMAN, Benjamin – *Cybernetic Social Space: A Theoretical Comparison of Mediated Spaces in Digital Culture*: p. 13

Podemos associar a experiência do ciberespaço a uma prática heterotópica se, como FOUCAULT, a percebermos como interpelação numa esfera em que concorrem os espaços mítico e real em que nos situamos¹¹⁵. Neste sentido, e ao apresentar-se como multifacetado, o ciberespaço viabiliza, qual caleidoscópio, uma panóplia de visões diferenciadas do mundo, que tanto constroem como derrubam saberes, e que advêm das mais diversas fontes, que vão das redes sociais a sítios de conteúdos vários, passando pelos, cada vez mais populares, blogs. Esta dimensão mediática dá-nos, por conseguinte, uma perspectiva muito fidedigna de como é hoje complexo conceber uma “fixação” espacial que não seja provisória e fragmentada, em virtude das cambiantes que o ciberespaço nos coloca. Por outro lado, essas cambiantes só serão inteiramente assimiladas se se investir na análise do ciberespaço, abarcando, naturalmente, uma reflexão sobre as benesses que dele resultam para o mundo da realidade (e as que o mundo real é capaz de oferecer, em sentido oposto, numa visão biunívoca), mas também as que emergem, em concreto, das trocas feitas entre ambas as dimensões¹¹⁶.

Das inúmeras possibilidades que a heterotopia revela, apresenta-se a que a um espaço possam corresponder um sem número de espaços ou, numa outra vertente, que a um espaço se “adequem” tempos vários (heterocronias) o que leva a que se relacionem e convivam, de uma forma inusitada, situada algures entre o mágico e o paradoxal, espaços e tempos diversos que, de tão diversos, produzem relações insólitas. Destarte, entende-se como heterotopias e heterocronias a tessitura de relações que se processam, em tempo real¹¹⁷.

É apanágio das novas tecnologias de informação a sua essência interativa que viabiliza a troca permanente quer de elementos de índole eminentemente social, quer de qualquer outro tipo de dados “entre os nossos corpos e mentes e o ambiente global”¹¹⁸. Desta característica sobressai a eventualidade heterotópica de

¹¹⁵ FOUCAULT (2006) *apud* FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – *op. cit.*: p. 5

¹¹⁶ FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações»: p. 5, e ANTMAN, Benjamin – *Cybernetic Social Space: A Theoretical Comparison of Mediated Spaces in Digital Culture*

¹¹⁷ FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações»: pp. 5 e 6

¹¹⁸ KERCKHOVE (2009) *cit.* FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações»: pp. 6 e 7

estar presente num espaço obreiro de sentidos e interpretações que o levam, após a sua movimentação no ciberespaço, a tornar-se num outro espaço. Pode assim dizer-se que, a mundividência de relações culturais e sociais que ocorrem nas redes, são, no fundo, a explanação das relações no seu todo e dos fundamentos que as suportam e que resultam, em análise ulterior, na manifestação de comunicação.

A heterotopia nas redes tem como alvo a inferência de sentidos e aceções, no âmbito das experiências de comunicação, mas também afeta, em maior ou menor grau, não apenas as relações intrapessoais, mas também as interpessoais, a vários níveis do foro social, implicando graus de proximidade diversos. No fundo, o que isso significa é que cada um pode ser sujeito ou objeto nas diferentes circunstâncias que a rede proporciona, retirando das relações que se estabelecem, por um lado alguma volubilidade em resultado da sua própria natureza e, por outro, formas de pensamento diferentes em razão daquela mesma natureza¹¹⁹.

Há subjacente a esta questão do ciberespaço e da heterotopia uma sorte de paradoxo incontornável: a consolidação e consequente alargamento do universo é inversamente proporcional à sua totalidade. Desta premissa, o que pode resultar como óbvio é o questionar desta realidade que, ao mesmo tempo que se avoluma, se “destotaliza”, que, ao mesmo tempo que agrega mais informação, reduz a sua totalidade. Curiosamente, analisada a questão, não se trata de “anarquia” ou sequer de “desordem”¹²⁰. O que, em última instância aqui está em debate é a aceitação de um novo paradigma que acarreta perdas no caminho encetado para reformular o conceito de real (uma vez que aquele que dominávamos foi ultrapassado) na presunção de que todas as perdas significam novas conquistas. Porque o ciberespaço não tem necessariamente que ser desordenado para refletir a heterogeneidade do humano, não será de excluir a necessidade de criar instrumentos que ajudem a trilhar esse caminho; porém, isso não implica, obrigatoriamente, colocar de lado o que se conseguiu em termos de ambiente variado e natural, até porque a inflexibilidade do domínio e do poder não é

¹¹⁹ TAKARA (2015) *cit.* FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações»: p. 9

¹²⁰ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 120

compatível com o ciberespaço¹²¹. Em suma, só teremos condições efetivas de encetar uma discussão abrangente sobre heterotopia se não nos abstermos de contemplar nesse debate a variedade de espaços que está implicada: a sociedade, parcelar ou como um todo, as culturas que a preenchem e, por último os indivíduos que a justificam e fundamentam.

¹²¹ ANTMAN, Benjamin – *Cybernetic Social Space: A Theoretical Comparison of Mediated Spaces in Digital Culture*: p. 50

§ O INDIVÍDUO NO QUADRO DA HETEROTOPIA JURÍDICA:

A PÓS-HUMANIDADE

A tecnologia marca hoje o nosso quotidiano de forma indelével, expressando e sopesando de modo *sui generis* todas as nossas vivências. De facto, tudo o que nos rodeia, a vida como a concebemos é perpassada por um movimento virtual que tem um grande ascendente não apenas na informação que recebemos ou transmitimos, mas também em áreas tão diversas como a economia, a manifestação estética do gosto ou, inclusive, a forma como lidamos com a realidade do nosso corpo¹²².

Esta relação entre o corpo e a tecnologia, e que à primeira vista se pode ver como algo um tanto bizarro, explica-se pelo facto de, também o corpo, se poder virtualizar, isto é, a comunicação *in praesentia* com os outros deixa de ter como elemento obrigatório o “aqui e agora” que era característico de uma forma de comunicar mais antiga e que, gradualmente, vai sendo ultrapassada; de facto, mercê de novos instrumentos, como a fibra ótica, o corpo e o seu movimento vão ganhando novas *nuances*, e voz e imagem “viajam” e chegam a lugares sem que tenham de abandonar aquele onde se encontram¹²³. Assim, se por um lado a “aproximação” do homem a outros se estreita, independentemente da distância, essa aproximação é sempre apoiada na construção de uma outra personalidade para o Homem, desta feita eletrónica, e que obedece a padrões naturalmente eletrónicos. Então, não será, pois, estranho que consideremos que esta nova personalidade, estando mais perto de outras, não está, ainda assim, necessariamente mais perto. Paradoxo da evidência tecnológica! Estar mais perto, não tem que ser “fisicamente mais perto”, mas, frequentemente, estar mais perto virtualmente e também fisicamente, pode significar apenas isso, sem laços relacionais que sustentem essa aproximação. Por conseguinte, é pertinente sublinhar a contiguidade das nossas

¹²² BĂDULESCU, Dana – *Heterotopia, Liminality, Cyberspace as Marks of Contemporary Spatiality*: n.p., e MAZZOLA, Renan Belmonte – *Análise do Discurso do Ciberespaço: Heterotopias Contemporâneas*: p. 53

¹²³ Este estado de coisas confirma a teoria de MCLUHAN, apresentada na obra *Os meios de comunicação como extensões do homem*.

relações de índole diversa que se entretecem, no entanto, fora da vigência de estruturas convencionais¹²⁴.

Do novo domínio onde estas relações se estruturam e estreitam, o que de mais notório se pode afirmar é a sua abrangência que leva a que se defenda o acesso universal a este espaço; efetivamente, dada a sua relevância é sumamente defendido que o acesso a esse lugar é, inquestionavelmente, um direito que outorga a comunicação entre os indivíduos, que inibe os “monopólios de difusão”¹²⁵ e que em última instância, se constitui como uma conquista humana inelutável.

Esta nova realidade permitiu uma nova organização grupal, uma vez que licenciou a extrapolação dos limites convencionalmente atribuídos à vida privada e isto não se registou apenas na esfera profissional, mas vazou para o domínio público, naquilo a que TIM O'REILLY convencionou apelidar de “uma arquitetura de participação”¹²⁶. Neste contexto, ganha poder e dimensão significativos o público que ganhou notoriedade ao participar numa plataforma que, por ser gratuita e rápida, permitiu que as pessoas se organizassem em grupos de interesses, simplificando o que antes era impossível. E neste processo evolutivo que implicou transformações de monta, a mais notória terá sido a da sociedade¹²⁷, fruto da mudança que sofreu a forma de comunicar¹²⁸.

Como já se disse, e permita-se-nos o exagero, o ciberespaço, parece encerrar em si a condição de ser paradoxo. Efetivamente, no ciberespaço, se por um lado chegamos mais longe, nós e a nossa comunicação, por outro, a nossa condição humana parece desestabilizar-se face a alguma desintegração que esta realidade aparenta transportar. Se por um lado a (inter)ligação entre indivíduos e comunidades parece caracterizar o quotidiano do ciberespaço, não é menos verdade que essa ligação se apresenta como cimentada na desagregação das

¹²⁴ MAZZOLA, Renan Belmonte – *Análise do Discurso do Ciberespaço: Heterotopias Contemporâneas*: p. 53, MITCHELL, William J. – *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*: p. 11, e SHIRKY, Clay – *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*: pp. 11, 12, 20 e 21

¹²⁵ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 119

¹²⁶ *Apud* SHIRKY, Clay – *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*: p. 17. Também neste sentido, cfr. CEDERBERG, Aapo – «Future Challenges in Cyberspace»: pp. 1 e 2

¹²⁷ Ver *infra*

¹²⁸ SHIRKY, Clay – *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*: pp. 17, 18, 106 e 107

estruturas que lhe são inerentes¹²⁹. Assim, resulta a evidência de que o sentimento de pertença radica, já não tanto no confinamento territorial, antes na ligação eletrónica com o mundo, pessoas e lugares, que correspondem à matriz de interesses que o indivíduo tem¹³⁰.

Esta tessitura original, se outra virtude não tivesse, seria relevante pela expectativa positiva que cria nos indivíduos: aqui, não há lugar a preocupações de mobilidade; porém, levantam-se certas questões cuja solução não se avizinha nem certa nem fácil, destacando-se a que implica a invisibilidade de algumas cisões sociais (que deixam de ser notadas, mas que existem) que se registam graças ao desaparecimento da distância que o ciberespaço pratica¹³¹. Nesta linha, torna-se relativamente pacífico aceitar que é incontornável ver que, no horizonte futuro, é impossível desligar o futuro da tecnologia, mormente das TIC, do Homem. Em paralelo ou entrecruzando-se, um caminhará fitando o outro. A isto presidem necessidades que emergem da obrigação de inverter um *status quo* que se foi instalando e que se pautava como uma vivência ambígua e manipuladora da tecnologia, com o objetivo, hoje reconhecido como distorcido, de, dizia-se, promover o avanço civilizacional (afirmamo-lo distorcido dado o modo como se orientava no único sentido do serviço de interesses dúbios de obtenção de poder nas suas mais diversas formas). Assim, nesta relação tão próxima entre o Homem e a tecnologia, há questões que surgem como prementes e que se ligam intimamente – leia-se, que escolhas (tecnológicas) fazer, mas também o que se deve ser neste universo (tecnológico) tão vasto¹³².

A verdade é que, embora não possamos antecipar o futuro, sabemos, sem dúvida, que há leituras que nos referem a condição “pós-humana”¹³³ como viável e, porventura não muito distante; nesse contexto, defende-se a existência de

¹²⁹ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 119, e MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localizações 91-92, 1769

¹³⁰ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 197-198

¹³¹ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 14. Também neste sentido, cfr. BOYD, danah - «None of This is Real». In KARAGANIS, Joe (ed.) – *Structures of Participation in Digital Culture* [em linha]. Nova Iorque: Social Science Research Council, 2007. ISBN 978-0-9790772-2-7

¹³² WINNER, Langdon – «Who Will We Be in Cyberspace?». *The Information Society* [em linha]. ISSN 0197-2243. Vol. 12, nº1 (1996): p. 71

¹³³ BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman* [em linha]. 1ª Ed. Cambridge: Polity, 2013. ISBN 978-0-7456-4157-7: p. 194

universos cuja exploração se baseará na assunção de potencialidades ilimitadas¹³⁴, de entre as quais merece destaque a do espaço de liberdade que acarretará e em que se movimentarão indivíduos e organizações que se ligarão por laços pessoais, profissionais, geográficos ou outros¹³⁵.

Seguindo este raciocínio, um dos aspetos que parece mais “comprometido”, é aquele que, eventualmente, terá mais a ver com a condição humana. Referimo-nos à subjetividade que é intrínseca ao ser humano. Uma vez que, na rede, nos ligamos a outros, objetos e/ou pessoas, duas situações possíveis e, eventualmente coconcorrentes, se desenham: ou me “adentro” neles ou deles. De facto, a personalidade como individual perde terreno para as “extensões de rede” que, na interligação com as dos outros conduz a uma certa despersonalização em detrimento e em nome dessa interligação mais global¹³⁶.

No universo pós-humano a que já se aludiu, cada Homem se “reconfigurará”, para usar a terminologia tecnológica, como ciborgue cujo poder produzirá, ao instante, a satisfação de necessidades, das mais básicas às mais complexas e que hoje se situam na esfera da ficção científica¹³⁷. Nesta nova realidade, a de ciborgue, que resulta da junção entre homem e máquina, será, mais que nunca, perceptível a influência da técnica no mais íntimo do ser humano, que se verá profundamente alterado e a existir num mundo que deixou de lhe pertencer e a que tem de se adaptar. Nesta “reconversão” e adaptação, perde-se o que o ser humano tem de genuinamente seu, a sua identidade pessoal, a sua subjetividade, que, por força de ser uma espécie de “marca de água” humana, busca, nesta nova fase, uma nova identidade, ironicamente com o recurso à tecnologia, motor da “desagregação” em causa.

¹³⁴ Neste prisma, defende LESSIG que “a vida interativa do ciberespaço oferece modos de vida alternativos”. Tradução nossa. Cfr. LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 300

¹³⁵ LOTAN, Gilad [et al.] – «The Revolutions Were Tweeted: Information Flows during the 2011 Tunisian and Egyptian Revolutions». *International Journal of Communication* [em linha]. ISSN 1932-8036. Vol. 5 (2011): pp. 1375 e 1376, e CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society* [em linha]. 2ª Ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. ISBN 978-1-4051-9686-4: pp. 75 e 76

¹³⁶ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 684-687

¹³⁷ MITCHELL, William J. – *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*: p. 31. Também neste sentido, cfr. BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: pp. 1 a 3

Ao longo deste processo, encontramos, em paralelo, uma inevitável, mas compreensível, crise de identidade do Homem moderno, pressionado que está pela tecnologia e pelo multiculturalismo das Humanidades e das Ciências, exibido pela globalização, e que se torna o cerne de discussões atuais¹³⁸.

Um dos traços desta existência pós-humana é a conformidade entre valores éticos e a bonomia social, em sentido lato. Esta característica opõe-se ao preceituado na filosofia de raiz humanista ou kantiana que aponta para a satisfação dos interesses do Homem enquanto ser individual¹³⁹. Outro aspeto a ter em conta é que essa relação assenta, não apenas na ideia de conjunto, mas numa ideia positiva de conjunto. Assim, a passagem para a condição de pós-humano, implica a reflexão sobre a ideia de apego e de ligação a uma dimensão que se partilha, a um espaço territorial nas suas múltiplas valências, que podem ir do urbano ao social, passando pelo psíquico, entre outras que podiam ser referidas, e que exibem a marca de pertença, de modo a que, através da natureza coletiva se possa chegar ao "eu"¹⁴⁰.

Mercê da evolução de tecnologias cujo aperfeiçoamento é notório e da franca disseminação da rede, a forma como os indivíduos se relacionam entre pares e entre os contextos que produziram foi alvo de alteração significativa. Desta conjugação resulta a evidência de uma ligação estreita e eletrónica entre o corpo físico e o ambiente em que se move¹⁴¹.

Porém, há que considerar que esta ligação pode, nem sempre, ser inócua; pelo contrário, há que ponderar a hipótese de algumas tecnologias mais avançadas poderem dar corpo a uma versão mais negativa do pós-humano que se manifesta, sobretudo, na cisão profunda da ligação entre o humano e o animal, mas em que todas as espécies são apanhadas por uma teia de interesses que gradualmente se adensa¹⁴².

¹³⁸ BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: p. 153. Também neste sentido, cfr. ELLUL, Jacques – *The Technological Society* (John Wilkinson, tradução) [em linha]. 1ª Edição. Nova Iorque (NY): Vintage Books, 1964. ISBN 9780394703909: pp. 325 e 395, e CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: p. 23

¹³⁹ NUSSBAUM (2006) cit. BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: p. 190

¹⁴⁰ BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: p. 193

¹⁴¹ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 30-31, 34-35

¹⁴² BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: p. 7

A fisionomia do ciberespaço modificou-se e essa mudança é globalizante embora não se possa chegar às razões que a determinaram; contudo, é muito provável que se associe à tendência de mudança que tem afetado a sociedade no plano individual e coletivo, e nas suas mais diversas facetas, fruto das novas valências disponíveis no próprio ciberespaço: tal lógica, assenta, por conseguinte, numa relação biunívoca de causa e efeito que se vão comutando nas mudanças que operam e nos sujeitos sobre os quais se exercem¹⁴³.

Porém, esta mudança acarretará uma nova visão do mundo que, de modo indelével, abalará crenças e convicções, desde logo porque afeta as relações de poder e de primazia; assim, se a ascendência do Homem sobre todo o resto era notória e incontestada, no futuro, esse lugar será cedido ao sistema, perspectiva próxima da advogada por NIETZSCHE que teorizou sobre “o fim do *status* autoevidente atribuído à natureza humana”¹⁴⁴.

E chega-se assim ao pós-humano que gradualmente se vai afirmando nas nossas sociedades, caracterizadas pela ligação global e perpassadas pela tecnologia. À luz desta teoria, surge o “antropoceno” que, no contexto da biogenética, se constitui como referencial para o entendimento do Homem como uma espécie de força motriz capaz de influenciar todo e qualquer ser vivente¹⁴⁵.

Ainda neste contexto, há uma mudança que se impõe pelo seu arrojo e que defende que o Homem deixou de estar inscrito no aceite círculo Vitruviano¹⁴⁶, para se inserir no seio de ondas eletromagnéticas, assente num campo contínuo de presenças¹⁴⁷; esta mudança deve-se, antes de mais, ao facto de o Homem se ter colado ao cibernético. Isto é ditado pela influência que a tecnologia exerce sobre cada indivíduo, o que permite perceber que os ciborgues, mais do que serem identificados por uma franja da sociedade que se destaca pelo *glamour*, pelo magnetismo com que atrai os outros, incorporam a massa sem projeção social e

¹⁴³ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 85

¹⁴⁴ *Apud* BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: p. 6. Também neste sentido, cfr. TAYLOR (1991) *cit.* WINNER, Langdon – «Who Will We Be in Cyberspace?»: p. 66

¹⁴⁵ BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: pp. 5 e 6

¹⁴⁶ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 643-645, e BRAIDOTTI (2006) *apud* BRAIDOTTI, Rosie – *op. cit.*: p. 90

¹⁴⁷ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 1615-1616

sem voz de quantos servem para suportar a economia incrementada pela tecnologia a que nunca terão acesso¹⁴⁸.

Para se ter um olhar abrangente sobre as implicações de uma eventual subjetividade na fase pós-humana há, antes de mais, que compreender o papel da tecnologia como intermediária, sobretudo no que diz respeito às questões éticas que surgem em virtude das transformações operadas. Efetivamente, esta compreensão permitirá assumir uma posição equilibrada entre o que foi e o que se adivinha que possa acontecer. E assim será assegurado que a interdependência entre o corpo físico (que “era”) e qualquer outro tecnológico (que possa “vir a ser”) seja respeitada, pondo de lado qualquer excesso ou menosprezo por qualquer um de ambos.

É, ainda, um processo algo complexo o da aceitação de uma realidade que, contrariamente àquela que até hoje conhecemos e que implicava o estar e o ser concreto, assenta em corpos virtuais que existem sem existir efetivamente ou concretamente, como se queira dizer, ou posto de outra forma, que sendo virtuais assumem a “não presença” ou a distância como provas da sua existência, bastando, por conseguinte, a existência tecnológica para os enformar e lhes conferir vida. Neste sentido, o ciberespaço é uma mera delimitação teórica, sem qualquer aplicação ou implicação prática¹⁴⁹.

E assim encontramos o ser humano a manter uma relação *mano a mano* com a técnica, de cuja ordem não se consegue abster¹⁵⁰. Apesar de não termos forma de saber como a vida se organizará no futuro, a afirmação de que o homem continuará a manobrar a máquina afigura-se lógica, sem que, contudo, possamos calcular a que expensas tal acontecerá. É indubitável a ação da máquina no *modus vivendi* humano permitindo, com as suas potencialidades, uma reviravolta na vida do Homem, que dessa forma acedeu a experiências novas, nomeadamente a

¹⁴⁸ Neste prisma, MITCHELL defende que «se existe, quando se é membro das redes ou se as redes fazem parte do nosso modo de vida. Existe-se quando se “aparece” nas redes; existe-se quando se é “visível” nas redes. Existe-se quando o Google deteta a nossa presença». Tradução nossa. Cfr. MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 695-696

¹⁴⁹ BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: pp. 90 e 91, e MITCHELL, William J. – *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*: pp. 37, 43 e 44

¹⁵⁰ ELLUL, Jacques – *The Technological Society*: pp. 396 e 397

possibilidade de se “ausentar” dos seus limites físicos embora incorporando outras dimensões, abstratas, a que ainda está ligado. Esta evolução não está, porém, isenta de perdas, sendo eventualmente a mais considerável, a perda da sua unidade; no entanto, é de sublinhar que a presença da técnica tem o poder de promover a recuperação daquela unidade mas, desta feita, “unidade abstrata do Homem ideal”¹⁵¹. Expressões como “pan-humanidade”¹⁵² ou ainda “biocracia”¹⁵³, ou “modernidade reflexiva”¹⁵⁴ (ainda que algo diferente) apontam para esta fase contemporânea¹⁵⁵. Daqui, o que resulta é a percepção que indica um nexo de interdependência entre todos os seres humanos, mas também entre o ambiente humano e o não-humano, onde se contemplam o “urbano, o social e o político”, o que conduz a uma rede complexa de ligações.

Este novo senso, ou melhor, contrassenso, do que se entende por humanidade é ambíguo: se, por um lado, um volume apreciável daquelas ligações, para além de ter um cariz negativo, se baseia numa ideia comum de insegurança e medo de perigo iminente, por outro, a proximidade não vem necessariamente acompanhada de tolerância e convivência harmoniosa¹⁵⁶; pelo contrário, esse pode revelar-se um tempo marcado por fenómenos como a intolerância, xenofobia ou violência¹⁵⁷.

A organização do ciberespaço aparenta evoluir num sentido contrário ao que seria expectável: o incremento que sofre com a presença de “mais”: línguas, informações, culturas..., torna-se menos, menos uniforme, menos próximo da completude. Tornar visível e presente tamanho acervo de informação é tarefa de todos, através do exercício da curiosidade que provocará a pesquisa e o estudo e que manterá vivo o manancial de que a internet dispõe¹⁵⁸.

¹⁵¹ *Idem*, pp. 325, 397 a 399. Ainda, BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: p. 5

¹⁵² *Apud* BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: p. 40

¹⁵³ ELLUL, Jacques – *The Technological Society*: p. 398

¹⁵⁴ FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Da Utopia da Sociedade em Rede à Realidade da Sociedade em Risco»: p. 274

¹⁵⁵ *Ibidem*

¹⁵⁶ MOROZOV, Evgeny – *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*: p. 151

¹⁵⁷ BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: p. 40

¹⁵⁸ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 92

E aqui radica outra das grandes vicissitudes da internet: ao falar da responsabilidade individual de manter vivo e atual o seu acervo informativo, não nos podemos desligar da evidente desigualdade de acesso que lhe está associada e que tanto podemos concatenar com regiões, países, ou tão-somente (mas de forma muito relevante) com classes sociais em que grupos de excluídos são marginalizados no que toca ao acesso à rede¹⁵⁹.

Assim, porque observável, é possível a afirmação de que a grande carência dos países mais pobres não é a da criatividade ou faculdade humanas, mas a falta de acesso a ferramentas tecnologicamente inovadoras – o que leva a um empobrecimento maior e um fosso crescente em relação aos países mais favorecidos. O cenário com que nos deparamos é a figura da diversidade que se afirma por imposição da segregação. A chamada “sociedade da Terceira Onda”¹⁶⁰ revela-se numa posição confortável que se explica por uma metáfora bastante clara: os instrumentos eletrónicos que usa estão na mesma medida dos condomínios fechados em que se aloja; assim, a viver num confortável distanciamento social de tudo o que representa atritos, desde os raciais, aos sociais ou mesmo económicos, situa a sua vivência do mundo eletrónico num patamar semelhante e paralelo¹⁶¹.

Como qualquer moeda que tem duas faces, também aqui temos a expressão do contraditório, em que se advoga que o ciberespaço não tem excluídos, antes pelo contrário, tem é uma geração de “cativos digitais”¹⁶², que conhecem os meandros da internet de modo a aí buscar conforto online, independentemente da realidade, política ou outra, que marca o mundo físico a que pertencem¹⁶³.

¹⁵⁹ Neste sentido, BENKLER, Yochai – *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*: p. 468, NAKAMURA, Lisa – *Cybertypes: Race, Ethnicity, and Identity on the Internet*: p. xi e FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Da Utopia da Sociedade em Rede à Realidade da Sociedade em Risco»: p. 271

Em direção oposta vai a posição de DENISON OLMSTED, que defende que a ciência (como sinónimo de tecnologia) “por sua própria natureza, tende a promover a igualdade política; elevar as massas; para quebrar o espírito da aristocracia”, cfr. OLMSTED (1975) *cit.* WINNER, Langdon – «Technology Today: Utopia or Dystopia?», p. 1001

¹⁶⁰ WINNER, Langdon – «Technology Today: Utopia or Dystopia?»: p. 1009

¹⁶¹ *Ibidem*

¹⁶² MOROZOV, Evgeny – *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*: p. 70

¹⁶³ *Ibidem*

Os sistemas disponíveis apresentam uma capacidade fora do comum, mas paradoxalmente, na sua conceção não foi tido em conta o acionar de mecanismos que permitam a proteção contra abusos externos. De novo paradoxalmente, a tecnologia que viabilizou o ciberespaço é a mesma que permite a ingerência externa e indesejável na vida dos indivíduos, que veem a sua liberdade coartada¹⁶⁴. Neste contexto, o indivíduo surge como uma espécie de ponto no seu próprio ideário, mas englobado numa tessitura global. É algo que se constrói distintamente de “uma rede de linhas de visão unidirecionais, de acordo com a imaginação iluminista de JEREMY BENTHAM e elevado a um status icónico por MICHEL FOUCAULT”¹⁶⁵, mas antes um corpo em que se destaca o descontrolo ramificado do circuito que o integra.

Por meio desta construção, o Homem torna-se, simultaneamente, matéria para pesquisa no centro da rede eletrónica e alvo de vigilância eletrónica. Tais construções para que os pós-foucauldianos nos avisaram, são objeto de reconstrução e reorganização eletrónicas. Será que se pode falar da “recuperação” do Big Brother (ou Big Other 2.0)?¹⁶⁶ Em caso de resposta afirmativa, ela parte de pequenas porções que se (re)unem; a existir, e tudo leva a crer que sim, que existe, a sua presença é onnipresente, passe-se a redundância, e ubíqua. E tudo passa a acontecer noutra esfera: já não se trata apenas de abolir o olhar indesejado ou uma questão de proximidade e oclusão, mas de controlo maior, mormente “do acesso a redes, bancos de dados e mensagens”¹⁶⁷.

É um dado adquirido que a nossa presença no ciberespaço não é nem causa pessoal nem única. De facto, e ante uma imensidão de utilizadores e vastidão de informação, compreende-se que uma parte relevante das nossas informações se perca no trânsito digital em que tantas outras pessoas circulam, num processo que então se intitulou de “segurança pela obscuridade”¹⁶⁸.

¹⁶⁴ LESSIG, Lawrence – *The Future of Ideas* [em linha]. 1ª Ed. Nova Iorque (NY): Random House, 2001. ISBN 0-375-50578-4: p. 48, e LESSIG, Lawrence – «The Path of Cyberlaw». *Yale Law Journal* [em linha]. ISSN 0044-0094. Vol. 104, nº7 (maio de 1995): p. 1749

¹⁶⁵ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*. 277-279

¹⁶⁶ *Idem*: localização 285-289

¹⁶⁷ *Ibidem*

¹⁶⁸ MOROZOV, Evgeny – *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*: p. 163

§ HETEROTOPIA JURÍDICA E SOCIEDADE EM REDE

A mudança é a maior constante do universo. Esta afirmação, aparentemente paradoxal na sua construção, encerra, contudo, uma verdade que o próprio tempo e a própria História confirmam; tal, contudo, não a despe do caráter conflituoso e intenso que a caracterizam, porquanto a mudança implica sempre a conjugação de dados e de valores que, amiúde chocam entre si. Fatores sensíveis como as crenças pessoais podem ser alguns dos que se tornam problemáticos.

Na linha da mudança de que falamos uma das mais estrondosas, pelo impacto que teve – e que tem! – será a da introdução das redes. De facto, elas fazem hoje parte da coluna vertebral da sociedade a que pertencemos e estendem a sua ação e influência por campos tão dispersos como o da manufatura, da cultura ou mesmo o da soberania. Não sendo um processo novo, o que é mais recente é a presença “musculada” da tecnologia que tem concorrido para as fazer chegar a todas as franjas sociais. Por outro lado, nesta dinâmica tem forte ascendente o lado social em detrimento da ação social propriamente dita, mercê da organização em rede da sociedade; isto é tanto mais perceptível se analisarmos o funcionamento das redes globais que, ao praticarem uma política seletiva, se outorgam a autoridade de ligar ou desligar, sejam indivíduos, grupos ou países, na observância do mero pressuposto do seu papel na prossecução dos objetivos traçados¹⁶⁹.

Atualmente, os entusiastas do ciberespaço expressam com veemência a ideia de que as situações que se nos apresentam são inéditas e que requerem, por parte da sociedade uma transformação célere. Isto não parece completamente infundado. E se a vontade, tantas vezes revelada, de partilhar informações é um facto comumente aceite, rapidamente chegamos à conclusão de que as novas ferramentas de que dispomos (e exigidas pela tal transformação célere) mais não representam que um patamar acima na esfera dos comportamentos. Mas a questão não se apresenta linear: se por um lado representa uma melhoria, ao ser uma espécie de melhoria nuclear, implica repercussões diversas. Efetivamente, mais do

¹⁶⁹ CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: pp. 2 e 500

que apenas um incremento, tais ferramentas constituem um desafio. E são-no por via das possibilidades que a tecnologia tem de “fazer acontecer...”, isto é, como diria MANDELA, “tudo parece impossível até que seja feito”. E, se as coisas que parecem impossíveis são em número considerável e se concretizam de forma compacta, dão à luz uma revolução¹⁷⁰. Sob esse prisma, entende-se o papel das ferramentas sociais que não potenciam ações coletivas, antes asseguram que não haja obstáculos que as obstruam. No entanto, dada a força que tais obstáculos possuem, a sua remoção acarreta mudanças profundas para a sociedade, que neste processo assimila novos comportamentos, o que conduz àquela revolução¹⁷¹.

O Homem é um ser gregário e social que, de modo transversal e constante, se associa a outros. Além disso, esta característica está presente nos diferentes domínios em que está implicada a interação humana, a montante e a jusante da sua consolidação, o que significa que a sociedade não possa ser entendida como mera soma de indivíduos, mas como o resultado da sua concatenação em grupos, da relação entre grupos ou da dos indivíduos e os grupos, o que se revela como teia profundamente intrincada. Nesta linha, não é de descuidar o papel incisivo que a mudança tecnológica tem nesta formulação social, sendo que, do mesmo modo, o vice-versa também se aplica. Neste “enredo”, o ciberespaço granjeou um lugar de relevo por meio da sua presença quotidiana na vida da/em sociedade, destacando-se, sobretudo, por ser um veículo de comunicação ímpar. A conjugação de todos estes fatores tornou evidente o óbvio: que em nenhuma outra circunstância tantos tiveram a liberdade para se entreligar com outros, o que possibilitou que fossem afastados todos os impedimentos tecnológicos que se pudessem opor à participação global dos indivíduos nos mais variados domínios¹⁷².

O fio condutor desta nova sociedade, para além de se afirmar como eletrónico, apresenta também como vital a sua face heterotópica; e, nesta condição,

¹⁷⁰ WINNER, Langdon – «Who Will We Be in Cyberpsace?»: p. 63, e SHIRKY, Clay – *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*: pp. 107 e 149

¹⁷¹ SHIRKY, Clay – *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*: pp. 159 e 160

¹⁷² *Idem*, pp. 14, 122 e 123. Também neste sentido, BARLEY (1990) *cit.* BURT, Ronald S. – *Social Origins of Good Ideas* [em linha]. Outubro de 2002: p. 7, e SANTOS, Lino e MARQUES GUEDES, Armando - «Breves Reflexões sobre Poder e Ciberespaço. Brief Thoughts on Power and Cyberspace»: p. 196

assentam as grandes novidades com que a sociedade tem de lidar: novas visões, conceitos ou o que porventura de mais humano há, medos e ansiedade, e que, em ulterior análise, conduzem ao que de mais importante a mudança tecnológica exhibe, isto é, o levar a questionar a própria essência, em busca da identidade individual, mas também coletiva¹⁷³.

Por conseguinte, entende-se que da Sociedade Tecnológica¹⁷⁴ se diga que descreve o modo através do qual a tecnologia de matriz autónoma reúne as condições para se apropriar dos valores tradicionais da sociedade, em toda a sua extensão, reformulando-os com o intuito de dar lugar a uma cultura global e “monolítica” em que diferença e variedade de carácter não tecnológico se resumem a “aparência”¹⁷⁵.

A utilização da internet assenta em três teorias possíveis, que têm em comum o seu (eventual) carácter socializador¹⁷⁶. A primeira defende que a Internet é um complemento da socialização da vida real; a segunda afirma que a vertente socializadora da vida real se esgota na internet, e a última advoga que, não cabendo à internet aumentar nem diminuir o capital social, ela intervém, não obstante, como intermediária nas relações estabelecidas¹⁷⁷. De facto, a tónica do uso da internet tem sido colocada no domínio da comunicação interpessoal, pese embora a sua ação se estenda a uma variedade considerável de serviços, que vão desde a transmissão/recuperação de informação até ao entretenimento online.

A finalidade última do ciberespaço vai muito além da busca de uma vida simplificada; procura um investimento numa vida diferente, preferencialmente melhor; convoca formas de promover interações que antes não aconteciam, frequentemente por não existirem. Assim, se não podemos apelidar de nova a interação entre comunidades, o mesmo não se afirma em relação às comunidades do ciberespaço; se existiam como comunidades, a sua consolidação é agora uma

¹⁷³ BĂDULESCU, Dana – *Heterotopia, Liminality, Cyberspace as Marks of Contemporary Spatiality*: n.p., e WINNER, Langdon – «Who Will We Be in Cyberspace?»: p. 64

¹⁷⁴ Entendida como uma “fenomenologia do estado técnico da mente”, cfr. ELLUL, Jacques – *The Technological Society*: p. xiii

¹⁷⁵ ELLUL, Jacques – *The Technological Society*: p. x

¹⁷⁶ GOBY, Valerie – «Physical Space and Cyberspace: How Do They Interrelate? A Study of Offline and Online Social Interaction Choice in Singapore»: p. 639

¹⁷⁷ *Ibidem*

realidade que se pauta por ser única, sobretudo em termos de regulação do espaço¹⁷⁸.

A sociedade atual global regista uma complexidade crescente em termos de ligações firmadas entre um sem número de indivíduos e entidades distintas entre si. A verdade, contudo, é que em paralelo com essas ligações, ou até mesmo partindo delas, se encontram discrepâncias de tal ordem que condenam, desde logo, a possibilidade de estruturar uma segurança suportada pela eficácia e sustentabilidade; isto dá-se porque os desníveis que se verificam põem em causa de modo incontornável o que une uma comunidade como sejam fatores de interdependência ou de solidariedade social, conduzindo a cisões e a toda a espécie de fenómenos de segregação que inevitavelmente abalam a comunidade, impedindo alicerces de segurança fortes. Nesta esfera da aldeia global de que tanto se fala, o global, ao invés de se entender como vetor de união como que, paradoxalmente, conduziu a um sentimento de insegurança onde se impuseram “o anonimato e a impessoalidade”¹⁷⁹. Efetivamente, malgrado toda as benfeitorias que o progresso tecnológico que deu corpo à nova estrutura da sociedade (em rede) teve o condão de protagonizar, não é menos verdade que provocou também (elevados) graus de risco, antes naturalmente inexistentes¹⁸⁰.

A evolução das comunidades no ciberespaço é suportada pela teia de contactos que se expande e das comunicações que se vão estabelecendo. De facto, poucos fatores poderiam ter uma responsabilidade tão significativa em termos de facilitar a agregação das pessoas como a diminuição ou a ausência de custos associados; e, a par desta agremiação, surge a troca de ideias e de informações e, próxima, cada vez mais próxima, espreita a oportunidade, a revolução. Sem barreiras, nomeadamente a do custo das comunicações, tudo se conjuga para, primeiro, acontecer a reunião e, depois, daí à ação vai um passo, cada vez menor.

¹⁷⁸ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 83

Contra a existência de comunidades no ciberespaço, cfr. STEIN, Allan R. – «The Unexceptional Problem of Jurisdiction in Cyberspace»

¹⁷⁹ MARQUES GUEDES, Armando - *O Tempo e as Ressonâncias: os Estados Modernos, o Anarquismo, o Anarco-Sindicalismo e o Jihadismo*: p. 19

¹⁸⁰ Ibidem. Também neste sentido, cfr. MARQUES GUEDES, Armando - «As “redes sociais” digitais, a participação “política” e a segurança»: p. 44 e FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Da Utopia da Sociedade em Rede à Realidade da Sociedade em Risco»: p. 275

Outro ângulo segundo o qual a análise a este assunto se pode efetuar é o do crescimento da facilidade e velocidade emprestadas a tudo o que acontece online: o envolvimento nas redes sociais é simplificado a níveis surpreendentes e os grupos que daí emergem têm franca possibilidade de rapidamente se tornarem virais. Por outro lado, assente nesta tendência está outra, de certo modo insólita: o impacto destas ações assume uma orientação divergente e não convergente, como talvez fizesse sentido esperar, e os efeitos produzidos são mais ou menos intensos ou sentidos, na proporção direta da ligação mais ou menos estreita que os elementos dos diversos grupos mantêm entre si¹⁸¹.

Chegados aqui, uma pergunta se coloca quicá com alguma pertinência: a que nos referimos quando falamos de uma comunidade do ciberespaço?¹⁸² De uma forma despretensiosa e talvez um pouco simplista, podemos apontar para um grupo de pessoas que usam computadores, software e outros meios para promover o debate de temas e interesses comuns numa esfera virtual e, conseqüentemente, ausente do tempo e do espaço. E, se bem que no ciberespaço não se ultrapassam completamente as realidades físicas do espaço e do tempo, a verdade é que são noções que perdem alguma relevância. De acordo com esta linha de pensamento, aquilo que nomeamos de “comunidades virtuais” operam, em rigor, um contacto efetivo de grupos de pessoas que, na fase anterior ao aparecimento do ciberespaço, eram apenas uma possibilidade, pelo que se julga que a expressão “comunidade atual” corresponde com maior acuidade aos episódios de comunicação coletiva no ciberespaço do que a de “comunidade virtual”¹⁸³.

Nomenclatura à parte, estas comunidades, existindo online, têm por vezes uma identidade que, embora possa ser refutada, distingue o grupo, local e globalmente. Por outro lado, é marcante a forma como estes grupos, independentemente da natureza dos interesses que partilham, lidam entre si e manifestam as suas posições online. De acrescentar que, nos meandros do seu

¹⁸¹ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 129, e SHIRKY, Clay – *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*: pp. 22, 48 e 49

¹⁸² Neste prisma, cfr. VALAUSKAS, Edward J. – «Lex Networkia: Understanding the Internet Community». *First Monday* [em linha]. ISSN 1396-0458. Vol. 1, nº4 (1996): n.p.

¹⁸³ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 130

funcionamento, existe mais que a expressão de apoio aos diferentes membros. Neles está subjacente a tentativa de controlar o modo como o grupo se revela e se comporta, o mesmo é dizer que se joga não apenas com espaço e tempo à luz desta dimensão, mas também e sobejamente importante, com o sentido de pertença que se pretende fomentar nos diferentes filiados. No fundo, na linha do tipo de comunicação comunitária, biunívoca e transversal que se quer que o ciberespaço imponha, facilitando a fixação de comunidades que por definição se organizam de modo diverso das comunidades tradicionais, assistimos à orientação que estes grupos se “autoimpõem” de imitar os princípios em que assenta a realidade do ciberespaço, nomeadamente em termos de organização e de “ordem espontânea” e da partilha do poder de que dispõem, dado pela tecnologia, e que permite conquistar qualquer objetivo¹⁸⁴.

A participação constitui uma espécie de pedra de toque para avaliar a mudança na estrutura social, pese embora se reconheça que, frequentemente a participação resulta apenas de um desejo de assumir uma posição de observador ou, em contraponto, de se exhibir. Ver e ser visto, é, pois, fulcral. Posição diametralmente oposta à do mundo real, onde as pessoas não tem como saber com precisão se, quando e onde estão a ser observadas, é a oferecida pelo ciberespaço que se apresenta como um espaço onde os passantes digitais se podem mostrar e ver outros¹⁸⁵.

Nesta nova mundividência facultada pelo ciberespaço, a ligação dos indivíduos à(s) rede(s) apresenta um manancial de ofertas e de serviços digitais que facilitam a vida a um expoente antes desconhecido. Também as empresas intra e interconectadas produzem movimentos de informação que, para além de satisfazer a necessidade dos utilizadores, produzem mais-valias capazes de

¹⁸⁴ BOOS, Tobias – «Geographies of Cyberspace: Internet, Community, Space, and Place»: p. 30.

A este propósito, EVGENY MOROZOV refere-se a uma “impressão digital de grupo”. Tradução nossa. Cfr. MOROZOV, Evgeny – *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*: p. 161. Também neste sentido, cfr. SANTOS, Lino e MARQUES GUEDES, Armando - «Breves Reflexões sobre Poder e Ciberespaço. Brief Thoughts on Power and Cyberspace»: pp. 195 a 197, e LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 224

¹⁸⁵ BOYD, danah - «None of This is Real»: n.p.

melhorias financeiras extraordinárias em seu proveito, mas também para ter reflexos na economia global¹⁸⁶.

Um dos lados mais sombrios desta realidade é a incapacidade de prever com alguma assertividade a evolução do sistema, o que gera algum desconforto e uma dose bastante de inquietação. Mesmo que se equacione o efeito positivo que a sociedade pode vir a experimentar em resultado da mudança, o desassossego que a perspectiva de descontrolo do sistema provoca, será sempre superior¹⁸⁷.

Nesta nova conjectura, ganha terreno o que se entende por cibercultura¹⁸⁸ e que manifesta o aparecimento de uma nova dimensão do que se considera universal, e que se assume como assaz diferente das formas culturais que a antecederam na medida em que a sua conceção se firma na “indeterminação de um qualquer sentido global”¹⁸⁹. Neste sentido, por cibercultura entende-se a expressão da ideação de um laço social, cuja fundação não repousaria em “*links* territoriais”, sequer sobre relações institucionais, ou tão-pouco sobre as relações de poder, mas na agregação de interesses comuns, e na partilha do saber, na aprendizagem conjunta, ou, ainda, em processos de colaboração¹⁹⁰. Tudo isto encontra uma explicação na vontade das comunidades virtuais de divisarem um ideal de relacionamento humano orientado para a desvinculação territorial, para o entrecruzamento de ideias, para a liberdade¹⁹¹.

Em suma, as comunidades virtuais são propulsoras de contactos em que os indivíduos se posicionam, no cenário apresentado, como sujeitos atuantes e recetores de informação, e a vida, extraordinária como nunca, leque de uma variedade em que o universal ganha projecção por ação do contacto, protagonista nesta nova dimensão¹⁹².

O fenómeno que atualmente o ciberespaço é, combina de modo inconveniente os aspetos pessoais e impessoais e, a sua utilização, pode visar tanto

¹⁸⁶ CEDERBERG, Aapo – «Future Challenges in Cyberspace»: p. 1

¹⁸⁷ SHIRKY, Clay – *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*: p. 69, e CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: p. 2

¹⁸⁸ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 15

¹⁸⁹ *Ibidem*

¹⁹⁰ *Idem*, p. 130

¹⁹¹ *Ibidem*

¹⁹² *Ibidem*

a construção e estreitamento de comunidades como fomentar o encontro de pessoas com vista à execução de projetos¹⁹³. De facto, uma das suas virtualidades mais relevantes é a capacidade de interligar pessoas, almejando a comunicação universal, mor objetivo da cibercultura. Com isto em mente, percebe-se que haja uma alteração na ordem da comunicação em que se passa da experiência de canal e de rede para a percepção do espaço envolvente. Assim, a informação não seria conduzida através do espaço que, ele sim, seria o próprio canal interativo. E estamos numa dimensão universal por excelência, onde se rebatem fronteiras e a humanidade fica ligada num *continuum* de informação interativa¹⁹⁴.

O outro princípio que orienta a cibercultura não é, de todo, desligado do primeiro e defende a interconexão como estrutura basilar para o desenvolvimento das comunidades virtuais. Com efeito, a edificação duma comunidade virtual faz-se a partir dos alicerces da correlação, seja de interesses, de conhecimentos, ou de projetos comuns, em que cooperar e partilhar assumem o protagonismo, sem que se tenha em consideração afinidades geográficas ou a origem das instituições¹⁹⁵. Por conseguinte, não é por acaso que nos deparamos com novas formas de utilização do ciberespaço, em função da melhoria das relações existentes no mundo real, a par com a criação de outras online. Longe vai o tempo em que a passividade caracterizava a vida online, uma vez que se privilegiavam produtos estandardizados; hoje, o foco assenta na comunicação e na promoção das relações¹⁹⁶. Neste enquadramento, regista-se um possante código moral social que se estende aos mais novos nas redes e que rege a vida nas comunidades virtuais. Este conjunto de normas padrão, esta *praxis-net*¹⁹⁷ relaciona-se de modo particular e antes de qualquer outro tópico com a relevância da informação, até porque ao seu funcionamento é intrínseco o princípio da “mutualidade”¹⁹⁸: aposta-se na

¹⁹³ ZITTRAIN, Jonathan – *The Future of the Internet – And How to Stop It* [em linha]. [s.l.]: Yale University Press & Penguin UK, 2008. ISBN 978-0-300-15124-4: p. 234

¹⁹⁴ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 127

¹⁹⁵ *Ibidem*

¹⁹⁶ BENKLER, Yochai – *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*: p. 467

¹⁹⁷ Muitos autores referem-se a estas normas padrão como *netiqueta*. Nesse sentido, cfr. VALAUSKAS, Edward J. – «Lex Networkia: Understanding the Internet Community»: n.p., JOHNSON, David R. e POST, David G. – «Law and Borders: the Rise of Law in Cyberspace»: pp. 1388 e 1389,

¹⁹⁸ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 128

liberdade de expressão como um bem partilhado e a partilhar pelo grupo, como uma unidade, e abule-se qualquer forma de censura¹⁹⁹.

Neste sentido, o ciberespaço surge como a inevitabilidade de um desvio técnico que tem como objetivo chegar à inteligência da comunidade, como um todo. E este conceito, o da inteligência coletiva, é então o terceiro princípio da cibercultura, que o eleva a uma categoria espiritual, que representaria a sua derradeira finalidade²⁰⁰. Para que este aconteça, numa dimensão vultosa, uma condição *sine qua non* é o concurso de virtualização e desterritorialização das comunidades que marcam presença no ciberespaço, ao passo que a interconexão é a exigência das comunidades virtuais²⁰¹.

A técnica está ligada e é dependente da ciência que, por sua vez é universal. E o mesmo se pode dizer da técnica. De facto, exterioriza-se de forma universal e, por esta razão, tem vindo a adquirir um estatuto que a faz compreendida por todos os homens. E, porque assim é, podemos afirmar do conhecimento que é hoje sem fronteiras e, por isso, imensurável e, portanto, ilimitado. Isto não significa, porém, que no ciberespaço se possa aceder ao absoluto (no sentido de total); de facto assim não acontece. A certeza irrevogável com que se fica é de que o absoluto, o integral, o “Todo” está fora de alcance, precisamente porque a técnica, ao ser definida como universal, se afasta da uniformização, criando diversidade. Não há respostas únicas ou certas para as perguntas do Homem e a técnica (também) não as tem. Apesar dos seus objetivos e do seu ascendente sobre aquele, as respostas serão apropriadas, ou não, de acordo com os condicionalismos de sempre, o país, a região, as pessoas, a cultura... O nosso mundo é paradoxal, é conclusão a que rapidamente se chega²⁰².

No ciberespaço há, atualmente, um sem-número de modelos de organizações a ser experimentados e dado o enfoque que se coloca no seu carácter cooperativo, percebe-se que o efeito pretendido é sobretudo o de destacar e

¹⁹⁹ *Ibidem*

²⁰⁰ *Idem*, p. 130

²⁰¹ *Idem*, p. 133

²⁰² *Idem*, pp. 131 e 161.

Na mesma linha, cfr. ELLUL, Jacques – *The Technological Society*: p. 130, e CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: p. 22

disseminar o conhecimento através das comunicações interestabelecidas, divulgando-o, para partilha, em tempo real²⁰³. Todavia, o conhecimento que se adquire no ciberespaço “emancipou-se” e já não pode ser entendido como abstrato ou metafísico, uma vez que reflete uma comunidade, revestindo-se, desse modo, de um cariz de materialização em que se englobam pessoas e saber(es)²⁰⁴.

Neste contexto surge como algo incongruente o movimento mundial que se verifica e que cria um fosso gradualmente crescente entre o indivíduo e a globalização ou entre o indivíduo e a rede. Tal é o reflexo da perda do “total” que se vai desagregando à medida que mais informação e mais conhecimento vão sendo adicionados na rede. Por outro lado, as culturas anteriores ao ciberespaço vão-se diluindo ou menos desaparecendo, mercê da tecnologia do ciberespaço que, ao informatizar e digitalizar, as leva a render-se ao virtual²⁰⁵.

Como vem a ser dito, falar de tecnologia e da sua implementação é, de alguma forma, falar de um processo que tem imanente uma certa incongruência que, no entanto, não é muito difícil de entender; se pensarmos que os mesmos “condimentos” que permitem à humanidade a experiência da internet, são os mesmos que podem comprometer a singularidade de cada indivíduo²⁰⁶, rapidamente nos capacitamos da ambivalência de que falamos. De facto, facilitar o acesso, não equivale a universalizar o acesso, o mesmo é dizer, o risco de exclusão de alguns indivíduos/grupos permanece, existindo, em paralelo, uma tentativa de reestabelecer princípios e critérios de integração que promovam uma nova matriz de rede; a verdade é que, na ausência da rede, os indivíduos estruturam-se, desconectados, sem uma orientação global, assistindo-se a um comportamento análogo em sentido inverso²⁰⁷.

Analisando mais atentamente, percebe-se que a estrutura material da sociedade está sujeita a alterações de monta, em razão da conformação com os

²⁰³ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 188

²⁰⁴ *Idem*, p. 163

²⁰⁵ CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: p. 22, e WINNER, Langdon – «Who Will We Be in Cyberpsace?»: p. 64

²⁰⁶ NAKAMURA, Lisa – *Cybertypes: Race, Ethnicity, and Identity on the Internet*: p. xvi

²⁰⁷ LESSIG, Lawrence – «The Path of Cyberlaw»: p. 1748, e CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: p. 24

alicerces desta heterotopia jurídica “de exposição e do fluxo de ação”²⁰⁸ que pressupõem. Na realidade, os fundamentos da sociedade são bem notórios e relacionam-se, de perto, com uma extensa variedade de movimentos, de natureza vária como sejam os de capital, imagens e tecnologia, entre outros que, por sua vez, refletem a dinâmica da vida nos seus mais diversos aspetos, desde o político, passando pelo económico.

Em ordem a resgatar a sua identidade perdida para o exercício, global, do poderio crescentemente desequilibrado dos fluxos, as sociedades, antes de mais, têm de entender a necessidade premente de buscar uma “arquitetura” que privilegie a realidade que têm intrínseca, sem ter de recorrer à pretensa beleza de um *locus* espacial²⁰⁹.

Assim, como não falar em paroxismo? A vida na rede é dual com todas as implicações inerentes. A sua extrema utilidade pode ser rapidamente comprometida, por exemplo, pela falta de visão discricionária ou pela falta de privacidade que se pode registar no seu seio.

Outro aspeto que tem merecido atenção na sociedade de informação, relaciona-se com a forma como as pessoas se constituem como membros dessa sociedade e, muito especificamente, com o lugar e o modo que as levará a um determinado patamar. Numa “atualidade” não muito recuada, as relações sociais firmavam-se numa dimensão geográfica relativamente reduzida e relativamente bem delimitada e que correspondia, grosso modo, à cidade, no sentido mais amplo de localidade. Aqui, para além do exercício das suas atividades quotidianas, as pessoas iam acrescentando novos conhecimentos pessoais aos já instituídos, com um grau de significância relativo. Porém, hoje, a configuração do tecido social e de todos os que lhe estão associados é profundamente diferente, e verifica-se que aquela noção de proximidade já não é reconhecida nem viável para um número crescente de pessoas, o mesmo acontecendo na área económica, por exemplo; e, tanto assim é que, muitas atividades, laborais ou de recreio, acontecem na

²⁰⁸ MAZZOLA, Renan Belmonte – *Análise do Discurso do Ciberespaço: Heterotopias Contemporâneas*: p. 65

²⁰⁹ CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: p. 449

dimensão das redes, ambiente em número crescente de pessoas, que gera e fomenta toda a teia das suas relações²¹⁰.

Esta realidade só é possível graças ao incremento da tecnologia de informação e de comunicação que permitiu que a proximidade física se desvinculasse do desempenho “obrigatório” das tarefas de natureza quotidiana. Por conseguinte, é de aceitar a ideia algo premonitória do fim da cidade como a concebemos, porquanto a sua finalidade funcional se vai esvaziar por imposição da vida nas redes, que a vai substituir²¹¹. A que prazo esse processo, a acontecer, terá lugar, é difícil de prever; há, no entanto, que ter em conta a morosidade histórica que fenómenos de mudança envolvem, deixando por conta do devir a sua (eventual) consolidação. Porém, um fator podemos ter presente como relevante: a existência da “megacidade”²¹², com o estatuto de nova forma urbana é incontornável uma vez que dá corpo e razão à realidade, sobremaneira presente na nossa existência, da conexão global (e que tem nos seus antípodas a desconexão, própria dos meios locais)²¹³.

Por outro lado, é importante acrescentar que, da aceitação da tendência atual de confirmar a “proliferação” de megacidades ou grandes metrópoles, não se pode alhear outra realidade contígua e que mais não é que a da assunção deste fenómeno como difícil de inverter de forma rápida ou sequer permanente²¹⁴. Efetivamente, e na senda da questão anterior, é um facto que o desenvolvimento do ciberespaço tem levantado uma panóplia de perguntas sendo que uma delas se relaciona com, por um lado, uma nova configuração e distribuição das atividades económicas e, por outro, com o eventual desequilíbrio de “grandes centros urbanos”²¹⁵. Já se percebeu que a resposta não é linear e pode ir em sentidos opostos, ambos com pertinência; assim, tendo em conta a premissa em debate (o ciberespaço conduzirá, ou não, ao colapso da cidade) é imperativo que se entre em linha de conta com outro dado que é fundamental contemplar: saber se o desenvolvimento de

²¹⁰ WINNER, Langdon – «Who Will We Be in Cyberpsace?»: p. 69

²¹¹ CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: pp. 424 e 425

²¹² *Idem*, p. 436

²¹³ *Ibidem*

²¹⁴ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 185

²¹⁵ *Ibidem*

tecnologia de informação que impele a mudança da atividade social e económica para o ciberespaço, terá em si o bastante para conduzir ao fim das cidades como as conhecemos²¹⁶.

Não sendo a resposta linear e nesta fase absolutamente especulativa, não é de desprezar a evidência que constitui a outra face urbana da cidade²¹⁷: toda a envolvência e produtividade em rede permitem dar como comprovado a transição do paradigma da organização de trabalho sujeita a locais definidos, durante o horário de expediente, para a mobilidade física, mercê do leque de oportunidades disponíveis na rede²¹⁸.

A arquitetura dos espaços mudou. Esta é outra asserção irrefutável, quer se trate do espaço físico convencional, e sobretudo deste, quer se trate das (já) sucessivas reconfigurações do espaço virtual. Para a cidade, um dos efeitos mais pretendidos, era a opacidade, quebrada, estrategicamente, aqui e ali, por intermédio de recursos arquitetónicos como janelas, portas ou vidros, que de acordo com o pretendido, possibilitavam ou escondiam a visão. Atualmente, a conjuntura é radicalmente diferente e, no ciberespaço, tudo é visível para todos, sendo que se procura a notoriedade pública, por meio de exposição, e conseguir a privacidade é um feito cada vez mais difícil de obter²¹⁹.

As perspetivas de opacidade *versus* transparência geram efeitos que, neste caso, estão intimamente associados à interconexão cada vez mais acentuada entre os campos digital e físico que, como se disse, levantam outro tópico colateral de discussão e que é o da funcionalidade da cidade à luz de um olhar tradicional²²⁰.

Graças a esta interconexão, a cidade perdeu algum do seu “protagonismo geográfico” enquanto local de trabalho e de encontro, para ser um espaço de memória, de responsabilidade social e coletiva, onde os diferentes atores, mais do que agirem, vagueiam em busca do seu conteúdo perdido²²¹, qual *flâneur*²²². A

²¹⁶ MITCHELL, William J. – *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*: p. 169

²¹⁷ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 1242

²¹⁸ CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: pp. 425

²¹⁹ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 323-325

²²⁰ *Idem*, localização 1382

²²¹ *Idem*, localização 1427-1428

²²² *Idem*, localização 1776-1777

cidade, liberta assim de uma “ancoragem” que a impedia de se estender para outros domínios fora da ortodoxia comumente aceite como seu apanágio, tem ao seu alcance a exploração de novas virtualidades espaciais e a possibilidade de reinventar quer práticas, quer técnicas, ajustando “o que já foi” ao que “pode vir a ser”, isto é, recuperar o passado para o injetar no futuro, numa espécie de pulverização de ideias, que, tendo já frutificado num tempo mais ou menos remoto, têm condições para, sujeitas a revitalização, poderem ser reinventadas, requalificadas e reduplicadas.

Para esta evolução das comunidades para megacidades, já PLATÃO e ARISTÓTELES tinham uma posição assumida; ambos defendiam que “a cola social se quebra no ponto em que os cidadãos se tornam estranhos uns aos outros”²²³, significando isso que as comunidades não devem exceder esses limites por correrem o risco de se tornarem estranhas e alheias a si próprias; contudo, para a presente discussão, convém ter em conta que nenhum dos dois filósofos poderia calcular a propulsão infletida pelo Homem à tecnologia que, qual *boomerang*, o afetou também, de modo indelével. Por conseguinte, o que isto significa é que a internet afastou uma presença cívica tangível, que se contrapõe ao modelo da cidade convencional onde a presença num lugar determina, frequentemente, quem se é, com todas as implicações paralelas²²⁴. De facto, a organização socio-espacial circunscreve enormemente o carácter da comunicação interpessoal, conduzindo a um grande distanciamento entre as pessoas o que, no fundo, acabou por se tornar um traço caracterizador da vida moderna²²⁵.

Constituindo-se como um elemento distinto, surge o ciberespaço; porém, desenganem-se aqueles que o julgam o fator decisivo no esbater das desigualdades, porque tal não se vai verificar²²⁶. A cidade, com todas as suas assimetrias, não vai ser substituída pelo ciberespaço que se assume como um veículo de

²²³ *Idem*, localização 2278-2279

²²⁴ MITCHELL, William J. – *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*: p. 10

²²⁵ GOBY, Valerie – «Physical Space and Cyberspace: How Do They Interrelate? A Study of Offline and Online Social Interaction Choice in Singapore»: p. 640

²²⁶ NAKAMURA, Lisa – *Cybertypes: Race, Ethnicity, and Identity on the Internet*: p. 16

descentralização e de deslocalização, mas não se arvora o poder de eliminar os centros de decisão tradicionais²²⁷.

Esbater a distância não é necessariamente o mesmo que eliminar a “potência de um lugar”²²⁸. Apesar do crescimento exponencial de regiões onde se regista uma forte implementação da interconexão, não se pode negar a importância que a cultura e o modo de vida locais assim têm.

Neste processo há que atender à tendência de união, que se regista nas zonas supramencionadas, cujo propósito é a reunião de comunidades sociais irmanadas pelo espírito de correlação, que, firmado em novos formatos de espaço e numa escala inédita, visa o relacionamento estável e profícuo entre grupos distantes e desconhecidos entre si²²⁹.

Tomar a aceção de ciberespaço como heterotopia, não implica que, na base deste considerando, esteja uma mera semelhança ou sequer uma substituição, nem tão-pouco uma apropriação; de facto, o que está em causa é a combinação de dois espaços, sensivelmente diferentes: o do território e o do ciberespaço²³⁰.

Não se trata de uma mera semelhança porque é redutor entender como possível a substituição do real por parte do virtual. Por outro lado, entender esta noção como equivalente de substituição não contempla, nem correta nem cabalmente, a análise das “práticas sociais efetivas”²³¹ e desvaloriza novas dimensões de existência, que acontecem em função da adição de novos recursos aos existentes que assim, em vez de serem substituídos, se problematizam. Sob outra perspetiva, surge outro conceito que é, a um tempo, dos mais enraizados e dos mais falsos e que consiste em defender a substituição *tout court* “do antigo pelo novo, do natural pelo técnico ou do virtual pelo real”²³².

Quanto à combinação dos dois espaços, é importante dizer, desde já, que contornos assumem ambos. Assim, o território é circunscrito por limites e por um centro. O seu sustentáculo é o sistema que se funda em termos de adjacência física

²²⁷ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 190

²²⁸ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 2343

²²⁹ *Idem*, localização 2343-2345

²³⁰ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 194

²³¹ *Idem*, p. 211

²³² *Idem*, p. 212

ou geográfica. No que toca ao ciberespaço está correlacionado com outros e as questões de distância têm como medida de grandeza a velocidade da luz. No entanto, não são questões de natureza físicas ou de lugar as que os distinguem. Pelo contrário, o que está em causa tem a ver com a natureza das relações sociais que os confrontam. Deste modo, se em termos de território as instituições se pautam por uma orientação hierárquica e pelo rigor, no ciberespaço valorizam-se a transversalidade das relações e a espontaneidade das estruturas. De outro ponto de vista, as organizações políticas de âmbito territorial privilegiam a representação e a delegação, ao passo que, no ciberespaço, as alternativas técnicas se transmudariam em “formas inéditas de democracia direta”²³³.

Percebe-se, pois, que o que se pretende com a coordenação dos dois espaços não significa, em absoluto, abolir as formas territoriais em detrimento dum modo de operar ciberespacial. Pretende-se, isso sim, melhorar a capacidade do território, ultrapassando as limitações que regista, como sejam a lentidão, a inércia ou a rigidez que lhe são característicos, através de uma “exposição, em tempo real, no ciberespaço”²³⁴. Outro objetivo é conseguir uma resposta para os problemas da cidade, após a sua formulação, mediante a equação dos elementos que a poderão viabilizar: competências, recursos e ideias.

A preferência pela inteligência coletiva não representa uma mera escolha ou seleção; implica que as normas de funcionamento da cidade ou da região e das respetivas instituições se ajustem ou alterem, bem como envolve, também, a organização das “ocupações do ciberespaço” ajustadas a esse propósito²³⁵.

Nesse sentido, é pertinente que se advogue o acesso dos mecanismos que assentam na inteligência coletiva ao ciberespaço entendido no seu formato de sistema aberto de mapeamento do real, de manifestação de idiossincrasias, de problematização, de promoção da ligação social, ou, finalmente, mas não menos importante, da livre “navegação nos saberes”²³⁶. De salientar, contudo, que o prisma que aqui se adotou não obriga a rejeição do território pela escolha do

²³³ *Idem*, p. 195

²³⁴ *Ibidem*

²³⁵ *Ibidem*

²³⁶ *Idem*, p. 196

virtual, ou que, noutro sentido, um se sujeite ao outro por via da imitação: privilegia-se a utilização do virtual como meio de cada indivíduo habitar melhor o território na sua qualidade plena de cidadão²³⁷.

Os ambientes com que e em que nos relacionamos são meios que povoamos como se de colonos se tratasse. Nessa condição, o ciberespaço será para nós como um espaço em que (eventualmente) nos fixaremos, como se de uma cidade se tratasse, precisamente na mesma medida da da cidade geográfica, parte relevante do nosso modo de vida. Este paralelismo encontra explicação na maneira como o ciberespaço se organiza, qual construção desenhada no âmbito de um projeto de arquitetura, que tem de diferente a estrutura não física, e cuja importância é visivelmente crescente.

É uma constatação que rumamos de forma célere em direção ao virtual e universal. Para que tal direção fosse tomada, para além das implicações civilizacionais, reflexo dos tempos, muito contribuíram a circunstância do alargamento do ciberespaço, a globalização, processos produtivos e /ou de trocas, ou o crescimento da população, fatores por demais conhecidos e transversais na construção da(s) comunidade(s)²³⁸. E se bem que este movimento “universalizante e virtualizante”²³⁹ seja simétrico relativamente às desigualdades crescentes²⁴⁰, é reconhecido que o que a cibercultura tem de universal, sem totalidade, promove e reconhece o valor da singularidade, assegurando, assim, que muitos reúnam condições para aceder a formas de expressão que antes lhes estavam vedadas.

Sob determinado ângulo, a cibercultura segue os trilhos marcados pela tradição europeia. Sob outro, que perspectiva que o que define a cultura do futuro é o conceito do universal sem totalidade, a cibercultura transforma o conceito de cultura²⁴¹; aquilo em que a cibercultura incide é na criação de uma maneira de manifestar a presença virtual do Homem perante si próprio, sem que lhe esteja

²³⁷ *Ibidem*

Também nesta linha, cfr. BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman*: p. 190

²³⁸ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 233

²³⁹ *Idem*, p. 234

²⁴⁰ Neste sentido, cfr. NAKAMURA, Lisa – *Cybertypes: Race, Ethnicity, and Identity on the Internet*: p. 29

²⁴¹ LÉVY, Pierre – *Cibercultura*: p. 247

associada a unidade de sentido primordial²⁴². Efetivamente, o contributo eventualmente mais relevante da cibercultura, é o de estabelecer um paralelo entre a globalização, a que as sociedades têm sido submetidas, e o sentido do universal sem totalidade²⁴³, fator que radica na circunstância de a cibercultura promover a unidade, na razão direta da erradicação da totalidade. Isto acontece num tempo em que a globalização se afirma na linha da formação de uma comunidade mundial²⁴⁴ una, disforicamente caracterizada pela disfuncionalidade da desigualdade e do atrito.

Segundo padrões históricos mais abrangentes, o que apelidamos de sociedade em rede encerra em si uma mutação de vulto para a essência humana. Efetivamente, há uma visão diacrónica da ação social, que a entende, para além de crucial, como matriz mutável no que às relações entre natureza e cultura diz respeito, o que nos conduz a um novo momento do Homem.

A dualidade destes conceitos, basilares para a condição humana, e que lhe é transversal, afirmou-se, ao longo dos tempos, através do primado da natureza sobre a cultura²⁴⁵. Atualmente, assistimos a uma alteração nessa condição e verificamos que a cultura se revisita a si própria, sobrepujando a natureza a um expoente que provocou que assumisse o estatuto duma forma cultural. Com esta asserção em mente, se enforma a causa ambientalista, para projetar a natureza como um modelo cultural ideal.

Neste contexto, e particularmente devido à confluência do binómio evolução histórica e mudança tecnológica, enceta-se a concretização dum modelo essencialmente cultural onde vigoram a interação social e a organização social. Neste enquadramento, ganha maior protagonismo a informação, elemento de maior destaque dado o papel que assume quer na organização social, quer na troca de mensagens e imagens na rede (onde é, simultaneamente, veículo e núcleo) que, em simultâneo, estrutura a sociedade. E assim se chega à ideia de um novo tempo, marcado pela informação, em que a cultura se autonomiza face ao que de material

²⁴² *Idem*, p. 248

²⁴³ *Ibidem*

²⁴⁴ *Idem*, p. 249

²⁴⁵ CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society*: p. 508

fundou a vida que conhecemos. E se isso é um novo começo, o facto de nos reenviar para o que foi, pode não ser positivo. Encarar e gostar da imagem que a história guardou de nós, podem não ser perspetivas convergentes²⁴⁶.

Esta posição conduz-nos a outra reflexão. Primeiro, é provável que não gostemos da imagem do que fomos. Segundo, estamos no início de um caminho que é, e será, seguramente, marcado pela técnica e é ELLUL quem nos previne para o facto da “vida não ser feliz numa dimensão dominada pela técnica”²⁴⁷. E a tecnologia é muito “assertiva” e exige conformidade por parte do Homem, isto é, que goste daquilo de que pretensamente deve gostar e, em caso de insatisfação, usará sempre das suas virtualidades para seduzir os descontentes, recorrendo à supressão dos seus desejos através do recurso a instrumentos técnicos que, ao eliminarem a insatisfação que eles próprios causaram, produzem uma desumanização gradual que, paradoxalmente, conduz ao progresso.

Chegados à reflexão de que acima se falava: se, ao entrarmos nesta nova era tecnológica não gostarmos do que fomos, quem nos garante, porque a mudança é inevitável e constante, que, numa próxima era, gostaremos daquilo que neste momento, percebemos, ainda estamos para ser?

A resposta é que não há resposta. Sabemos, por experiência, que a tecnologia continuará a ter uma projeção excecional na sociedade humana; o desenvolvimento gerado terá vantagens e desvantagens e uma “fuga para o passado” não é solução; porém, talvez ainda haja a oportunidade, num horizonte próximo, de rever opções e equacionar todas as mais-valias da tecnologia, de modo a colocá-las ao serviço do Homem e, ao mesmo tempo, prever e minorar eventuais danos²⁴⁸.

²⁴⁶ *Idem*, pp. 508 e 509

²⁴⁷ ELLUL, Jacques – *The Technological Society*: p. viii

²⁴⁸ BOSTROM, Nick – «Technological Revolution: Ethics and Policy in the Dark»: pp. 3 e 4

PARTE 3 | O JURÍDICO: HETEROTOPIAS JURÍDICAS E REGULAÇÃO

§ O PRETENSO EFEITO DEMOCRATIZADOR DO CIBERESPAÇO

A década de 90 do século XX apresenta-se magna no que às questões do ciberespaço diz respeito. Com efeito, um dos aspetos que porventura mais controvérsia causou, prende-se com a carga democrática que, eventualmente, lhe estaria subjacente. Um dos vetores de pensamento afirmava, então, que o acesso à informação em escala maior, até então impensável, acarretava como consequência alguma desagregação comunicativa que poderia ter adjacente uma mitigação do poder. Nos antípodas desta visão, outra corrente defendia não haver risco de dispersão; antes pelo contrário, afirmava que a informação propalada pela internet exibia níveis de concentração, também estruturais, que conduziriam a uma diferenciação relativamente aos meios de comunicação tradicionais muito menor do que inicialmente se supôs²⁴⁹.

O debate em torno da eventual democraticidade do ciberespaço estava aberto e sujeito ao concurso das mais diversas opiniões. Os que questionavam tal efeito democratizador baseavam a sua posição nalguns aspetos, sendo o primeiro o excesso de informação. Se pensarmos na possibilidade gerada pela internet em termos de facilidade de acesso à informação, rapidamente percebemos o argumento que defende que é plausível aceitar que o volume de informação aumenta levando a um concomitante aumento de opiniões expressas. A este aspeto acresce um outro, o de que o dinheiro continuará a dominar e será ele a determinar a voz de quem fala, mas sobretudo a voz que é ouvida; ao dizer-se que “o dinheiro continuará a dominar”²⁵⁰, isto mais não é do que a afirmação de que o que acontece no ciberespaço não é um fenómeno novo, já tinha acontecido com os meios de comunicação tradicionais e estende-se agora a esta nova dimensão, ou seja, passar uma mensagem revestir-se-á das mesmas dificuldades já antes registadas: se a possibilidade de falar aumentou, o mesmo não aconteceu com a possibilidade de se fazer ouvir.

²⁴⁹ BENKLER, Yochai – *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*: p. 214

²⁵⁰ *Idem*, pp. 233 a 235

Neste tempo, que é o nosso, como já se viu, a informação faz parte do núcleo central do debate público. Acessível a muitos, não é este facto, contudo, que vai produzir o efeito de “qualidade” pretendido, porquanto sem uma cadeia de meios de comunicação que a suportem, produzirá um discurso que, malgrado ser público se revelará lesado e desagregado, uma vez que o fator individual assumirá a primazia, isto é, cada um, *per si*, terá uma visão parcelar (e individual) da realidade que colocará em causa a visão pública, comum, global. Relacionado com este aspeto surge o da polarização onde o enfoque se situa na ideia de que se opiniões e pontos de vista são debatidos no seio de grupos que partilham das mesmas ideias; esse carácter redutor, chamemos-lhe assim, conduz inevitavelmente à polarização uma vez que, por não haver discussão fora do grupo, não há lugar a novas visões ou perspetivas diversas.

Atualmente, com a discussão a assumir outros contornos (afinal, a controvérsia parece ter perdido o vigor inicial, por se ter desvanecido a novidade que a caracterizou, mas mantém uma pertinência que não cessa de se renovar) o cidadão anónimo vê o ciberespaço como um manancial que lhe permite um leque de oportunidades que vão desde a partilha de informação até se constituir como um meio singular de conhecer pessoas e/ou de se divertir, ao passo que a lei procura novas formas de contrariar o seu alcance planetário.

A distância mesurável é agora questionada na medida em que, de certa forma, se secundarizou face à ideia (associada a MARSHALL MCLUHAN que a terá criado nos anos 60) de “aldeia global”. O mundo entra-nos pelo ecrã do computador ou de qualquer outro dispositivo mais atual e, sem grande esforço ou dispêndio de tempo, temos à disposição uma panóplia de atividades; de facto, comprar, vender, conhecer pessoas ou ver lugares mais ou menos recônditos tornou-se quase banal e a frase de CAMÕES “dar novos mundos ao mundo” pode perfeitamente aplicar-se à internet dos séculos XX e XXI (e seguramente do tempo que se seguir): a internet deu outro mundo àquele que conhecíamos. Com este mundo e a sua nova dimensão surgem variantes antes insuspeitas e, nesta conjuntura, as “trocas” acontecem nas mais diversas esferas, como culturais, económicas e até mesmo políticas; destarte, cria-se nalguns a certeza de que será

viável que a internet se assuma como um veículo de disseminação de valores democráticos, mercê quer do esbatimento de fronteiras que permite a livre circulação de ideias, quer pela facilidade de conhecer novas realidades e recolher apoios, embora não seja de descuidar a força que os regimes não democráticos possam exercer para travar tal impulso²⁵¹.

Talvez por se manter a esperança da força que constituiria a união em torno de uma “sociedade em rede” que SIVA VAIDHYANATHAN²⁵² menciona, se compreenda a assunção de que tal sociedade teria como maior virtude assegurar a conjugação de esforços individuais em torno da confrontação com as formas convencionais de controlo do mais variado tipo; porém o tempo provaria que a comunicação digital em rede não se prende com essa ideologia²⁵³. Aliás, tudo leva a crer que o caminho é proporcionalmente inverso, isto é, não é difícil concluir que muito do espírito de que hoje está imbuído o ciberespaço, em termos de liberdade, e já presente desde os seus primórdios, se extinguirá num futuro que se pode dizer bastante próximo, por força da mudança da vigência de valores que gradualmente perderão a sua relevância. Uma coisa é certa: nada ficará igual e, se algumas mudanças serão portadoras de bem-estar, outras, talvez demasiadas, farão com que nos arrependamos do percurso encetado²⁵⁴.

Curiosamente, o ciberespaço e a sugestão de liberdade (e do seu extraordinário valor) que transmite, esse mesmo ciberespaço tem assumido contornos passíveis de nos retirar essa liberdade. E, de facto, isto não parece muito democrático. Voltamos à questão suprarreferida: o acesso a todos, a informação para todos, não significa, de modo algum, a gestão igual da informação de que se dispõe, nem tomada de conhecimento equivalente— exemplos disso mesmo, são os casos *Snowden* e *Wikileaks*.

Paralelamente ao crescimento exponencial de que os recursos digitais podem ser portadores em termos de alargar o leque do conceito de liberdade,

²⁵¹ BENKLER, Yochai – *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*: pp. 237, 238 e 241

²⁵² *Apud* LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 4

²⁵³ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: pp. 4 e 5

²⁵⁴ *Ibidem*

assistimos, com alguma impavidez, a mudanças legais e técnicas na arquitetura do ciberespaço que o afetam e o alteram. Essas mudanças, ditadas pelo desejo de controlo daqueles que se veem beneficiados pela possibilidade do controlo, permitir-lhes-ão aceder ao poder através do exercício de poder e, porque poder gera poder, terão ao seu alcance mais controlo e mais poder que originarão mais mudanças, menos possibilidade de inovação na sociedade e na Internet e, consequentemente, porque menor diversidade, menor liberdade²⁵⁵.

Temos que concordar com a expressão curiosa de LESSIG de que estamos na “idade da avestruz”²⁵⁶. Sentimo-nos fascinados com as coisas que sabemos desconhecer sobre este mundo novo (mas que teimamos em querer ignorar!) e deixamos que algo que não vemos, mas cuja pressão e influência percebemos nos guie, quais marionetas. Aceitamos ser conduzidos e voluntariamente subvalorizamos os perigos inerentes. Falamos de Internet e de ciberespaço, todos nós, sem que, contudo, a maioria das pessoas que é sua utilizadora saiba a extensão de todas as implicações que o seu uso acarreta, nomeadamente sobre a monitorização e observação a que tal uso está sujeito, sobretudo porque se passa a ideia, pouco escrupulosa, é certo, de que a sua utilização obedece ao anonimato²⁵⁷. Mas, como no mundo real, também aqui as aparências são ilusórias e, se a Internet, com os anos, melhorou a qualidade e diversidade das experiências que oferece, a tecnologia, que providencia ao utilizador uma gama de práticas diversificadas, é a mesma que se refinou ao ponto de localizar e de conhecer com uma acuidade preocupante o perfil de quantos a utilizam. E, assim, se passa rapidamente de, passe-se a expressão, caçador a presa “à distância de um clique”²⁵⁸, sobretudo porque temos a tendência, de novo preocupante, de subvalorizar o que o nosso rasto digital pode dizer de nós, e, sobretudo, a quem.

Ante tal, e descartando quaisquer visões quiméricas de libertação, não é difícil prever que um dito efeito democratizador do ciberespaço, hodiernamente,

²⁵⁵ LESSIG, Lawrence – *The Future of Ideas*: p. 15

²⁵⁶ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 339

²⁵⁷ *Idem*, p. 45

²⁵⁸ *Idem*, p. 47

apenas o seja pretensamente²⁵⁹. Por tal, esta mudança basilar no espectro daquilo que era, anteriormente, edificado como propósito daquela heterotopia, impõe algumas mudanças de perspectiva, *inter ali*, no que à sua regulação respeita. É talvez chegada a altura de ponderar o que fazer, real e concretamente, com esta realidade que, de concreta, nada tem. Se avaliarmos bem, os problemas do ciberespaço não são problemas com o ciberespaço. Se avaliarmos bem, é talvez chegada a altura de ponderar o que o ciberespaço continuamente nos revela e que afinal mais não é que problemas do espaço real que urge resolver, ou, pelo menos, ponderar – ou correr o risco de deixarmos passar a oportunidade de criar soluções²⁶⁰.

O incremento da informação, com fonte na rede, que, tudo indica, tem todos os ingredientes necessários para crescer, só pode ser fermento para uma dimensão mais alargada da democracia, em razão de comprometer a hegemonia do próprio sistema de base, alargando-o a uma proporção pública, que mais do que ser apenas “maior” do que antes, privilegia um acesso mais alargado dos cidadãos à rede e, concomitantemente, à democracia e à prática política adjacente e desejável²⁶¹.

²⁵⁹ Nesse sentido, CASTRONOVA refere-se a uma “tirania opressiva, incorporada numa anarquia generalizada”. Tradução nossa. *Apud* LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 139

²⁶⁰ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 313

²⁶¹ BENKLER, Yochai – *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*: p. 241

§ HETEROTOPIA, AUTARCIA E AUTORREGULAÇÃO: CIBERESPAÇO COMO *TERRA NULLIUS*

O traço principal do ciberespaço é, porventura, a sua condição virtual, o que condiciona, também, a sua governação, que extrapola o domínio dos governos convencionais para ser partilhada por todos quantos utilizam a informação que disponibiliza, usando padrões técnicos que funcionam como uma sorte de impulso fiscalizador a quem cumpre definir e circunscrever a sua atividade²⁶².

A filosofia do movimento dos céticos reguladores, isto é, daqueles que negam a administração do ciberespaço por parte do Estado, assenta no facto de não entenderem ser pertinente ter presente aspetos geográficos no momento de regular legalmente o ciberespaço. Por outro lado, assumem o carácter instantâneo e simultâneo das transações que se operam no ciberespaço como impeditivo do exercício de regulação do fluxo por parte de uma dada jurisdição, uma vez que pode conduzir a um efeito nefasto noutra(s). No mais, é sua crença que a “arquitetura do ciberespaço” inviabiliza que uma lei do espaço real se imponha, retirando-lhe legitimidade. Assim, na sua perspetiva, são os seus próprios utilizadores quem reúne as melhores condições para estabelecer um articulado suficientemente lato para cobrir custos e para transmitir informações aos utentes, confirmando deste modo, a defesa que fazem de que a autorregulação do ciberespaço por parte dos seus utilizadores deve imperar sobre a regulação nacional.

Para a manutenção deste ideário concorre o facto de, no âmbito do que se entende ser a arquitetura do ciberespaço, se afirmar que este tem a capacidade de eliminar os limites, uma vez que o que aí acontece não implica forçosamente um paralelo no “mundo real”, esbatendo-se, por conseguinte, e de forma invisível, eventuais fronteiras²⁶³.

Em termos de autorregulação e do papel que neste contexto o código assume, e adotando um prisma diferente de observação, aceita-se a duplicidade da

²⁶² GOLDSMITH, Jack L. – «Against Cyberanarchy». *University of Chicago Law Occasional Paper* [em linha]. ISSN 1939-859X. Nº 40 (1999): p. 13

NUNES, Paulo Fernando Viegas – «A Definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança». *Revista Nação e Defesa* [em linha]. ISSN 0870-757X. Nº 133, 5ª Série (2012): p. 117

²⁶³ GOLDSMITH, Jack L. – «Against Cyberanarchy»: pp. 1 e 4

teoria de LESSIG, isto é, a afirmação de que cumpre aos “arquitetos e programadores” do ciberespaço, e não às entidades estatais²⁶⁴, a criação de normas que o rejam, isto é, o que era tarefa do Estado pode ser “delegada” nos diferentes atores, com ganhos significativos para o Estado em termos da sua prática governativa. De facto, a novidade que o ciberespaço representa pede uma nova leitura do que se entende por regulação; desde logo, obriga a que haja um distanciamento em relação aos padrões tradicionais e à aceitação de um novo instrumento e paradigma regulador²⁶⁵.

Nesta sequência, muitos autores adiantaram a sua posição ao defender a autorregulação. Nesse prisma, tomaram como ponto de partida a consideração de que o ciberespaço instigava o poder convencional de um Estado. Assim, havia que se chegar à regulamentação do que acontecia online, embora admitissem que juntar, por meio de dispositivos legais o que acontecia naquele espaço e numa jurisdição concreta, não seria fácil ou sequer óbvio. Face a esta cogitação, e considerando a falta de adequação de leis nacionais aplicadas ao ciberespaço, outra orientação se impunha, e outra não era que a de afirmar o imperativo de deixar a cargo daquele espaço o desenvolvimento das suas “próprias estruturas de autorregulação”^{266/267}. Esta perspetiva é reforçada pela ideia de que os utilizadores do ciberespaço podem autorregular-se, com base na aceitação de que aquele é um espaço em si mesmo, que, porque separado e identificável, se pode submeter à sua própria regulação²⁶⁸. Porém, tal mecanismo de regulação não é “óbvio” como o é a lei no sentido mais ortodoxo do termo. Efetivamente, se nesse sentido a identificamos com o conjunto de elementos que a consubstanciam (estatutos, constituições ou outros normativos), o mesmo não se verifica com o que sucede no ciberespaço. Desde logo, é necessário

²⁶⁴ Neste sentido, SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: pp. 101 e 102

²⁶⁵ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 5

²⁶⁶ HUNTER, Dan – «Cyberspace as Place and the Tragedy of the Digital Anticommons»: pp. 9 e 10

²⁶⁷ Tal como qualquer novidade que procura encontrar o seu lugar, esta posição não colheu só apoios. Pelo contrário, muitos se concentraram para a destronar. Porém, no sentido da autorregulação, muitos se afirmaram favoráveis. Desde logo, fizeram-no na aposta dessa desejada autorregulação. Outros, e no mesmo sentido, reforçaram a ideia do ciberespaço como lugar, logo a carecer de uma regulação “extra-governo-físico”, o que corroborava a autonomia do ciberespaço para efeitos da sua regulação.

²⁶⁸ Neste sentido, HUNTER, Dan – «Cyberspace as Place and the Tragedy of the Digital Anticommons»: p. 88

ter em mente a “omnipresença” e extensão deste “espaço”, de onde deriva que o que o rege seja forçosamente diverso da lei suprarreferida, com uma linguagem diferente e um alcance diferente (internacionalizado!) ou em resumo, um “código” diferente.

Nas palavras de WILLIAM MITCHELL a referência a esse código é a referência à “lei” do ciberespaço²⁶⁹; destarte, para os utilizadores do ciberespaço o domínio do código está no cerne da discussão e da “contenda” que se verificam na esfera da política. Em consequência, os criadores de código(s) vão adquirindo um papel cada mais semelhante ao do legislador, uma vez que, por um lado, nos códigos que criam, por outro, no software que ganha um crescente protagonismo na vida do cidadão comum, são eles que vão assumindo o controlo do ciberespaço, ditando padrões, níveis de privacidade (mais ou menos protegida e/ou assegurada) e de (in)existência de anonimato, garantias de acesso – e isto tudo através do código que, em ulterior análise, validará a rede²⁷⁰.

Assim, infere-se que cabe ao código prescrever a vida que acontece no ciberespaço, o que aqui se assume como sinónimo de condicionar; e tal aceita-se na medida em que postula as condições em que o ciberespaço se disponibiliza. Por sua vez, para quem tem nas mãos o poder de “manejar” o código, isto equivale a dele retirar os dividendos que mais favoráveis lhe forem. Por seu turno, o código está imbuído de valores; quer nos refiramos à adjacência do ciberespaço, quer apontemos para a Internet, a verdade é que ele pode ser alvo de um controlo variável, sendo ele próprio uma ferramenta ao serviço desse controlo exercido por quem detenha o seu domínio. Não é inócuo ou pequeno o poder que tem quem regula o código!²⁷¹

Porque o poder é sedutor, os soberanos assumem com gravidade e rigor a sua condição – e os soberanos do ciberespaço não são exceção. De facto, para além de pretenderem ter um forte ascendente tão-somente sobre o seu domínio, por vezes, têm a tendência de se impor sobre outros domínios. Por conseguinte, será

²⁶⁹ Neste sentido, também LESSIG defende que o “código é lei”, cfr. LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 136

²⁷⁰ *Idem*, pp. 5, 7 e 79

²⁷¹ *Idem*, pp. 83, 84, 114 e 138

crescente o desacordo entre soberanos, por via do desejo de imposição individual sobre os diferentes domínios online²⁷².

No quadro em que a construção ou o código da internet assumem o papel de regulador, há que aceitar que uma norma que seja aplicada não se vê “respeitada” pelas consequências legais que possa ter, antes pelo que tecnologicamente a suporta. Assim, surge como facilmente compreensível e aceitável a crítica que LESSIG faz ao código de “tornar a regulamentação invisível”. E explica essa crítica afirmando que dada a transparência do código, os seus utilizadores, porque o não percebem explícito, tendem a caracterizá-lo como algo natural, o que, segundo aquele autor, pode minimizar a afirmação democrática²⁷³.

Segundo DAVID POST, o ciberespaço tem num conjunto de regras a fonte da sua governação; e, porque assim é, tais regras condicionam a conduta que aí se assume, uma vez que aquelas regras são inerentes à arquitetura do ciberespaço e, em ulterior passo, são escolhidas pelos utilizadores, escolha que, em parte, se funda na forma como elas se destacaram face à concorrência com que lidaram²⁷⁴.

Para alguns estudiosos desta matéria, como DAN HUNTER e GREG LASTOWKA²⁷⁵, esta ideação tem toda a potencialidade para se concretizar. Eles advogam mesmo que, a breve trecho, a lei “normalizada” terá que responder a um dos quesitos fundamentais que é o de reconhecer que o mundo virtual responde a uma Lei distinta da que vigora no nosso mundo físico. E se é uma exigência dos utilizadores do ciberespaço, outra se lhes impõe e que consiste em eles próprios estabelecerem, no seu seio, as linhas legais “auto-orientadoras” a que haverão de responder²⁷⁶.

A passagem do espaço real “concreto” para a dimensão virtual do ciberespaço, não foi (é) isenta de inquietação, sobretudo se se tiver em mente a alteração que se lhe “colou”, em termos de poder (que sofreu modificações

²⁷² *Idem*, p. 279

²⁷³ Neste prisma, também PHILIP ROSEDALE, CEO do jogo online *Second Life*, advogou que o único Deus do ciberespaço, enquanto mundo virtual, é, por excelência, o código. Tradução nossa. *Apud* LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: pp. 138 e 283

²⁷⁴ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 288

²⁷⁵ *Apud* LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 291

²⁷⁶ *Idem*, p. 291

profundas quer em termos de “visibilidade” quer de “espacialidade”). Deste modo, uma das questões que mais se levanta prende-se, não apenas com aspetos tecnológicos, mas também com a forma como, na presença desta passagem, o poder se operará. E este é um procedimento que, como se disse, não é isento de agitação, até porque à medida que se vão ultrapassando alguns constrangimentos, outros vão surgindo, porquanto não se trata de um assunto fechado. Outra particularidade que emerge deste debate é que, à medida que a regulação se vai conformando às formas dos dois mundos, como que se vai desvanecendo, esfumando os seus contornos, processo que como que desvaloriza o que é material. Assim, reconhecer o princípio basilar da afirmação de que “código é lei”, significa reconhecer a hegemonia de um conjunto invisível de ferramentas tecnológicas que, malgrado o seu poder, não se aceitam como suporte para o elemento material em que as relações humanas se alicerçam e desenvolvem.

A “emancipação” do ciberespaço que atualmente vai somando subscritores, advoga que a presença do Estado na esfera privada é necessária apenas na medida da prevenção de eventuais danos. Ora, assumindo a Internet como espaço de expressão verbal, os danos seriam difíceis de provocar, o que acentua a resistência dos que querem afastar a presença estatal no ciberespaço, que, no seu entendimento, não se pode submeter à lei dos governos, o que, no caso, é entendido como positivo²⁷⁷.

No entanto, surge ainda outra perspetiva algo diferente de todas as outras e que se funda no princípio de que, sendo o ciberespaço o melhor veículo transmissor de informação, impor-lhe regras e/ou limites seria o equivalente a banir a evolução²⁷⁸.

Por tudo o que tem vindo a ser dito, uma coisa parece lógica: o ciberespaço é dotado de meios que o preservam da regulação estatal. Por outro lado, o Estado está, à partida, em desvantagem: por ser grande demais, lento demais e limitado, geografica e tecnicamente, está-lhe vedado o acesso à regulação das relações virtuais entre utilizadores do ciberespaço, naquele meio. Assim, resta refletir sobre

²⁷⁷ BOYLE, James – «Foucault in Cyberspace: Surveillance, Sovereignty, and Hardwired Censors»: p. 179

²⁷⁸ *Idem*, p. 183

a questão e, aceitando o ciberespaço como positivo na sua génese, considerar aspetos como custos tecnológicos do seu uso e da sua manutenção como espaço de democracia²⁷⁹.

Para os "cidadãos do ciberespaço"²⁸⁰, a lei é uma espécie de compêndio de ameaças, da autoria de um soberano que, detendo o poder, o exerce sobre os "súbditos" que se circunscrevem em confins geográficos e que respondem com obediência a tal poder. Por conseguinte, tal lei, com tal perfil, não é aplicada ao universo do ciberespaço, por este primar por ser virtual e geograficamente não circunscrito²⁸¹. Por outro lado, outra condição que apoia esta perspetiva é o facto de a tecnologia escapar ao controlo que se lhe queira impor, sendo que o eventual poderio de um dado soberano que sobre ele pretenda exercer o seu domínio é facilmente ultrapassável, na medida em que o confinamento geográfico do mundo físico não é aqui equacionável. Perante esta nova realidade, um dos aspetos que recebeu maior advertência foi o da lei de propriedade intelectual, que se imaginou a sucumbir nas malhas deste mundo digital²⁸².

Não obstante o exposto, e pese embora defendendo a novidade por que se pauta o ciberespaço enquanto espaço heterotópico, importa referir que as transações que ocorrem no ciberespaço não têm uma matriz (plenamente) diferente das que acontecem no espaço físico. Elas pautam-se por afinidades notórias: pressupõem pessoas que em espaços diversos interagem, podendo daí resultar o prejuízo para os próprios ou para outrem. Por conseguinte, parece estranho não reconhecer que à ação do e no ciberespaço possa presidir a lei territorial. Mais, parece de todo pertinente que tal aconteça; de facto, e, se tal "imposição" se apresentar como complexa, sê-lo-á, tão-somente, na medida em que o é, também, no espaço físico.

Quanto a esta visão de autorregulação, há que dizê-lo, três aspetos se revelam cruciais porque imanentemente erróneos. O primeiro prende-se com a

²⁷⁹ *Idem*, pp. 183 e 184

²⁸⁰ Neste sentido, e falando de *netizens*, cfr. ZITTRAIN, Jonathan – *The Future of the Internet – And How to Stop It*: p. 161

²⁸¹ BOYLE, James – «Foucault in Cyberspace: Surveillance, Sovereignty, and Hardwired Censors»: pp. 184 e 185

²⁸² NEGROPONTE (1995) *cit.* BOYLE, James – «Foucault in Cyberspace: Surveillance, Sovereignty, and Hardwired Censors»: p. 196

forma como se equaciona o *modus operandi* das transações que se operam no ciberespaço e no espaço convencional considerando-a demasiadamente diferente; isto extravasa o que se pode considerar como razoável, uma vez que não tem em linha de conta as afinidades entre ambos, a saber, as pessoas envolvidas no “espaço real”²⁸³ que procedem a transações entre si e que, eventualmente, podem gerar danos noutras jurisdições que não a sua. Como segundo aspeto que merece reparo, há a considerar a desvalorização que os céticos assumem face à tipologia legal, isto é, “leis padrão e leis obrigatórias”. Desta apreciação resulta como lógica a premissa da autorregulação do ciberespaço, mercê das “leis padrão” passíveis de se conformarem a diferentes necessidades. Outra coisa, contudo, se aplica às “leis obrigatórias” que demarcam o “ordenamento jurídico privado”. Por último, desvaloriza-se o manancial tecnológico legítimo e tradicional que podia concorrer para a resolução de problemas do ciberespaço subjacentes a múltiplos territórios.

A esta abordagem, está naturalmente associado o que se engloba a coberto da expressão “ciberespaço” e que, na sua novidade, promete mudar todos os princípios de governação convencionalmente estabelecidos. Mudança parece ser aqui, na verdade, a palavra de ordem. A humanidade sempre viveu com a mudança que se tornou tanto mais premente quando, em sede da comunicação, os avanços se revelaram velozes e irrevogáveis. O ciberespaço que imprimiu um ritmo frenético à vida, tal como a conhecíamos, não só acompanha a tendência, como lhe impõe exigências singulares. Neste particular, a posição dos céticos é de que o ciberespaço, sendo tão distinto dos outros meios de comunicação, antagonizará qualquer tentativa de regulação governamental que se lhe queira inculcar. Ainda neste âmbito, a arquitetura do ciberespaço tem ao seu alcance potenciar a resolução de conflitos, mormente na esfera de uma práxis privada da lei, autorizada pelos utilizadores que se permitem recorrer mesmo a “magistrados virtuais”²⁸⁴.

Muitas são as propostas para linhas de organização jurídica [privada] do ciberespaço. São, porém, na sua essência, incipientes, porquanto são desprovidas de inovação face ao ordenamento existente para outras estruturas sociais que há

²⁸³ GOLDSMITH, Jack L. – «Against Cyberanarchy»: p. 2

²⁸⁴ *Idem*, p. 13

muito vigoram como sejam a família, os clubes, as instituições mais diversas, apenas para referir algumas, e que se pautam pela aceitação tácita de princípios e normas do foro privado, que regem os conflitos. A adir à questão da falta de “originalidade” surge como evidente a falta de uma perspectiva holística para o problema, na medida em que, se a disposição privada em apreço não serve os reais interesses de grupos privados, compreensivelmente, o não fará no que ao ciberespaço se refere²⁸⁵.

E este ponto surge porque na dimensão anteriormente exposta, se coloca como inerente a figura do consentimento. Este, não será, porventura, simples de obter no ciberespaço. De facto, se na teoria se pode revelar fácil, acaba por o não ser na medida em que implica o oposto do que fundamenta o ciberespaço, seja (mais) tempo, (mais) custos ou até mesmo aspetos de identidade ou outros que os utilizadores do ciberespaço, por norma, rejeitam.

A acrescer ao já exposto, está o facto do ciberespaço não ter um carácter fechado pelo que, o que acontece no seu seio, pode ter projecção em utilizadores “não-ciberespaciais”²⁸⁶, e conciliar consentimento de realidades tão díspares não se afigura simples.

²⁸⁵ *Ibidem*

²⁸⁶ *Idem*, p. 14

§ A REGULAÇÃO ESTATAL:

CONTINUIDADE OU TRANSFORMAÇÃO?

A nova realidade que o ciberespaço representa implicou, a um tempo, uma diversidade considerável de instrumentos jurídicos capazes de salvaguardar os já existentes, mas também o aparecimento de uma nova categoria de ilícitos e de novas profissões relacionadas com este domínio²⁸⁷ a quem, até hoje não foram outorgados direitos e responsabilidades. De acrescentar, ainda, que, entre outras, a perspectiva do que é privacidade sofreu alterações, passando a contar com maior proteção jurídica, em aspetos como o direito ao esquecimento e naqueles que se entendem como ilícitos.

Mercê destas mutações sociais a que as sociedades têm que se adaptar, os Estados são convocados para dar respostas aos novos problemas; no contexto atual, poder-se-á afirmar que os mais prementes, prendem-se com realidades distintas de outrora e têm que ver, grosso modo, com a “utilização do ciberespaço”²⁸⁸, o que implica novas leituras de modelos de governar que se adequem às competências solicitadas²⁸⁹.

Paralelamente ao aparecimento do ciberespaço, assistiu-se ao surgimento de redes de comunicações transnacionais, que levaram a que os Estados reagissem ao movimento (crescente) de informação global²⁹⁰. Daqui que os cânones legais do Direito de que dispunham, bem como os instrumentos que lhes estavam associados, carecessem de evolução para fazer face à nova mundividência. Efetivamente, vários foram os momentos em que houve necessidade de resolver questões de jurisdição, radicados nas passagens de fronteiras, e as ferramentas ou normas então aplicadas a um espaço físico, concreto, não deixam de ter valor ou

²⁸⁷ *Bloggers*, programadores, entre outras

²⁸⁸ NUNES, Paulo Fernando Viegas – «A Definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança»: p. 113

²⁸⁹ Ante o exposto, cumpre, pois, referir que o nosso país não fica de fora nesta necessidade de se atualizar e tem desenvolvido um quadro de iniciativas que concorrem para satisfazer a ideia de modernidade, mormente através da salvaguarda da utilização fidedigna do “espaço de interação global”. Neste sentido, NUNES, Paulo Fernando Viegas – «A Definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança»: p. 113. Também nesta premissa, e referindo a “proteção jurídica dos próprios sistemas informáticos que materializam o ciberespaço”, cfr. SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: pp. 95 e 96

²⁹⁰ NUNES, Paulo Fernando Viegas – «A Definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança»: p. 117

não desapareceram mesmo, só porque se trata agora do universo da rede heterotópica, “eletrônica global”²⁹¹. Não é de mais reforçar a relevância desses instrumentos jurídicos convencionais porquanto podem resolver os problemas surgidos nesta dimensão, uma vez que, para muitos, as transações praticadas no ciberespaço, face às transnacionais, não revelam uma pressão sensivelmente menor, pelo que aquelas ferramentas, mais ortodoxas, bem podem servir para sanar os “problemas regulatórios multijurisdicionais implicados”²⁹² relativos ao ciberespaço.

Há, no entanto, opiniões divergentes. Vêm da parte daqueles a quem GOLDSMITH apelida de “céticos reguladores”, e que merecem a designação de “Excepcionalistas” a DAVID POST²⁹³. Veem o ciberespaço de um modo particular, que se reflete, depois, no entendimento das questões jurisdicionais. Segundo GOLDSMITH, são céticos no que diz respeito ao “potencial das ferramentas e tecnologias legais tradicionais para resolver os problemas regulatórios multijurisdicionais implicados pelo ciberespaço”²⁹⁴. É sua convicção que, aplicar uma lei ou qualquer instrumento jurídico da esfera de uma determinada área geográfica ao ciberespaço, é algo incongruente e confuso porque, dada a circunstância de as transações ciberespaciais poderem suceder em simultâneo e em múltiplas jurisdições nacionais, a sua regulação por parte de uma jurisdição nacional poderia acarretar consequências negativas para outras.

Associado a este aspeto, surge o tópico da arquitetura do ciberespaço, e das suas características, que impõe uma reflexão aturada sobre como governar esta nova dimensão e, por extensão, como estabelecer regras para a panóplia de iniciativas aí desenvolvidas. No âmbito da arquitetura supramencionada, refira-se, a título ilustrativo, o incremento da velocidade e da quantidade das comunicações, paralelo à redução da distância entre os cidadãos, numa esfera mais lata entre instituições, ou até mesmo entre países aí verificados.

²⁹¹ GOLDSMITH, Jack L. – «Against Cyberanarchy»: pp. 1 a 3

²⁹² POST, David – «Against “Against Cyberanarchy”». *Berkeley Technology Law Journal* [em linha]. ISSN 1086-3818. Vol. 17 (2002): pp. 1367 e 1368

²⁹³ *Ibidem*

²⁹⁴ GOLDSMITH, Jack L. – «Against Cyberanarchy»: p. 1. Tradução nossa.

Outra ideia a ter em conta é o facto de o ciberespaço ser aterritorial²⁹⁵, o que naturalmente levanta algumas questões sendo de salientar as que se prendem com a sua delimitação. Nesta medida, as conceções de “jurisdição” ou mesmo de “propriedade” deixam de ser claras neste contexto e não é expectável que a nova realidade de oferta de “serviços online”²⁹⁶ corresponda integralmente aos quesitos legais colocados pelos diferentes Estados, o que lhes problematiza a prática da soberania, e, de modo mais acutilante, a escolha da lei a aplicar, isto é, em termos muito simplistas, se se aplica a lei do Estado onde é prestado o serviço ou a daquele a quem o serviço se destina.

A questão é abordada por um ângulo oposto pelos que alegam que aquilo com que o direito tem de se confrontar – e resolver – em termos de ciberespaço é assaz próximo de outros desafios desencadeados por outros avanços tecnológicos, e que as transações concretizadas neste âmbito não são muito distantes de outras de características transnacionais e realizadas por outros meios. A defender esta perspetiva estão GOLDSMITH e TRACHTMAN²⁹⁷ que, ao mesmo tempo que privilegiam uma transformação no seio do direito internacional assente no fortalecimento dos “instrumentos supranacionais de regulação”²⁹⁸, refutam a excecionalidade do ciberespaço, antes defendendo o desenvolvimento das “ferramentas legais tradicionais”²⁹⁹ para problemas semelhantes no espaço real. GOLDSMITH sustenta mesmo que o ciberespaço não representa uma novidade se comparado com outros domínios de comunicação e transação transnacionais. Será, quando muito, mais uma evidência das mutações que o mundo tem sofrido, sublinhando, contudo, que o direito internacional tem acompanhado, em paralelo estas alterações, de que é sintomática a ideia tacitamente aceite de que, face a um vazio legal em termos de leis internacionais, cumpre a um país reger fora dos

²⁹⁵ O que SEAN BRANDES denomina *global common*. Cfr. BRANDES, Sean - «The Newest Warfighting Domain: Cyberspace». *Synesis: A Journal of Science, Technology, Ethics and Policy* [em linha]. 2013: p. 90

²⁹⁶ SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 95

²⁹⁷ GOLDSMITH (1998) e TRACHTMAN (1998) *apud* SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 96

²⁹⁸ SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 96

²⁹⁹ POST, David - «Against “Against Cyberanarchy”»: p. 1383

limites do seu território os efeitos locais que resultem de uma ação extraterritorial³⁰⁰.

Desta divergência académica resultou, que, tal como já foi dito, GOLDSMITH apelidasse JOHNSON e POST, e os que partilhavam as suas ideias (isto é, que os que vincam como extraordinário o carácter do ciberespaço, afirmando a necessidade de um “novo modelo de regulação), de “céticos da regulação”³⁰¹, enquanto POST, trata de “não excecionistas”³⁰² aqueles para quem os dilemas colocados pelo ciberespaço à capacidade do Estado exercer e fazer cumprir a lei não são muito diferentes ou sequer novos³⁰³.

Os "tradicionalistas" advogam que os Estados têm, no exercício da sua soberania, a ferramenta essencial para proteger os cidadãos, seja de conteúdos lesivos, seja de atividades ilícitas³⁰⁴. Afirmam que, numa transação no ciberespaço, a informação que circula, surge por intermédio da tecnologia, pelo que, ao atuar sobre hardware e software, é exequível a concretização da regulação³⁰⁵.

EVGENY MOROZOV teorizou sobre a ideia de “internet-centrismo”³⁰⁶, que justificou com a crença de que a soberania de um Estado se “minimiza” face ao ciberespaço a quem cumpre, também, a resolução de problemas surgidos no seu seio. A convicção de que o ciberespaço tem um potencial poderoso é também reconhecida: efetivamente, para além do seu cariz libertador, a abrangência da sua atuação é elevada a um expoente que lhe permite ter uma palavra na realização, resumo ou explicação de tudo; esta dimensão, vista como quase divina, leva a que JOHNSON e os seus seguidores entendam que o ciberespaço deve funcionar de acordo com regras próprias.

³⁰⁰ SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 99

³⁰¹ JOHNSON e POST (1998) *cit.* SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 96

³⁰² POST, David - «Against “Against Cyberanarchy”»: p. 1365, e SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 96

³⁰³ Entre nós, LINO SANTOS assume uma outra nomenclatura: apelida de “cesuristas” os primeiros e para os segundos guarda a designação de “tradicionalistas”. Cfr. SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 96

³⁰⁴ GOLDSMITH e WU (2006) *cit.* SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 99

³⁰⁵ GOLDSMITH (1998) *cit.* SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 99

³⁰⁶ MOROZOV, Evgeny - *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*: p. 45

A dificuldade de os Estados gerirem *per si*, primeiro, e depois entre si, as transações que implicam a passagem de fronteiras não é um assunto novo. De facto a problemática jurídica inerente a esta questão é, para além de intrincada e complexa, desafiadora o suficiente para que os países debatam sobre a lei que se aplica naqueles casos, nomeadamente quem detém a legitimidade legal para o fazer, ou quem possui jurisdição para prover leis que contemplem situações em que tais transações tenham o seu ponto de origem num país e se concluam noutro(s), ou ainda, o estabelecimento da prestação de regulamentação extraterritorial como aceitável³⁰⁷.

Perante estas questões e porque se aceita que o ciberespaço deve implicar cibersegurança, aceita-se, outrossim, que cumpra a cada Estado o garante do uso seguro daquele espaço, bem como lhe esteja acometida a manutenção da própria soberania³⁰⁸. Isto é tanto mais relevante quanto está impressa no cerne da sociedade contemporânea (intrinsecamente dependente do ciberespaço) a ideia inquestionável de que a sua prevalência só acontecerá se indissociável da utilização fidedigna daquele espaço, sem que se permita a ocorrência de pontos fracos que a fragilizem, quiçá de modo indelével³⁰⁹. Entende-se, assim, claramente a afirmação de que “garantir a segurança do ciberespaço (...) constitui hoje um imperativo nacional, essencial para garantir a soberania e a sobrevivência do país.”³¹⁰

Concomitantemente, entende-se que, partindo do ângulo da lei – e da sua escolha – e da jurisdição, regular o ciberespaço é tanto possível quanto desejável, sem que haja pronúncia sobre se tal é ou não positivo, ou sequer sobre a vantagem de “regulamentações particulares”³¹¹ que extrapolem os poderes jurisdicionais que lhe são próprios.

³⁰⁷ GOLDSMITH, Jack L. – «Against Cyberanarchy»: p. 1 a 4, e POST, David – «Against “Against Cyberanarchy”»: p. 1366

³⁰⁸ Também neste sentido, cfr. GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Direito da Segurança: Cidadania, Soberania e Cosmopolitismo*. 1ª Ed. Lisboa: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7492-4: pp. 917 e 918

³⁰⁹ NUNES, Paulo Fernando Viegas – «A Definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança»: pp. 124 e 125

³¹⁰ *Apud* NUNES, Paulo Fernando Viegas – «A Definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança»: p. 116

³¹¹ GOLDSMITH, Jack L. – «Against Cyberanarchy»: p. 2

Neste intrincado sistema de relações, não será de estranhar a posição sensível do legislador a quem cumpre ajustar-se a esta nova realidade para, assim, ultrapassar eventuais omissões fruto de legislação que as regule. Este olhar, ainda muito tradicional, sobre a nova realidade conduz a um exercício legal mediado pelos mesmos parâmetros até aqui aplicados, quer se trate dos dispositivos legais a implementar, quer nos reportemos a todos os que têm um papel e uma palavra a dizer no mundo real ou no ciberespaço. Este exercício legal, baseado na contiguidade entre estes dois mundos, visa, *a priori* ultrapassar muitas das questões legais que “manietam” os Estados que, por “falta de legitimidade” não reúnem condições para dar resposta aos problemas que, naturalmente, vão surgindo³¹².

Contudo, as pretensões dos céticos ultrapassam largamente esta questão porquanto defendem que dada a sua natureza, o ciberespaço criará barreiras a todo o tipo de normas que os governos estipulem. A esta visão opõe-se a de GOLDSMITH que aborda o problema segundo a perspectiva de que os instrumentos legais que orientam a práxis legal convencional se aplicam também a esta nova mundividência do ciberespaço. No fundo, o que estas visões do ciberespaço refletem é a dualidade de abordagem que preside à problemática: se a outras mudanças anteriores corresponderam novas leis, o mesmo acontecerá com o ciberespaço; ou, em contraponto, à nova realidade do ciberespaço, corresponderá a mesma regulação que existe nos demais domínios da vida humana, uma vez que é direito dos governos a gestão do que acontece intrafronteiras; e nisto inclui-se o que, acontecendo fora das fronteiras tenha projeção dentro do espaço da nação³¹³.

Um dos princípios basilares em que assenta a filosofia defendida por GOLDSMITH é que o ciberespaço não representa um desvio significativo em relação ao espaço do “mundo real”, pelo que o que se aplica ao segundo pode estender-se ao primeiro. Segundo essa linha de pensamento, as iniciativas de cariz transnacional terão assim, um tratamento que pode ser aplicado ao ciberespaço³¹⁴,

³¹² NUNES, Paulo Fernando Viegas – «A Definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança»: p. 116

³¹³ POST, David – «Against “Against Cyberanarchy”»: p. 1370

³¹⁴ *Idem*, p. 1365

o mesmo é dizer que, partindo dessa semelhança funcional, quer os princípios, quer os instrumentos reguladores da atividade transnacional podem ser colocados à disposição do ciberespaço, dando assim resposta a todas as questões jurisdicionais e de escolha de direito colocadas naquela esfera. Deste modo, fica preenchida outra que poderia ser entendida como uma eventual lacuna e que se prende com a necessidade de antecipar soluções para a ocorrência de hipotéticos problemas naquele espaço³¹⁵. Esta doutrina de GOLDSMITH frisa, também, que as transações que acontecem no ciberespaço pressupõem que, numa dada jurisdição territorial, pessoas reais realizem transações entre si, na mesma ou em jurisdição territorial diversa, ou que pratiquem atividades que tenham efeito noutra jurisdição ou mesmo no mundo real e que, por ter um comportamento semelhante à atividade transnacional, pode ser mediada pelos mesmos meios³¹⁶.

Os Não Excecionistas não têm em conta, por não ser relevante, se uma transação acontece no espaço real ou no ciberespaço e postulam que, quer a escolha da lei, quer a de jurisdição, não se limitam ao ciberespaço uma vez que os problemas aí surgidos ocorrem também no espaço real³¹⁷. A convicção deste grupo é de que, se para atividades transnacionais há normativos do direito internacional estabelecidos, o mesmo princípio se aplicará às atividades correlativas no ciberespaço.

Do outro lado da “contenda”, situam-se os “excecionistas”, aos quais pertence DAVID POST que se afirmou como “Excecionista Impenitente”. Para estes, a comunicação no ciberespaço é distinta daquela no mundo real, pelo que a escolha da lei e da jurisdição tem necessariamente que ser diferente, uma vez que as normas e os instrumentos legais aplicados ao mundo real, não servem para as atividades desenvolvidas no ciberespaço.

Perante esta visão, a posição que GOLDSMITH advoga é a de que as ideias defendidas pelos excecionistas estão paradas numa realidade territorial do século XIX, obsoleta, portanto, em que existe conformidade entre a regulação e o modo

³¹⁵ *Ibidem*

³¹⁶ *Idem*, p. 1367

³¹⁷ STEIN, Allan R. – «The Unexceptional Problem of Jurisdiction in Cyberspace»: p. 1191

como são resolvidos os conflitos existentes no espaço real. A esta perspetiva que ele adjetiva de “desacreditada”, opõe a ideia de que deve haver “uma lei única para todas as atividades transnacionais”, “lei única e legítima para atividades transfronteiriças baseada em contatos territoriais discretos”³¹⁸.

Assim, aceita-se que, um soberano, de acordo com o que se entende como sendo as marcas de soberania territorial atuais, reja atos de natureza extraterritorial, se, de alguma forma, provocarem, localmente, efeitos nocivos, salvaguardada que deve ficar a existência de uma lei maior, como se pode constituir uma lei de carácter internacional ou constitucional³¹⁹. Isto pode significar que seja possível que mais que uma jurisdição se disponha a aplicar a sua lei à mesma atividade transnacional; a este aparente dilema responde uma visão moderna desta problemática que defende que a regulamentação supranacional é corrente no nosso mundo³²⁰.

O “Princípio dos Efeitos”³²¹ é central no ideário não excecionista; este princípio defende que o que autoriza uma nação a regular as consequências que se registam a nível local por via de atos que lhe são exteriores, é o direito que lhe assiste de controlar o que acontece “intraterritorialmente”. Não é de mais repetir que mundo se transformou radicalmente e só face a algumas circunstâncias nos apercebemos de quão grande é a abrangência dessa transformação; de facto, se antes os acontecimentos e trocas que implicavam passagem de fronteira se efetuavam, frequentemente, no limiar do sistema legal e ocorriam tão esporádica ou desapercibidamente, que eram remetidos para um lugar menor na hierarquia do sistema legal (referimo-nos, por exemplo, a negócios entre multinacionais), atualmente, todas essas ocorrências se transferiram para o centro das atenções e do olhar público, por intermédio do ducto ciberespacial.

Perante esta evidência, alguns dados facilmente se inferem: desde logo que não há semelhança possível entre universos que registam uma diferença tão significativa como, no caso de um, o ciberespaço, ter como intrínseco a passagem de fronteiras nos eventos e transações realizadas e, no caso do segundo, o espaço

³¹⁸ GOLDSMITH (1999) *cit.* POST, David – «Against “Against Cyberanarchy”»: p. 1368

³¹⁹ POST, David – «Against “Against Cyberanarchy”»: p. 1369

³²⁰ *Idem*, p. 1374

³²¹ *Idem*, p. 1380

territorial físico, ter como certo que a maioria daqueles fenómenos se circunscreve ao espaço intrafronteira. Por conseguinte, um e outro, são, pelo menos neste particular, isto é, o da observância de uma norma que exige, para o seu cumprimento, a ponderação de tais efeitos, bastante desconformes entre si. Apelando ao preceituado pelo Princípio de Efeitos, a análise de um espaço em que um volume significativo de eventos ocorre fora das fronteiras e que retorna, como resultado, a ausência de efeitos consideráveis fora delas permite concluir que tal espaço não se pode afirmar como semelhante a outro em que a aplicação da mesma medida obtém uma resposta em sentido oposto, mercê do facto da maioria dos eventos e das transações se processarem dentro das fronteiras³²².

Isto suscita outra questão que é a de todos os intervenientes nesse processo e nas transações que realizaram; os que se encontram no primeiro caso apontado, obedecem a regras para cuja aplicação não foi pedido o seu consentimento. Esta asserção permite, pois, que se afirme que também neste aspeto há um funcionamento distinto entre aquelas realidades, o que gera um novo problema³²³.

Os não excecionistas argumentam que o direito internacional e as leis que dita já resolveram o problema criado pelo “não consentimento” dos cidadãos; aceitando que o consentimento se constitua como um pré-requisito para que, legitimamente, o poder privado firme o seu desempenho, entende, contudo, que o mesmo não aplica ao poder governamental.

Oriunda do direito internacional, e parafraseando GOLDSMITH, há uma “suposição incontestável” em termos da imposição de manifestação de conhecimento no âmbito do poder soberano, mas que, a verificar-se a sua falta, deve entender-se como um evento de soberania lícito, o facto de os efeitos locais poderem ser regulados em termos nacionais. Defende, ainda, que, perante a falta de consenso em termos de respostas internacionais, devem vigorar os termos da soberania do território que possibilitam que uma dada nação regule os “efeitos locais da conduta extraterritorial”³²⁴.

³²² *Ibidem*

³²³ *Idem*, P. 1382

³²⁴ Neste sentido, STEIN, Allan R. – «The Unexceptional Problem of Jurisdiction in Cyberspace»: p. 1176

Nesta medida, o Princípio dos Efeitos manifesta como que uma espécie de matéria normativa que, de certa forma se impõe como autoridade não sujeita ao consentimento dos que tutela. Deste modo se explica que as transações suprarreferidas possam ser reguladas pelas jurisdições onde os seus efeitos são percebidos, sem que, para tanto, as partes interessadas tenham sido auscultadas sobre o seu consentimento, a propósito da observância das leis daquelas jurisdições³²⁵.

Se numa coisa não excecionistas e excecionistas partilham da mesma opinião é quanto à larga abrangência geográfica que os comportamentos no ciberespaço têm. Essa será uma das razões para justificar a existência de conflitos que advém do facto de, por um lado, um princípio consentir a regulação por parte dos governos com fundamento nesses efeitos, e, por outro, haver um princípio que afira que apenas o consentimento do regulado permitirá aos soberanos tal regulação³²⁶.

Outro tópico que ainda merece muita reflexão prende-se com a “jurisdição”³²⁷, uma vez que toca em pontos importantes, seja em termos de ordem, seja em termos de legitimidade; o que parece incontornável é que se vive uma mudança demasiado grande (com o contributo maior a vir do ciberespaço), para a qual ainda não estamos prontos: se a lei como a conhecemos e os princípios que a regem merecem que lhes tenhamos a consideração devida, também é fundamental que se submeta ao escrutínio da razão que, neste momento, aponta para a necessidade da sua reformulação.

Por razões que nos surgem como simples de compreender, o ciberespaço, é multijurisdicional, dada a sua permeabilidade e facilidade de deslocação no seio de uma rede, bastando, para tanto, que estejam disponíveis dispositivos com acesso à internet. Porém, dizer que ela é apenas multijurisdicional, é redutor, uma vez que praticamente atinge o patamar de “jurisdicional”: efetivamente, no seu contexto de

³²⁵ POST, David – «Against “Against Cyberanarchy”»: p. 1381

³²⁶ *Idem*, p. 1382

³²⁷ *Idem*, p. 1383

rede, as questões geográficas, quer se trate de localização, quer se trate de fronteiras, tornam-se secundárias³²⁸.

O contraponto desta perspectiva é o que está plasmado no trabalho de JACK GOLDSMITH e TIM WU. Estes estudiosos entendem que este domínio não oferece nada de novo, sobretudo sob o ângulo do Direito Internacional Privado. Porque a lei se debruça, de há muito, sobre essa conflitualidade que envolve a autoridade, a sua posição é a de que as estruturas já existentes são bastantes para a nova realidade emergente, carecendo, apenas, de atualização e adaptação³²⁹.

Com vista a essa mudança, várias questões se colocam; uma das que surge com maior acuidade é como proceder na circunstância de um vasto número de cidadãos viver em lugares diferentes (dois, por exemplo) que, por sua vez, não se inserem em simultâneo, sob a alçada de um só soberano; neste contexto, impõe refletir sobre que exigências deve um soberano impor aos demais, ao mesmo tempo que evidencia a pergunta sobre que tipo de exigências devem tais soberanos interpor no ciberespaço. Neste contexto, os conflitos, mais do que latentes, tornar-se-ão evidentes num curto período, porém, mais relevante que essa evidência é buscar possibilidades de resolução.

Uma das eventuais possibilidades pode ser a *Regra da Lei Una*³³⁰. Como o próprio nome indica, o que está em causa é a ocorrência de apenas uma lei num mundo onde não há nenhuma. O seu contexto é o de um universo onde o soberano, ou no mundo ideal, da utopia, os soberanos reivindicam o domínio do mundo através da aplicação da sua lei em todo e qualquer lugar.

Em oposição a esta, emerge a *Regra de Muitas Leis*³³¹, viabilizada grandemente pela tecnologia e que suscita, desde logo, a ponderação sobre o equilíbrio eventual que uma multiplicidade de jurisdições traria ao regime.

É comum que as nações, *per si*, imponham, em termos nacionais, limites à liberdade de expressão na Internet, sobretudo devido a motivações que se prendem

³²⁸ POST, David – «Anarchy, State and the Internet: An Essay on Law-Making in Cyberspace» [em linha]. *Journal of Online Law*. Artigo 3 (1995): par. 36

³²⁹ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 301

³³⁰ *Idem*, p. 305

³³¹ *Ibidem*

com interesses nacionais, coartando certos conteúdos passíveis de, na sua visão, atentarem contra o “bem-estar nacional ou à virtude cívica”³³². Por conseguinte, e tendo em mente a quadratura das TIC e considerando, por um lado, o desgaste de alguns bens tidos por comuns, e, por outro, a ocorrência de problemas que se manifestam nesta esfera, é de sublinhar que urge conferir o estatuto de bem público à cibersegurança, com o pressuposto inerente da “intervenção direta do Estado”³³³. Deste modo, seria mais viável que o sistema, dentro dos padrões da procura e da regulação, providenciasse quer maior abertura, quer maior segurança num ambiente sujeito a maior controlo.

Em toda esta teia de ligações a questão da soberania e, concomitantemente, do poder, são transversais e fulcrais. Por vezes, associada apenas a uma vertente de análise, a do mecanismo da prática do poder, é no seu sentido mais lato, a do exercício da soberania e da lei e onde, porventura, maiores dissonâncias se encontraram. Então, saber de que lei se fala ou que lei aplicar parece tão simples como se revela complexo e quase inconclusivo. Efetivamente, todo “o sistema jurídico internacional”³³⁴ assenta na aceitação recíproca das fronteiras que fisicamente separam os países, que, neste contexto, assumem mor relevância. Porém, no domínio da rede, inter e intrarede, a verdade é que, tais fronteiras, perdem a sua projeção em virtude da informação que circula de um modo que as subalterniza e, atender aos seus contornos, nas suas ações levadas a cabo na esfera da rede é, se não impossível, pelo menos extremamente difícil³³⁵.

Este tipo de conflitualidade tem registado um crescendo significativo e, salvo melhor opinião, isso é facilmente explicável. De facto, aumentou o número

³³² *Idem*, p. 306

³³³ SANTOS, José Lino Alves dos – *Contributos para uma melhor governação da cibersegurança em Portugal*: pp. 114 e 115

³³⁴ POST, David – «Governing Cyberspace: Law». *Santa Clara High Technology Law Journal* [em linha]. ISSN 0882-3383. Vol. 24, nº4, Artigo 5 (2008): p. 885

³³⁵ No plano em que os conflitos legais se tratam, há, para além do ambiente dúbio, propício ao litígio, todo um leque de figuras, com ele relacionadas, que vão desde o estudioso àquele que faz vida do tratamento dos conflitos, o advogado, partilhando uma terminologia fechada ao comum dos mortais. E neste contexto, qual exemplo de mimetismo, surge o caso Yahoo! que se tornou paradigmático ao levantar questões relacionadas com o tema que temos vindo a desenvolver, apresentadas de forma clara naquilo que ficou conhecido, no meio, como o *Problema Yahoo!*. Cfr. POST, David – «Governing Cyberspace: Law»: p. 886.

de julgamentos que procuram resolver pleitos que surgem a propósito da necessidade de regulação de um dado território e acontecem em sede de diferentes comunidades legislativas e, não sendo novos no espaço real, é na inter-rede que se constituem como uma constante. As trocas entre fronteiras também se dilataram quer no espaço real, devido ao incremento dos transportes, quer no ciberespaço, por conta da tecnologia que as provocou e as consolidou e que, em conjunto, “diminuíram” o mundo³³⁶.

Na rede, as comunicações e as transações, ganham contornos diversos em virtude da rapidez imprimida aos movimentos através de aplicativos que as tornam instantâneas e simultâneas. Estas particularidades e especificidades próprias do ciberespaço, não implicam, contudo, uma desresponsabilização dos governos em termos de minimizar ou suprir efeitos danosos sentidos localmente e a partir de uma origem estrangeira cujo veículo tenha sido uma comunicação que utilizou aquele recurso. Efetivamente, é devida aos cidadãos a proteção contra qualquer tipo de danos, independentemente da sua proveniência ou da sua fonte, o que inclui o acontecer ou não na esfera do ciberespaço³³⁷.

As tentativas para monitorizar a movimentação da “informação eletrônica”³³⁸ que se processa por via das fronteiras convencionais, com o intuito de lhe impor a lei local e de a rastrear para perceber a sua delimitação física no ciberespaço, não podem ter a ambição de ser mais do que isso, tentativas. E isto é tanto mais aplicável a países que planeiam ter um papel no comércio global, porquanto há uma grande desproporcionalidade de recursos no que toca aos governos, por oposição ao número de comunicações que encontram no ciberespaço, o espaço de excelência para a sua concretização, o que conduz a que quaisquer indivíduos possam, de modo fácil e indetetável, entrar e circular num qualquer espaço soberano.

Assim, é relativamente simples perceber por que os mecanismos de proteção estão, quase à partida condenados ao fracasso. O primeiro ponto a atender

³³⁶ POST, David – «Governing Cyberspace: Law».: p. 887

³³⁷ *Idem*, pp. 887, 888 e 890

³³⁸ JOHNSON, David R. e POST, David G. – «Law and Borders: the Rise of Law in Cyberspace: p. 1372

é o facto de qualquer utilizador que pretenda adquirir “comunicações proibidas”³³⁹ ter ao seu dispor formas de fazer corresponder a sua ligação ao espaço que lhe for mais conveniente, iludindo, assim, a vigilância que possa estar presente. Deste aspeto, infere-se a fragilidade de qualquer esforço para impor regulamentação, até porque o exercício do poder sobre as atividades na rede, com base na sua “pertença” a um determinado espaço físico, cai rapidamente por terra perante a vontade mas, ao mesmo tempo, bastante indefinição, de cada soberano poder agir não apenas sobre o seu espaço, mas também no de outros soberanos com o argumento de algumas entidades dos “seus locais” aí operarem.

Efetivamente, qualquer esforço para coartar a liberdade de movimentos das comunicações no ciberespaço será, invariavelmente, malsucedido. Da mesma forma, aos governos está vedado o direito de gerir a rede, se esse direito se fundamentar na eventualidade da ocorrência de danos que, malgrado a dimensão extrafronteiriça das operações, se verifiquem localmente. Dada a abrangência da circulação na rede, é difícil aceitar que as estruturas legais de um país reivindiquem a faculdade de a regular em toda a sua extensão, embora se perceba que essa é uma pretensão que se perpetuará, sobretudo com a alegação de que quem processa as comunicações eletrónicas são habitantes de um mundo físico, sujeitos a leis, nomeadamente aquelas que foram criadas com o fim expresso de resolver os imbróglios que se manifestam no mundo material, mas que tiveram, na sua origem, a utilização da internet.

Nesta perspetiva, ficou evidente que o ciberespaço é diferente de qualquer meio de difusão existente até porque permite, como nenhum outro, que os seus utilizadores se escudem atrás de identidades fabricadas. Embora espelhe alguns contornos inerentes à geografia (e assim se explica a “localização” fixa, na internet de *sites* e de *chats*), não é, porém, de desvalorizar que, na sua essência, é flexível (uma vez que permite que os utilizadores acedam a conteúdos de índole diversa, usando a sua identidade). Logo, é exequível que o ciberespaço possa erigir barreiras que sirvam a finalidade de confirmar identidades, de modo a fazer-se

³³⁹ *Idem*, p. 1374

simétrico ao mundo físico e, por extensão, mais passível de conformidade legal com aquele domínio³⁴⁰.

Ora, afirmar que são estas as características do ciberespaço, não é equivalente a dizer que estas são as que devia ter, o que se concretiza na mudança que se verifica neste domínio. O que de mais distinto se observa é, porventura, a transição de um lugar sem fronteiras definidas – que foi – para um patamar de divisão bem definido – em que se está a tornar – em que não se nota a presença de um poder, bem definido ou não. E, a acompanhar este processo evolutivo, e também em sentido ascendente, vai o software que favorece, sem paralelo com qualquer outra tecnologia do espaço físico, a discriminação, quer no acesso quer na distribuição³⁴¹

³⁴⁰ Neste prisma, cfr. LESSIG, Lawrence – «Reading the Constitution in Cyberspace»: p. 20 e LEMLEY, Mark A. – «Place and Cyberspace»: p. 532

³⁴¹ LESSIG, Lawrence – «Reading the Constitution in Cyberspace»: p. 21

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo sofre atualmente uma mudança frenética dado o ritmo avassalador a que a vida, como a maioria de nós a concebe, se altera, e em vários domínios. Tal alteração só pode ser apreciada se nos colocarmos em posição tal que nos possibilite olhar para o que foi, sem perder de vista o que é.

Neste contexto, também o quadro legal, não ficou imune, antes foi profundamente alterado pelo novo paradigma no qual esteve intrínseco a mudança de pensamento e a concomitante mutação da prática legal. As gerações que nos antecederam e o seu *modus vivendi* dizem-nos que a alteração acontece de modo cíclico o que pressupõe que não haja, à partida, questões naturalmente “arrumadas”. Quadro jurídico incluído. E isto quer dizer, naturalmente, que também as questões jurídicas e, por extensão, os princípios de natureza legal, serão alvo de debate mais ou menos frequente, assim se justifique fazê-lo.

O ciberespaço manifesta-se desde o primeiro momento como potenciador de crescimento social, económico ou cultural, entre outros, na medida em que o seu advento moldou de forma ímpar a sociedade para a qual se tornou uma ferramenta singular em termos de busca de informação, recurso educativo ou expediente promotor de cidadania. De facto, para aqueles que o teorizaram numa primeira instância, aquele seria um espaço de libertação, sem barreiras ou limites, desprovido de correntes, em que a humanidade, numa visão a um ponto anárquica, alcançaria, por excelência, a emancipação face ao espectro legal do Estado. Era, pois, a idealização utópica do ciberespaço, enquanto meio de independência totalmente novo e ímpar.

Não obstante, a velocidade voraz e galopante por que se pauta a evolução do ciberespaço cedo fez perceber que tais ânsias não consubstanciavam a realidade que este novo meio propugnava. De facto, se é verdade que a mudança é uma constante no mundo, tal não implica necessariamente, e em absoluto, a mudança total ou ausência de mudança. Nesse prisma, há um âmbito de cambiantes que podem surgir entre os dois polos que há, de todo, que considerar. O mesmo é aplicável ao ciberespaço. Entre os que afirmam a similitude entre as atividades no

ciberespaço e as do mundo convencionalmente regulado e os que as veem como diametralmente opostas, há quem aceite que não se pode ver o assunto como, passe a expressão, “preto ou branco”.

Ante tal, e numa visão inteiramente contraposta aos que idealizavam a anarquia no ciberespaço, surgem aqueles que, de um ponto de vista (a nosso entender) ultrarrealista, visionam aquele espaço como uma mera rede de que o mundo físico dispõe. No entanto, e fruto do mesmo progresso que fez com que quaisquer ideais utópicos caíssem, consideramos que esta perspectiva não consegue responder, hodiernamente, a todas as questões que nos são colocadas pelo ciberespaço.

Nessa via, defendemos, então, uma nova nomenclatura e uma nova teorização do ciberespaço, enquanto heterotopia jurídica, assente nas visões de MICHEL FOUCAULT do espaço outro, que surge, enfim, entre o mundo físico que habitamos e a utopia, que antes se ideava como fim do ciberespaço.

Ora, numa primeira instância, aceitando e defendendo uma tal conceção, acarreta novas visões para uma sociedade e para o indivíduo que, paulatinamente, se virtualizam; paralelamente, surgem questões, perante a “eterna novidade”³⁴², mormente sobre a forma como tem sido (e como deve ser) regulado e sobre quem o regula.

É erróneo dizer que não há possibilidade de regular o ciberespaço; essa forma de encarar como eventual e, aparentemente distante, tal possibilidade, deve-se, sobretudo à sua arquitetura que, originalmente, dificultou imenso a sua regulação. Porém, essa arquitetura original é passível de transformação, tal como praticamente tudo, como já afirmamos. Assim, se essa mudança se operar na direção certa, tudo aponta para que o ciberespaço se revele o espaço mais regulável de todos os reguláveis³⁴³. Se, algures, a essência do ciberespaço foi o principal obstáculo à sua regulação, neste momento, porque não há motivo para que assim

³⁴² LESSIG, Lawrence – «The Path of Cyberlaw»: p. 1743

³⁴³ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: pp. 32 e 38

permaneça, e afigurando-se como um espaço com aspetos políticos, que assumem uma dimensão heterotópica, estão criadas as condições para a sua alteração³⁴⁴.

Subsídio importante para esta discussão é o prisma de observação que se adota e que, desde logo, permite uma análise desapassionada do tema. Como ponto de partida, aceitemos como verdade inquestionável a dimensão universal do ciberespaço, quer nos reportemos a transações comerciais ou a contactos sociais. Ambos se pautam pela facilidade, pelo instantâneo e, em termos de custos, no caso das primeiras, pelo acessível. Este volume de comunicações não é, de modo algum, suportável pelos meios convencionais, quaisquer que sejam aqueles em que pensemos. E esta abordagem coloca, de imediato, em causa a teoria dos não excecionistas, que consideraram que a comunicação no ciberespaço tem um funcionamento parecido ao desenvolvido no espaço real.

Assim, e de acordo com DAVID POST, se o que está em causa são pessoas reais que, numa determinada jurisdição territorial transacionam com outras, noutro contexto jurisdicional territorial distinto, as transações do ciberespaço e do espaço real entendem-se como semelhantes³⁴⁵. Todavia, se nos confrontamos com mais elementos (e apontamos apenas alguns), sejam, por exemplo, *bits* ou software, seja comunicação imediata com um número incalculável de pessoas através da rede global, as transações do ciberespaço e do espaço real não se podem entender como idênticas³⁴⁶.

Porém, o mesmo se pode afirmar, em sentido oposto, relativamente a essas comunicações “e outras operações realizadas no espaço real e no ciberespaço”³⁴⁷, isto é, elas são distintas de muitas outras formas. A prová-lo está o que se passa nas transações que se concretizam no ciberespaço: para além do movimento físico, o que as concretiza, efetivamente é a circulação de *bits*, em vez de átomos; por outro lado, a sua codificação é digital e efetuada através de software, o que leva a

³⁴⁴ Estas mudanças podem ser entendidas como uma espécie de corredor que liga dois pontos (da internet): o espaço indecifrável que era, transposto para o espaço perfeitamente regulável que poderá ser e que agora apenas se presente.

³⁴⁵ O que de humano existe nas trocas e relações entre seres humanos, independentemente na dimensão onde se verificam, é um exemplo dessa proximidade

³⁴⁶ POST, David – «Against “Against Cyberanarchy”»: pp. 1372 a 1374

³⁴⁷ *Idem*, p. 1373

que se processem de forma velocíssima; de acrescentar que, naturalmente, não são afetadas pela presença física dos participantes nelas intervenientes.

Cumpre aqui fazer uma espécie de ponto de situação e aproveitar o ensejo para reforçar o que ora está no cerne desta discussão: como se regula o ciberespaço, enquanto heterotopia jurídica.

Na senda do que foi dito, há uma divergência de opiniões quanto à forma como deve ser tratado o ciberespaço e as questões que lhe estão inerentes. Assim, existe quem veja o ciberespaço como distinto o bastante para merecer um tratamento diferenciado, isto é, dado as suas peculiaridades considera-se inverosímil aceitar que se possa escolher determinar que jurisdição legal lhe preside, ou os mecanismos da lei a aplicar-lhe, pelo que se invoca como premente “um novo paradigma de regulação para o ciberespaço”³⁴⁸.

Defensores desta perspetiva são JOHNSON e POST, que postulam a “regulação do ciberespaço pelos cibernautas através de mecanismos de autorregulação”³⁴⁹, e LESSIG que, por seu turno, argumenta que tal regulação deve ser feita através do “código” e pela arquitetura do ciberespaço.

Efetivamente, a defesa de um modelo de autorregulação assenta a sua filosofia numa práxis jurídica que conceda a “alforria” legal ao ciberespaço, ele próprio o detentor da sua governação, o que, naturalmente implica que o que se passa no ciberespaço seja resolvido com recurso à lei do ciberespaço³⁵⁰.

De facto, e para aqueles que advogam esta visão, uma ideia importante é a de que os obstáculos legais conjugados com dificuldades técnicas, advindas das características do ciberespaço, tornam impossível que os Estados o possam regular. Destarte, o ciberespaço tem que ser sujeito a regras jurídicas inequívocas, mas, dada a sua “fisionomia”, há que afastar essa regulação de qualquer ligação à noção de território, fator que, em última instância, impossibilitará os Estados de afirmarem a sua soberania sobre o ciberespaço³⁵¹.

³⁴⁸ *Apud* SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 96

³⁴⁹ *Ibidem*

³⁵⁰ STEIN, Allan R. – «The Unexceptional Problem of Jurisdiction in Cyberspace»: p. 1171

³⁵¹ Nesse sentido, JOHNSON e POST (1996) *cit.* SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 99

Para os “cesuristas” o ciberespaço representa uma tecnologia libertadora, assumindo, pois, que é dos cibernautas a sua pertença e, por conseguinte, é do seu interesse assegurar que o seu território eletrônico esteja devidamente protegido e seguro³⁵². As ideias dos cesuristas, assentes na inviabilidade de um qualquer governo regular este espaço partilhado, enquadram-se num movimento de exaltação do ciberespaço e não contemplaram as profundas transformações sociais causadas pelo incremento das redes sociais, ou sequer o poderio crescente das empresas do ramo. Isso, porém, não invalida que se aceite que essa resposta não impede que o que de mais vantajoso há nas redes seja o mesmo princípio que põe em risco os seus fundamentos, uma vez que a autorregulação, ao contrário da visão cândida dos utopistas do ciberespaço, não consegue, por si só, criar mecanismos que obstaculizem as ameaças que comprometem a vida de quantos confiam e usam as virtualidades da rede³⁵³.

Por tal, as teses defendidas pelos que advogavam a autorregulação foram tidas, paulatinamente, como obsoletas (em que existe conformidade entre a regulação e o modo como são resolvidos os conflitos existentes no espaço real) e desacreditadas³⁵⁴; simultaneamente, por força de tantos danos (vírus, roubo de identidade, pirataria, para referir alguns) que entraram no espaço privado de cada um através da janela do computador, os que defendiam a regulação cederam nas suas posições.

Com efeito, a nossa relação com o ciberespaço é, gradualmente, de maior dependência e, por conseguinte, de maior proximidade e, quer seja por isso, quer seja apesar disso, dificilmente alguém deixaria de subscrever e apoiar algum dispositivo de que um governo dispusesse para eliminar tudo o que de negativo lhe está, atualmente, imanente³⁵⁵. Destarte, surge, *in fine*, a tese que postula a

³⁵² JOHNSON e POST (1996) *cit.* SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: p. 100

³⁵³ MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*: localização 2005-2007

³⁵⁴ Neste sentido, GOLDSMITH (1999) *cit.* POST, David – «Against “Against Cyberanarchy”»: p. 1368

³⁵⁵ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: p. 27

Este autor afirma que a regulação das redes será o resultado mais evidente dos créditos dessa mesma rede, podendo ser bastante positiva, se devidamente conduzida. E com isto, o que se pretende que fique claro é que tem que ser assegurada a manutenção da liberdade, seja da rede, seja pela rede. No entanto, é o mesmo autor que julga que o tempo para que tal aconteça ainda não chegou porque, se por um lado, existe uma

regulação estatal no ciberespaço, enquanto solução que extravasa e complementa o nível nacional³⁵⁶.

Se o que se afigura complexo para os governos é regular o comportamento do ciberespaço, dada a sua conceção, e se não é difícil atuar na sua conceção, propriamente dita, então o que cumpre fazer é a montante da manifestação do comportamento, isto é, agir no sentido de provocar alterações no projeto inaugural, de modo a viabilizar um comportamento mais regulável.

A entrada do ciberespaço nesta equação, já de si intrincada, não traz efeitos “calmantes”; pelo contrário, para além de agudizar antagonismos já presentes, é portadora de novas incógnitas relativas à coexistência dos indivíduos num só espaço e em jurisdições diferentes. Dada a sua natureza complexa, este assunto levou a posições extremadas por parte dos estudiosos. Assim, DAVID POST e DAVID JOHNSON assentaram a sua teoria na defesa da variedade de jurisdições, por contraponto ao comportamento regulado. Deste modo, afirmam que, perante a panóplia de jurisdições que regulam o(s) comportamento(s) que, verificando-se no ciberespaço têm incidência nos mais variados domínios, o que está implicado é que, muito do(s) comportamento(s) não será, supostamente, sujeito a regulação. Segundo defendem, esta será a única forma de preservar o ciberespaço aceitando-o como “outro lugar”³⁵⁷.

Ora, na senda do propugnado por LESSIG, consideramos que estes dois movimentos (leia-se, o da autorregulação e o da regulação estatal) se fundam numa espécie de meia verdade, porquanto se se aceita que há novidade neste contexto atual, há que a confirmar como novidade de grau, não de tipologia. Se aceitamos que sempre existiram conflitos deste tipo, na senda do que GOLDSMITH e WU afirmam, o nível em que se verificam é distinto daquele em que antes ocorriam. Até agora, não se registava notícia de que as pessoas vivessem – ou pudessem viver – simultaneamente, em dois lugares, sem que um princípio soberano os

notória descrença nos governos, também verificada neste domínio, por outro, salienta-se que os próprios governos desconhecem, ainda, como regular na era digital.

³⁵⁶ Neste âmbito, cfr. SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas»: pp. 96 e 97

³⁵⁷ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*: pp. 300 e 301

regesse. E o futuro tem que assistir à resolução desse novo estado. Cumpre, por conseguinte, reformular as normas, conformando-as à nova realidade, seja no que concerne aos indivíduos, seja aos estados³⁵⁸.

Neste sentido, se é relativamente fácil que os indivíduos sujeitem a sua conduta aos limites das regras impostas do ambiente em que vivem, já o mesmo se não pode dizer duma realidade em que o individuo poderia ser “equivalente” a uma (organização) “multinacional”. E, para ultrapassar este diferendo, a resposta não passa por entender que tudo é ou igual ou tudo é diferente. Ultrapassa, de facto, essa dualidade e sendo bem mais complexa, exige, entre outros, tempo e trabalho para operar a mudança.

Com vista a essa mudança, várias questões se colocam; uma das que surge com maior acuidade é como proceder na circunstância de um vasto número de cidadãos viver em lugares diferentes que, por sua vez, não se inserem em simultâneo, sob a alçada de um só soberano; neste contexto, impõe refletir sobre que exigências deve um soberano impor aos demais, ao mesmo tempo que evidencia a pergunta sobre que tipo de exigências devem tais soberanos interpor no ciberespaço³⁵⁹. Neste contexto, os conflitos, mais do que latentes, tornar-se-ão evidentes num curto período; porém, mais relevante que essa evidência, é buscar possibilidades de resolução.

Não obstante, e sem embargo do afastamento manifestado por parte dos governos (nos primórdios do ciberespaço) se ter vindo a alterar³⁶⁰, àqueles está vedado o direito de gerir a rede, se esse direito se fundamentar na eventualidade da ocorrência de danos que, malgrado a proporção extrafronteiriça das operações, se verifiquem localmente. Dada a abrangência da circulação na rede, é difícil assentir que as estruturas legais de um país reclamem a faculdade de a regular em toda a sua extensão, embora se perceba que essa é uma pretensão que se perpetuará, sobretudo com a alegação de que quem processa as comunicações eletrónicas são habitantes de um mundo físico, sujeitos a leis, mormente aquelas que foram criadas

³⁵⁸ *Ibidem*

³⁵⁹ *Idem*, p. 302. Também neste sentido, EPSTEIN, Richard A. – «Cybertrespass»: p. 88

³⁶⁰ LESSIG, Lawrence – *Code: Version 2.0*: p. 62

com o fim expresso de resolver os imbróglios que se manifestam no mundo material, mas que tiveram, na sua origem, a utilização da internet.

Não é de estranhar, por isso, que nos vejamos no patamar de um tempo em que o poder que rege(rá) será subordinado a uma estrutura cujos contornos são sensivelmente diferentes daquela que hoje domina, e que, tudo assim o indica, será destronada a breve trecho³⁶¹.

Esta forma de ver as coisas pressupõe uma governação distinta do usual, assente numa forte competição entre governos e demais atores que detêm alguma responsabilidade na emissão de regras. Para além de mostrar como se processa o ato governativo no ciberespaço, revela também, os objetivos e os limites ao poder que o cidadão pode aí ter³⁶². Aqui circulam voluntários que se orientam segundo normas selecionadas e não impostas. E porque assim acontece, os governos acabam por ter nos cidadãos (e, bem assim, nas comunidades virtuais), competidores e aliados.

Estas circunstâncias levantam uma série de questões que vão desde como conciliar as vontades de poder que, estando presentes na prática soberana, colidem entre si, de que forma poderá o ciberespaço satisfazer desejos tão diversos e que regras aplicar, ou ainda, verificar até que ponto vai a margem de liberdade concedida pelas soberanias mais impositivas. A tudo isto se acresce, previsivelmente, a expectativa de observar como se articulará o binómio anarquia *versus* regulação e a incógnita de perceber como é que as soberanias do espaço real gerirão o conflito³⁶³ entre estas duas realidades³⁶⁴.

A resposta para a primeira interrogação impõe, desde logo, outra dúvida que é saber se a esse espaço deve presidir uma regulação baseada nos moldes da que rege qualquer outro espaço, virtual ou não, ou se é necessário que tudo se estruture

³⁶¹ *Idem*, p. 79

³⁶² *Idem*, p. 289

³⁶³ *Idem*, pp. 298 e 299

³⁶⁴ Assim, será sempre tarefa dos tribunais acautelar que se estabeleça, com a precisão possível, o que distingue a internet e o mundo físico de modo a estimar fidedignamente a necessidade de criar uma diretriz legal diferente, que, ao invés de se afastar da ideia de ciberespaço enquanto heterotopia, antes a consigne como reveladora de que a internet diverge do espaço físico, e de que perceber a extensão dessa diferença é crucial para a sua análise e manutenção. Neste sentido, cfr. LEMLEY, Mark A. – «Place and Cyberspace»: p. 526

de modo diferente (leia-se, “novo”); BRUCE ACKERMAN³⁶⁵ ainda acrescenta outro ponto a este, afirmando que há que pensar sobre a posição que assumimos perante e nesse novo domínio, ou seja, como utilizadores/observadores ou como utilizadores/ participantes que, não se cingindo a ideias já feitas e, bem ou mal, testadas (como seria o exemplo do primeiro binómio), se desafiam a apresentar novas ideias e teorias capazes de se firmar neste novo mundo, (re)estruturando-o.

Atendendo à forma como deve ser feita a regulação, não parece válida outra perspetiva que não a que se apoia na regulação por analogia com o mundo real. E tal acontece porquanto só definimos o que é ciberespaço na estreita conformidade com o espaço que conhecemos, isto é, por analogia. Não o conhecemos porque o habitamos. Não o conhecemos porque a sua definição é facilmente perceptível e “visualizável”. Como qualquer outra realidade, torna-se compreensível quando o envolvemos na nossa linguagem e a linguagem se deixa preencher por ele, quando nos apoderamos dele e o tornamos nosso, enfim, quando nos familiarizamos com ele e permitimos que ele também nos molde mais um pouco. Em resultado disso, falamos já com desenvoltura de correspondência eletrónica, de *posts* ou de *tweets* ou ainda da vida que se vive, em tempo real nos *chats* na internet.

A tecnologia e o tempo não se compadecem e obrigam cada indivíduo a dominar esse espaço, preferencialmente com o léxico e o modo de ser que lhe são próprios e familiares, uma vez que só assim, com base numa relação análoga, se poderá considerar que tal espaço foi, efetivamente, “ocupado”³⁶⁶. O binómio suprarreferido sugere algo importante sobre como devemos esperar que a regulação do ciberespaço continue. Pois, se o novo neste novo espaço é criado à medida que usamos o velho, se não começamos com um mundo para regular, mas devemos construí-lo, então o que o sistema de regulação do ciberespaço precisará é de, e a um tempo, conseguir acompanhar qualquer processo de regulação, deixar a experiência acompanhar a tecnologia, dar à linguagem comum uma ansa de evoluir e estimular novas linguagens a partir da transmissão do antigo.

³⁶⁵ *Apud* LESSIG, Lawrence – «The Path of Cyberlaw»: p. 1743

³⁶⁶ *Idem*, p. 1744

O debate sobre o governo do ciberespaço, como já se percebeu, está longe de se esgotar e tem provocado argumentação interessante, mas inconclusiva. Nesta linha, entende-se que a interceção de espaços (ciberespaço e “mundo real”) por parte dos cidadãos acarreta, para além de desencadear discussão, o assumir de uma responsabilidade inerente a um espaço democrático físico, extensiva, também, sob esta circunstância, ao ciberespaço. Ora, em abono da razão, o que isto implica é que, ao ciberespaço, se prosseguir no intento de se autogovernar, assiste a obrigação de continuar a perseguir a intenção de se tornar um espaço que garanta o poder dos cidadãos³⁶⁷.

Em contraponto a esta visão, está a afirmação de que não se trata de regular a atividade do e no ciberespaço por várias instâncias; a montante está a questão fulcral de perceber que a regulação deste domínio tem que implicar o ajustamento da “soberania territorial”³⁶⁸.

Uma resposta alternativa a esta disposição será a de criação de estruturas reguladoras do ciberespaço e que, de vez, desfaçam a ideia do ciberespaço como espaço sem lei, ligando-a, por via da analogia, com jurisdições físicas; neste sentido, a responsabilidade da sua administração, assente em consensos entre os Estados e as comunidades virtuais, e exercida individual ou coletivamente, passaria a englobar a possibilidade de erradicar da sua esfera os prevaricadores online. Visto deste prisma, afigura-se como eficaz, e quiçá mais prudente que, no tratamento das questões legais emergentes do uso da internet, e que afetam, de algum modo, a vivência da soberania, se aceite a prevalência de um corpo de estruturas combinadas de autorregulação do ciberespaço e regulação estatal aqui tidas como mais apropriadas, e que então intitulamos de *LEX VIRTUS*.

³⁶⁷ LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0.*: p. 290

³⁶⁸ STEIN, Allan R. – «The Unexceptional Problem of Jurisdiction in Cyberspace»: p. 1170

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTMAN, Benjamin – *Cybernetic Social Space: A Theoretical Comparison of Mediated Spaces in Digital Culture*. Blekinge Institute of Technology – School of Computing: [s.n.], 2014. Monografia de bacharelato. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:833502/FULLTEXT01.pdf> [maio de 2018]

BĂDULESCU, Dana – *Heterotopia, Liminality, Cyberspace as Marks of Contemporary Spatiality* [em linha]. 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/843f/0f714f78c35979e3886ec5d1c6039d5c03d3.pdf> [março de 2018]

BARLOW, John Perry – *A declaration of the Independence of Cyberspace* (1996). Disponível em: <https://www.eff.org/cyberspace-independence> [dezembro de 2017]

BENKLER, Yochai – *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom* [em linha]. New Haven (CT): Yale University Press, 2006. ISBN 978-0-300-11056-2. Disponível em: http://www.benkler.org/Benkler_Wealth_Of_Networks.pdf [dezembro de 2017]

BOOS, Tobias – «Geographies of Cyberspace: Internet, Community, Space, and Place» [em linha]. In *Inhabiting Cyberspace and Emerging Cyberplaces: The Case of Siena, Italy*. 1ª Ed. [s.l.]: Palgrave Macmillan, 2017. ISBN 978-3-319-58454-6. Pp. 13 a 38. Disponível em: https://www.springer.com/cda/content/document/cda_downloadaddocument/9783319584539-c2.pdf?SGWID=0-0-45-1625321-p180850642. [maio de 2018]

BOSTROM, Nick – «Technological Revolution: Ethics and Policy in the Dark» [em linha]. In CAMERON, Nigel M. de S. e MITCHELL, M. Ellen (eds.) – *Nanoscale: Issues and Perspectives for the Nano Century*. 1ª Ed. [s.l.]: John Wiley & Sons, Inc., 2007. ISBN 780470165874. Pp. 129 a 152. Disponível em: <https://nickbostrom.com/revolutions.pdf> [janeiro de 2018]

BOYD, danah - «None of This is Real». In KARAGANIS, Joe (ed.) – *Structures of Participation in Digital Culture* [em linha]. Nova Iorque: Social Science Research Council, 2007. ISBN 978-0-9790772-2-7. Pp. 132 a 157. Disponível em:

https://s3.amazonaws.com/ssrc-cdn1/crmuploads/new_publication_3/%7B6A130B0A-234A-DE11-AFAC-001CC477EC70%7D.pdf [abril de 2018]

BOYD, danah – «Undoing the Neutrality of Big Data». *Florida Law Review Forum* [em linha]. ISSN 1045-4241. Vol. 67 (2016): pp. 226 a 232. Disponível em:

http://www.floridalawreview.com/wp-content/uploads/Boyd_Response_Published.pdf [fevereiro de 2018]

BOYD, danah – *What World Are We Building?* [em linha] Disponível em: <http://www.danah.org/papers/talks/2015/ParkerLecture.html> [abril de 2018]

BOYD, danah [et al] – «Pro-Self-Harm and the Visibility of Youth-Generated Problematic Content» [em linha] . *I/S: A Journal of Law and Policy for the Information Society*. ISSN 2372-2959. Vol. 7, nº 1 (2011). Disponível em: https://kb.osu.edu/bitstream/handle/1811/72981/ISJLP_V7N1_001.pdf?sequence=1 [maio de 2018]

BOYD, danah [et al] – *Privacy in Digital Environments: Empowering Users* [em linha]. Disponível em: <https://www.danah.org/papers/CSCW2002WorkshopApplication.pdf> [novembro de 2018]

BOYD, danah [et al] – *Representations of Digital Activity* [em linha]. Disponível em: <https://www.danah.org/papers/CSCW2004Workshop.pdf> [novembro de 2018]

BOYD, danah e POTTER, Jeffrey – *Social Network Fragments: An interactive Tool for Exploring Digital Social Connections* [em linha]. Disponível em: <https://www.danah.org/papers/SIGGRAPH2003Sketch.pdf> [novembro de 2017]

BOYLE, James – «Foucault in Cyberspace: Surveillance, Sovereignty, and Hardwired Censors». *University of Cincinnati Law Review* [em linha]. ISSN 0009-881. Vol. 66 (1997): pp. 177 a 205. Disponível em: https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1552&context=faculty_scholarship [junho de 2018]

BRADLEY, Caroline e FROOMKIN, A. Michael – «Virtual Worlds, Real Rules». *New York Law School Law Review* [em linha]. ISSN 0028-7881. Vol. 49 (2004). *University of Miami Legal Studies Research* [em linha] Artigo 2008-22: pp. 103 a 146. Disponível em:

<https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=932001119069124120019123031091117113046076048031004017071000079123027030102103011030124002121124043057052126124021101100007092106061094046072002095103122087070108001062048008007117111027013104117093003086104085119028070022126108083089116003006065106&EXT=pdf> [janeiro de 2018]

BRAIDOTTI, Rosi – *The Posthuman* [em linha]. 1ª Ed. Cambridge: Polity, 2013. ISBN 978-0-7456-4157-7. Disponível em:

<https://ontic-philosophy.com/attachment.php?aid=113> [abril de 2018]

BRANDES, Sean - «The Newest Warfighting Domain: Cyberspace». *Synesis: A Journal of Science, Technology, Ethics and Policy* [em linha]. 2013: pp. 90 a 95. Disponível em: http://www.synesisjournal.com/vol4_g/Brandes_2013_G90-95.pdf [janeiro de 2018]

BURT, Ronald S. – *Social Origins of Good Ideas* [em linha]. Outubro de 2002. Disponível em: http://www.analytictech.com/mb709/readings/burt_SOGL.pdf [dezembro de 2017]

CAMP, Jean e CHIEN, Y. T. – «The internet as public space: concepts, issues, and implications in public policy». *ACM SIGCAS Computers and Society* [em linha]. Vol. 30, nº3 (2000): pp. 13 a 19. Disponível em: https://sites.hks.harvard.edu/m-rcbg/research/j.camp_acm.computer_internet.as.public.space.pdf [abril de 2018]

CASAMIQUELA, Ryan J. – «Contractual Assent and Enforceability: Cyberspace». *Berkeley Technology Law Journal* [em linha]. ISSN 1086-3818. Vol. 17, nº 1, Artigo 28 (janeiro de 2002): pp. 475 a 495. Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.pt/&httpsredir=1&article=1363&context=btlj> [junho de 2018]

CASTELLS, Manuel – *The Rise of the Network Society* [em linha]. 2ª Ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010. ISBN 978-1-4051-9686-4. Disponível em: https://deterritorialinvestigations.files.wordpress.com/2015/03/manuel_castells_the_rise_of_the_network_societybookfi-org.pdf [março de 2018]

CEDERBERG, Aapo – «Future Challenges in Cyberspace». *GCSP Policy Paper* [em linha]. Artigo 2015/4 (2015): [n.p]. Disponível em:

<https://www.gcsp.ch/News-Knowledge/Publications/Future-Challenges-in-Cyberspace> [abril de 2018]

COHEN, Julie E. – «Cyberspace As/And Space». *Georgetown Law Faculty Publications and Other Works*. 807 [em linha]. Colum. L. Rev. (2007): pp. 210 a 256. Disponível em:

<https://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1822&context=facpub> [março de 2017]

COHEN, Julie E. – «Pervasively Distributed Copyright Enforcement». *Georgetown University Law Center* [em linha]. ISSN 0016-8092. Vol. 95, nº 892623 (2006): pp. 1 a 48. Disponível em:

<https://scholarship.law.georgetown.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1821&context=facpub> [maio de 2018]

DESBOIS, Henri – «Le Cyberspace: retour sur un imaginaire géographique». *Carnets de Géographes* [em linha]. ISSN 2107-7266. Nº2 (2011): [n.p.]. Disponível em:

http://www.carnetsdegeographes.org/PDF/Rech_02_02_Desbois_henri.pdf [julho de 2018]

DESBOIS, Henri – «Présence du futur. Le cyberspace et les imaginaires urbains de science-fiction» [em linha]. *Géographie et cultures* [em linha]. ISSN 1165-0354. Nº61 (2007): pp. 123 a 140. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/gc/2684#article-2684> [julho de 2018]

DIBBEL, Julian - «A Rape in Cyberspace». *The Village Voice* [em linha]. ISSN 0042-6180 (dezembro de 1993). Disponível em:

<https://www.villagevoice.com/2005/10/18/a-rape-in-cyberspace/> [fevereiro de 2018]

DODGE, Martin e KITCHIN, Rob – *Mapping Cyberspace* [em linha]. 1ª Reimpressão. Londres: Routledge, 2001. ISBN 0-415-19884-4. Disponível em:

<https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1576&context=btlj> [fevereiro de 2018]

EASTERBROOK, Frank H. – «Cyberspace and the Law of the Horse». *University of Chicago Legal Forum* 207 [em linha]. 1996: pp. 206 a 216. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=2147&context=journal_articles [janeiro 2018]

EGLOFF, Florian – «Cybersecurity and the Age of Privateering». In PERKOVICH, George e LEVITE, Ariel E. – *Understanding Cyberconflict: 14 Analogies* [em linha]. 1ª Edição. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2017. ISBN 9781626164994. Pp. 231 a 247. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/GUP_Perkovich_Levite_UnderstandingCyberConflict_FullText.pdf [fevereiro de 2018]

ELISH, M. C. e BOYD, danah – «Situating Methods in the Magic of Big Data and Artificial Intelligence». *Communications Monographs* [em linha]. ISSN 479-5787. Vol. 85, nº1 (2018). Disponível em: <https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=008123105009025102070117007074087123023052060049063082078071067111007117123118006101097117049063005046045108115093096022013115053007027029064066111125111065064010070088029067089082068105112119117029091024010066083119075018029076064085016092084023126078&EXT=pdf> [fevereiro de 2018]

ELLUL, Jacques – *The Technological Society* (John Wilkinson, tradução) [em linha]. 1ª Edição. Nova Iorque (NY): Vintage Books, 1964. ISBN 9780394703909. Disponível em: <https://ratical.org/ratville//AoS/TheTechnologicalSociety.pdf> [julho de 2018]

EPSTEIN, Richard A. – «Cybertrespass». *University of Chicago Law Review* [em linha]. ISSN 1939-859X. Vol. 70, nº 1, Artigo 6 (2003): pp. 73 a 88. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5156&context=uclev> [fevereiro de 2018]

FANTE, Alexandra e TAKARA, Samilo – «Ciberespaço e Heterotopia: a Constituição de Diferentes Comunicações». *Brazilian Journal of Technology, Communication, and Cognitive Science* [em linha] ISSN 2357-7126. Vol. 5, nº1 (2017): pp. 1 a 11. Disponível em: http://www.revista.teccog.net/index.php/revista_teccog/article/view/90/92 [março de 2018]

FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Da Utopia da Sociedade em Rede à Realidade da Sociedade em Risco». *Análise Social* [em linha]. e-ISSN 2182-2999. Vol. 48, nº 207 (2013): pp. 260 a 287. Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n207/n207a01.pdf> [fevereiro de 2018]

FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Utopia, Liberdade e Soberania no Ciberespaço». *Revista Nação e Defesa* [em linha]. ISSN 0870-757X. Nº 133, 5ª Série (2012): pp. 11 a 31. Disponível em:

https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/resumo_abstract/NeD133_Joao_PedroTeixeiraFernandes_Resumo.pdf [março de 2018]

FOUCAULT, Michel – “Des Espaces Autres (Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias)” (Jay Miskowiec, trad.). [em linha]. *Architecture, Mouvement, Continuité*. ISSN 0336-1675. Nº 5 (1984): pp. 46-49. Disponível em:

<http://web.mit.edu/allanmc/www/foucault1.pdf> [dezembro de 2017]

FOUCAULT, Michel – *Vigiar e Punir* (Raquel Ramalhete, trad.). 20ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. ISBN 85-326-0508-7

GLADWELL, Malcolm – *The Tipping Point: How Little Things Can Make a Big Difference*. 1ª Ed. Boston (MA): Little, Brown and Company, 2000. ISBN 0-316-31696-2

GOBY, Valerie – «Physical Space and Cyberspace: How Do They Interrelate? A Study of Offline and Online Social Interaction Choice in Singapore». *CyberPsychology & Behavior* [em linha]. Vol. 6, nº6 (2003): pp. 639 a 644. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/8891279/download> [março de 2018]

GOLDSMITH, Jack e WU, Tim – *Who Controls the Net? Illusions of Borderless World* [em linha]. Nova Iorque (NY): Oxford University Press, 2006. ISBN 978-0-19-515266-1. Disponível em: <http://cryptome.org/2013/01/aaron-swartz/Who-Controls-Net.pdf> [maio de 2018]

GOLDSMITH, Jack L. – «Against Cyberanarchy». *University of Chicago Law Occasional Paper* [em linha]. ISSN 1939-859X. Nº 40 (1999): pp. 1 a 42. Disponível em:

https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.pt/&httpsredir=1&article=1001&context=occasional_papers [maio de 2018]

GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Direito da Segurança: Cidadania, Soberania e Cosmopolitismo*. 1ª Ed. Lisboa: Almedina, 2018. ISBN 978-972-40-7492-4

HARAWAY, Donna J. – *Simions, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature* [em linha]. 1ª Ed. Nova Iorque (NY) [etc.]: Routledge, 1991. ISBN 978-0-415-90387-5. Disponível em:

https://monoskop.org/images/f/f3/Haraway_Donna_J_Simians_Cyborgs_and_Women_The_Reinvention_of_Nature.pdf [março de 2018]

HARDY, I. Trotter – «The Proper Legal for ‘Cyberspace’». *University of Pittsburgh Law Review* [em linha]. ISSN 0041-9915. Vol. 55 (1994): pp. 993 a 1055. Disponível em:

<https://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1536&context=facpubs> [março de 2018]

HARVEY, David – «The Experience of Space and Time». In *The Condition of Postmodernity: An Inquiry into the Origins of Cultural Change* [em linha]. 3ª Reimpressão. Cambridge (MA) [etc.]: Blackwell, 1992. ISBN 0-631-16294-5. Disponível em:

https://selforganizedseminar.files.wordpress.com/2011/07/harvey_condition_postmodern.pdf [junho de 2018]: pp. 201 a 323

HETHERINGTON, Kevin – *The Badlands of Modernity: Heterotopia and Social Ordering*. Londres: Routledge, 1997. ISSN 0415114705

HUNTER, Dan – «Cyberspace as Place and the Tragedy of the Digital Anticommons». *California Law Review* [em linha]. ISSN 0008-1221. Vol. 91, nº2, Artigo 4 (2003): 439 a 520. Disponível em:

<https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.pt/&httpsredir=1&article=1380&context=californialawreview> [março de 2018]

JOHNSON, David R. e POST, David G. – «Law and Borders: the Rise of Law in Cyberspace». *Stanford Law Review* [em linha]. ISSN 0038-9765. Vol. 48 (1996): pp. 1367 a 1402. Disponível em:

<https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=380124069122110092089013070125068081059089022064027023064106067125083025119005003123033062000029047123108119079074092113002116006075012052030071064079007080052064000103095093104103076113117065016126017089093119120088122122092125124114119&EXT=pdf> [março de 2018]

KELLERMAN, Aharon – «The Internet as Space». In *Geographic Interpretations of the Internet*. 1ª Ed. [s.l.]: Springer, 2016. ISBN 978-3319338033. Pp. 21 a 33

KOHL, Uta – «Jurisdiction and The Internet». In *Jurisdiction and the Internet: Regulatory Competence over Online Activity*. 1ª Edição. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press, 2007. ISBN 978-0-521-18408-3. Pp. 1 a 32.

KOHL, Uta – «The Rule of Law, Jurisdiction and the Internet». *International Journal of Law and Information Technology* [em linha]. ISSN 1464-3693. Vol. 12, nº 3 (2004): pp. 365 a 376. Disponível em: <https://academic.oup.com/ijlit/article-abstract/12/3/365/688256?redirectedFrom=PDF> [junho de 2018]

LATOUR, Bruno – «Technology is Society Made Durable». *The Sociological Review* [em linha]. ISSN 1467-954X. Vol. 38, nº1 (maio de 1990): pp. 103 a 131. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/46-TECHNOLOGY-DURABLE-GBpdf.pdf> [julho de 2018]

LEFEBVRE, Henri – *The Production of Space* (Donald Nicholson-Smith, trad.) [em linha]. Oxford: Blackwell, 1991. ISBN 0-631-14048-4. Disponível em: https://monoskop.org/images/7/75/Lefebvre_Henri_The_Production_of_Space.pdf [maio de 2018]

LEMLEY, Mark A. – «Place and Cyberspace». *California Law Review* [em linha]. ISSN 0008-1221. Vol. 91, nº2, Artigo 5 (2003): pp. 521 a 542. Disponível em: <https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1381&context=californialawreview> [janeiro de 2018]

LESSIG, Lawrence - *Code: Version 2.0*. Nova Iorque (NY): Basic Books, 2006. ISBN 978-0-465-03914-2

LESSIG, Lawrence – «Reading the Constitution in Cyberspace». *Harvard Law School – Emory L. J.* [em linha]. ISSN 0094-4076. Vol. 45, nº 3 (1996). Disponível

em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=41681 [fevereiro de 2018]

LESSIG, Lawrence – «The Path of Cyberlaw». *Yale Law Journal* [em linha]. ISSN 0044-0094. Vol. 104, nº7 (maio de 1995): pp. 743 a 1755. Disponível em: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=11678&context=journal_articles [maio de 2018]

LESSIG, Lawrence – *The Future of Ideas* [em linha]. 1ª Ed. Nova Iorque (NY): Random House, 2001. ISBN 0-375-50578-4. Disponível em: http://www.the-future-of-ideas.com/download/lessig_FOI.pdf [maio de 2018]

LÉVY, Pierre – *Cibercultura* (Carlos Irineu da Costa, trad.) [em linha]. 1ª Reimpressão. São Paulo: Editora 34, 1999. ISBN 85-7326-126-9 Disponível em: <https://ontic-philosophy.com/attachment.php?aid=113> [maio de 2018]

LOTAN, Gilad [et al.] – «The Revolutions Were Tweeted: Information Flows during the 2011 Tunisian and Egyptian Revolutions». *International Journal of Communication* [em linha]. ISSN 1932-8036. Vol. 5 (2011): pp. 1375 a 1405. Disponível em: <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1246/643> [abril de 2018]

MARQUES GUEDES, Armando - «As “redes sociais” digitais, a participação “política” e a segurança». *Pessoas e Território*, 2. Governo Civil de Lisboa (julho de 2009): pp. 44 e 45. Disponível em: https://www.academia.edu/9215891/As_redes_sociais_digitais_a_participa%C3%A7%C3%A3o_pol%C3%ADtica_e_a_seguran%C3%A7a_pp._44-45 [outubro de 2017]

MARQUES GUEDES, Armando - «The New Geopolitical Coordinates of Cyberspace – As Novas Coordenadas Geopolíticas do Ciberespaço». *Revista Militar* [em linha]. ISSN 2068-9675. N.ºs 2503/2504 (agosto/setembro de 2010): pp. 823 a 847. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/590> [dezembro de 2017]

MARQUES GUEDES, Armando - *O Tempo e as Ressonâncias: os Estados Modernos, o Anarquismo, o Anarco-Sindicalismo e o Jihadismo* [em linha]. Disponível em:

https://www.academia.edu/9202305/O_Tempo_e_as_Resson%C3%A2ncias._Os_Estados_modernos_o_anarquismo_o_anarco-sindicalismo_e_o_jihadismo

[outubro de 2017]

MARWICK, Alice, FONTAINE, Claire e BOYD, danah – «“Nobody Sees It, Nobody Gets Mad”: Social Media, Privacy, and Personal Responsibility Among Low-SES Youth». *Social Media + Society* [em linha]. eISSN: 20563051. Vol. 3, nº 2 (2017). Disponível em:

<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/2056305117710455> [julho de 2018]

MAZZOLA, Renan Belmonte – *Análise do Discurso do Ciberespaço: Heterotopias Contemporâneas* [em linha]. São Paulo: [s.n.], 2010. Dissertação de Mestrado. Disponível em:

https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93941/mazzola_rb_me_arafc_l.pdf?sequence=1&isAllowed=y [abril de 2018]

McCARTHY, Joseph M. e BOYD, danah – *Digital Backchannels in Shared Physical Spaces: Experiences at an Academic Conference* [em linha]. Disponível em: <https://www.danah.org/papers/CHI2005Backchannels.pdf> [maio de 2018]

MITCHELL, William J. – *City of Bits: Space, Place and the Infobahn*. 1ª Ed. Cambridge (MA): MIT Press, 1996. ISBN 978-0-262-63176-1

MITCHELL, William J. – *Me ++: the Cyborg Self and the Networked City*. Cambridge (MA): MIT Press, 2003. ISBN 0-262-13434-9. E-Book Kindle

MOORE, Gordon E. – «Cramming more componentes onto integrated circuits» [em linha]. *IEEE Solid-State Circuits Society Newsletter*. ISSN 1098-4232. Vol. 11, nº3 (2006): pp. 33 a 35. [Reimpressão de *Electronics*, Vol. 38, nº8 (1965): pp. 114 ff.] Disponível em:

<https://newsroom.intel.com/wp-content/uploads/sites/11/2018/05/moores-law-electronics.pdf> [janeiro de 2018]

MOROZOV, Evgeny – *The Net Delusion: The Dark Side of Internet Freedom*. 1ª Ed. Nova Iorque (NY): Public Affairs, 2011. ISBN 978-1-58648-874-1

NAKAMURA, Lisa – *Cybertypes: Race, Ethnicity, and Identity on the Internet*. 1ª Ed. Nova Iorque (NY): Routledge, 2002. ISBN 0-415-93837-6

NUNES, Paulo Fernando Viegas – «A Definição de uma Estratégia Nacional de Cibersegurança». *Revista Nação e Defesa* [em linha]. ISSN 0870-757X. Nº 133, 5ª Série (2012): pp. 113 a 127. Disponível em:

https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/resumo_abstract/NeD133_PauloFernandoViegasNunes_Resumo.pdf [junho de 2018]

NUNZIATO, Dawn C. – «The Death of the Public Forum in Cyberspace». *Berkeley Technology Law Journal* [em linha]. ISSN 1086-3818. Vol. 20, nº 2, Artigo 4 (2005): pp. 1115 a 1171. Disponível em:

<https://scholarship.law.berkeley.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1576&context=btlj> [março de 2018]

NYE JR., Joseph S. – *Cyber Power* [em linha]. Technical Report. Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Kennedy School, 2010. Disponível em:

<https://www.belfercenter.org/sites/default/files/legacy/files/cyber-power.pdf> [setembro de 2017]

POST, David – «Against “Against Cyberanarchy”». *Berkeley Technology Law Journal* [em linha]. ISSN 1086-3818. Vol. 17 (2002): pp. 1365 a 1387. Disponível em:

<https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=311071073029068107080108000080121120035055026027031023101091118109004121092125127009003043120052118045043126124095127084124121049092076040029124098066067030064012071070086095087099076030011031123078105087074076093002027000065067108070089&EXT=pdf> [maio de 2018]

POST, David – «Anarchy, State and the Internet: An Essay on Law-Making in Cyberspace» [em linha]. *Journal of Online Law*. Artigo 3 (1995). Disponível em:

<https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=915114116100105115095005029064025066057078053046012082112114071010125091007025116086121057001034018019096123064077018120095023054090078058065100102115021065067033059030008098095098021075094001127101127069123013110028011108115118066103072123107097&EXT=pdf> [julho de 2018]

POST, David – «Governing Cyberspace: Law». *Santa Clara High Technology Law Journal* [em linha]. ISSN 0882-3383. Vol. 24, nº4, Artigo 5 (2008): pp. 883 a 913. Disponível em:

<https://digitalcommons.law.scu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1466&context=htmlj> [abril de 2018]

POSTMAN, Neil – *Amusing Ourselves to Death: Public Discourse in the Age of Show Business*. Reedição. EUA: Penguin Books, 2005. ISBN 978-0143036531
RAYMOND, Eric Steven – *The Cathedral and The Bazaar*. EUA: O'Reilly Media, 1999. ISBN 1-565-92724-9

REIDENBERG, Joel R. – «Lex Informatica: The Formulation of Information Policy Rules through Technology». *Texas Law Review* [em linha]. ISSN 0040-4411. Vol. 76, nº 3 (1997-1998) pp: 553 a 593. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/7f22/c171859ac1885ae9afa3afc3373f197aa133.pdf> [janeiro de 2018]

REIDENBERG, Joel R. – «Technology and Internet Jurisdiction» [em linha]. *University of Pennsylvania Law Review* [em linha]. ISSN 1942-8537. Vol. 153 (2005): pp. 1951 a 1974. Disponível em: https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1347&context=penn_law_review [abril de 2018]

REIDENBERG, Joel R. [et al.] – «Internet Jurisdiction: A Survey of Legal Scholarship Published in English and United States Case Law». *Fordham Law Legal Studies* [em linha]. ISSN 0015-704X. Nº. 2309526 (junho de 2013). Disponível em: <https://poseidon01.ssrn.com/delivery.php?ID=814097103098090068021122030067076029017056072092062036000099091108096030030126027027043029022061045007055003106066095028116064029094032037017030119111067077072064089080087069125080107004092082002064099073100110118099072030098074088110011103098002&EXT=pdf> [abril de 2018]

RESNICK, Paul e MILLER, James – «PICS: Internet Access Controls Without Censorship». *Communications of the ACM* [em linha]. ISSN 0001-0782. Vol. 39, nº10 (1996): pp. 87 a 93. Disponível em: <https://www.w3.org/PICS/iacwcv2.htm> [junho de 2018]

SANTOS, José Lino Alves dos – *Contributos para uma melhor governação da cibersegurança em Portugal*. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa: [s.n], 2011. Dissertação de Mestrado. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/7341/1/Santos_2011.PDF [novembro 2017]

SANTOS, Lino - «A Regulação do Ciberespaço: Cesuristas e Tradicionalistas». *JANUS.NET e-journal of International Relations* [em linha]. e-ISSN 1647-7251. Vol. 6, nº1 (maio/outubro de 2015). Disponível em:

<http://observare.ual.pt/janus.net/pt/n%C3%BAmeros-anteriores/95-portugues-pt/v-6,-n-1-2015-maio-outubro/artigos/299-regula%C3%A7%C3%A3o-do-ciberespa%C3%A7o-cesuristas-e-tradicionalistas> [dezembro de 2017]

SANTOS, Lino e MARQUES GUEDES, Armando - «Breves Reflexões sobre Poder e Ciberespaço. Brief Thoughts on Power and Cyberspace». *Revista de Direito e Segurança*. ISSN 2182-8687. Ano III, nº6 (julho/dezembro de 2015): pp. 189 a 209

SANTOS, Lino, BRAVO, Rogério e NUNES, Paulo Viegas - «Proteção do Ciberespaço: Visão Analítica». In SOARES, C. Guedes; TEIXEIRA, A.P; JACINTO, C. (eds.) – *Riscos, Segurança e Sustentabilidade*. Lisboa: Edições Salamandra, 2012. ISBN 978-972-689-247-2. Pp. 163 a 176. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/3578> [novembro de 2017]

SASSEN, Saskia – «Globalization or Denationalization?». *Review of International Political Economy* [em linha]. ISSN 1466-4526. Vol. 10, nº1 (2003): pp. 1 a 22. Disponível em:

<http://www.saskiasassen.com/PDFs/publications/Globalization-or-Denationalization.pdf> [março de 2018]

SHAPIRO, Andrew L. – *The Control Revolution: How the Internet is Putting Individuals in Charge and Changing the World We Know*. 1ª Edição. Nova Iorque (NY): PublicAffairs, 1999. ISBN 1-891620-86-X

SHIRKY, Clay – *Here Comes Everybody: The Power of Organizing Without Organizations*. [s.l.]: Penguin Books, 2008. ISBN 978-0-713-9989-1

STEIN, Allan R. – «The Unexceptional Problem of Jurisdiction in Cyberspace» [em linha]. *The International Lawyer*. ISSN 0020-7810. Vol. 32, nº4 (1998): pp. 1167 a 1191. Disponível em:

<https://scholar.smu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1873&context=til> [maio de 2018]

SUROWIECKI, James – *The Wisdom of the Crowds* [em linha]. 1ª Edição. Nova Iorque (NY): Anchor Books, 2004. ISBN 0-385-72170-6. Disponível em:

<http://www.asecib.ase.ro/mps/TheWisdomOfCrowds-JamesSurowiecki.pdf>

[dezembro de 2017]

TURNER, Fred – «How Digital Technology Found Utopian Ideology: Lessons from the First Hackers' Conference» [em linha]. In SILVER, David e MASSANARI, Adrienne (eds.) – *Critical Cyberculture Studies*. 1ª Edição. Nova Iorque (NY): New York University Press, 2006. ISBN 978-0814740248. Pp. 257 a 270. Disponível em: <http://fredturner.stanford.edu/wp-content/uploads/turner-ccs-hackers-conference.pdf> [maio de 2018]

VALAUSKAS, Edward J. – «Lex Networkia: Understanding the Internet Community». *First Monday* [em linha]. ISSN 1396-0458. Vol. 1, nº4 (1996): [n.p]. Disponível em:

<http://journals.uic.edu/ojs/index.php/fm/article/view/490/411> [junho de 2018]

WARNER, Michael – «Intelligence in Cyber – and Cyber in Intelligence». In PERKOVICH, George e LEVITE, Ariel E. – *Understanding Cyberconflict: 14 Analogies* [em linha]. 1ª Edição. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2017. ISBN 9781626164994. Pp. 17 a 29. Disponível em: https://carnegieendowment.org/files/GUP_Perkovich_Levite_UnderstandingCyberConflict_FullText.pdf [fevereiro de 2018]

WHITTY, Monica T. e CARR, Adrian N. – «Cyberspace as Potential Space: Considering the Web as a Playground to Cyber-Flirt». *Human Relations* [em linha]. ISSN 00187267. Vol. 56, nº7 (2003): pp. 869 a 891. Disponível em: https://ira.le.ac.uk/bitstream/2381/9723/1/Whitty%26Carr_HR_cyberflirt.pdf [março de 2018]

WINNER, Langdon – «Technology Today: Utopia or Dystopia?». *Social Research* [em linha]. ISSN 0037783X. Vol. 64, nº3 (1997): pp. 989 a 1017. Disponível em: https://www.os3.nl/media/2011-2012/langdon_winner_technology_today_utopia_or_dystopia.pdf [janeiro de 2018]

WINNER, Langdon – «Who Will We Be in Cyberpsace?». *The Information Society* [em linha]. ISSN 0197-2243. Vol. 12, nº1 (1996): pp. 63 a 72. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/019722496129701> [maio de 2018]

ZITTRAIN, Jonathan – *The Future of the Internet – And How to Stop It* [em linha].
[s.l.]: Yale University Press & Penguin UK, 2008. ISBN 978-0-300-15124-4.
Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:4455262> [22 de
dezembro de 2017]